



DIÁRIO^{do} Parlamento dos Jovens



XXXI EDIÇÃO

ENSINO SECUNDÁRIO (2025-2026)

SESSÃO PLENÁRIA DE 26 DE MAIO DE 2026

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Salvador Rodrigues Gouveia Rino**Vice-Presidente:** Ex.^{ma} Sr.^a Kaixin Cheng**Secretários:** Ex.^{mos} Srs.: Tomás Xavier Covelo Rodrigues de Meirelles
Victória Helena Trindade de Almeida

SUMÁRIO

O Presidente (Salvador Rino) declarou aberta a sessão eram 10 horas.

Na abertura da sessão solene do Plenário, intervieram o Presidente da Assembleia da República ([José Pedro Aguiar Branco](#)), a Ministra da Cultura, Juventude e Desporto (Margarida Balseiro Lopes) e a Presidente da Comissão de Educação e Ciência ([Manuela Tender](#)).

Seguiu-se o período de perguntas aos Deputados da Assembleia da República: o Deputado [João Pedro Louro](#) (PSD) respondeu às perguntas formuladas pelos porta-vozes dos círculos de Leiria (Simão Marques), Santarém (Rafael Deboeuf), Coimbra (Margarida Carvalho), Viana do Castelo (Mariana Gonçalves) e Madeira (Miguel Oliveira); o Deputado [Rui Cardoso](#) (CH) respondeu às

perguntas formuladas pelos porta-vozes dos círculos de Setúbal (Luís Redondo), Europa (Oceana Roda) e Portalegre (Pedro Sotero); o Deputado [Miguel Matos](#) (PS) respondeu às perguntas formuladas pelos porta-vozes dos círculos de Braga (Leonardo Gonçalves) e Viseu (Marta Leitão); a Deputada [Mariana Leitão](#) (IL) respondeu à pergunta formulada pelo porta-voz do círculo de Aveiro (Luís Almeida); a Deputada [Patrícia Gonçalves](#) (L) respondeu à pergunta formulada pelo porta-voz do círculo de Castelo Branco (Martim Mendes); a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) respondeu à pergunta formulada pelo porta-voz do círculo de Lisboa (Filipa Nogueira); o Deputado [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) respondeu à pergunta formulada pelo porta-voz do círculo do Porto (Tiago Paulos); o Deputado [Fabian Figueiredo](#) (BE)

respondeu à pergunta formulada pela porta-voz do círculo dos Açores (Catarina Costa); e o Deputado [Filipe Sousa](#) (JPP) respondeu à pergunta formulada pela porta-voz do círculo de Bragança (Inês Pereira).

Deu-se início ao debate da Recomendação final à Assembleia da República, tendo usado da palavra os Deputados Diva Morais (círculo dos Açores), Sebastião Felício (círculo de Faro), Amanda Ghitu (círculo de Setúbal), Francisco Gonçalves (círculo da Madeira), Beatriz Amorim (círculo de Leiria), Mariana Sousa (círculo da Madeira), Tiago Paulos (círculo do Porto), João Machado (círculo de Lisboa), Catarina Costa (círculo dos Açores), Heloísa Sikler (círculo de Setúbal), Francisco Nico (círculo de Lisboa), Maria Fernandes (círculo de Viseu), João Paulo Fernandes (círculo de Aveiro), Diogo Pereira (círculo de Vila Real), Afonso Teixeira (círculo de Coimbra), Ana Margarida Costa e José Freitas (círculo de Braga), Maria Sabino (círculo de Leiria), Fábio Santos (círculo de Coimbra), Henrique Monteiro (círculo do Porto), Santiago Silva (círculo de Viana do Castelo), Luana Silva (círculo dos Açores), Mariana Marques (círculo de Leiria), Francisco Fiéis (círculo de Setúbal), Vítor Henriques (círculo da Guarda), Guilherme Oliveira (círculo de Aveiro), Vicente Alves (círculo de Lisboa), João de Souza e Sá (círculo de Fora da Europa),

Grace Cleaton (círculo de Faro), Rodrigo Sousa (círculo do Porto), Clara Rodrigues (círculo de Castelo Branco), Pedro Lobo (círculo de Viseu), Solene Semente (círculo de Fora da Europa), Renato Barroso (círculo de Braga), Santiago Dal Maso (círculo de Lisboa) e Pedro Sotero (círculo de Portalegre).

Em votação final global, foram aprovadas as medidas n.ºs 1, 3, 5, 6, 7, 9, 14, 15 e 16.

No encerramento da sessão, usaram da palavra os porta-vozes dos círculos dos Açores, Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Europa, Évora, Faro, Fora da Europa, Guarda, Leiria, Lisboa, Madeira, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Intervieram também, além do Presidente (Salvador Rino), os Secretários da Mesa (Victória Almeida e Tomás Meirelles) e a Vice-Presidente (Kaixin Cheng). No fim, proferiu uma intervenção o Coordenador do Grupo de Trabalho — Parlamento dos Jovens ([Bruno Faria](#)).

Após o hino nacional ter sido cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes, o Presidente (Salvador Rino) encerrou a sessão eram 17 horas e 29 minutos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Muito bom dia a todos.

Eram 10 horas.

Chamo-me Salvador Rino, sou Deputado do círculo de Lisboa e fui eleito para presidir à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens — Ensino Secundário.

Nesta Mesa da presidência estão presentes o Sr. Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, a Sr.^a Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Margarida Balseiro Lopes, e a Sr.^a Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Manuela Tender.

Para uma intervenção, nesta sessão de abertura do Plenário do Parlamento dos Jovens, tem a palavra o Sr. Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República** (José Pedro Aguiar-Branco): — Sr. Presidente, começo por dizer que lhe invejo a voz. Realmente, dá jeito aqui no Parlamento ter assim uma voz forte para que seja audível a dirigir os trabalhos. No meu caso, como sabem, a voz começa a falhar porque tenho de falar muitas vezes. Nem sempre a voz aguenta.

Sr. Presidente, Salvador Rino, Sr.^a Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, querida amiga Margarida Balseiro Lopes, Sr.^a Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Sr.^a Deputada Manuela Tender, Sr.^{as} e Srs. Deputados, meus Amigos: A primeira nota que queria deixar, e não vão ser muitas, que é para não maçar, é uma nota de confiança ao vê-los aqui. Tantas vezes se diz que o futuro está em crise, que os jovens não desejam participar, mas esta sessão é um testemunho exatamente no sentido contrário.

E podemos confiar, podemos confiar não apenas pelos temas que aqui tratam, mas também, sobretudo, confiar em todos os que aqui estão presentes pela vontade de participar, pela vontade de questionar e pela vontade de procurar soluções, porque é isso que também vos traz aqui. Não é só discutir, não é só, como diz o outro, blá-blá-blá, é, sim, encontrar soluções para os problemas que são aqui equacionados.

A segunda nota que gostava de salientar é a de que este é um momento de inspiração, porque, mais uma vez, contrariamente àquilo que hoje é voz corrente, dizendo que os jovens só pensam em si próprios e não naquilo que tem a ver com o outro, com aquilo que é o coletivo, com aquilo que é o bem-estar da comunidade, esta sessão testemunha exatamente o contrário.

A verdadeira felicidade e o verdadeiro sucesso não se esgotam em cada um de nós, projetam-se nos outros, em que nós, ao fazermos qualquer coisa, damos sentido ao coletivo. Não basta satisfazermos-nos a nós próprios, termos um sucesso individual e depois isso valer zero em relação àquele que é o nosso sentido de existência em comum da nossa sociedade, seja a comunidade escolar, seja a comunidade local, regional ou nacional.

Portanto, é um momento inspirador, o de hoje, no sentido de verificarmos que o egoísmo e o individualismo são superados por este sentir coletivo.

A terceira nota que queria deixar enfatiza a importância que este projeto tem, e não posso deixar de mencionar a nossa ex-Deputada, sempre Deputada, Julieta Sampaio, que foi uma *alma mater*, podemos dizer, deste projeto e que tanto sucesso tem tido ao longo destes anos e para quem eu peço uma salva de palmas.

Aplausos gerais.

Este projeto existe desde 1995, ou seja, há 31 anos. E, nesses lugares onde estão, sentaram-se muitos outros jovens de lá até cá e, nomeadamente, a Sr.^a Ministra aqui presente, que também participou no Parlamento dos Jovens num passado não muito longínquo, como se pode ver, porque é uma jovem ainda hoje.

Vale a pena participar, vale a pena defender as nossas ideias. A participação é absolutamente essencial em democracia, como respeitarmos a diferença, discutirmos as nossas ideias e sermos vencedores por aquilo que é o debate democrático.

Estou a referir isto porque dizemos, muitas vezes, que é preciso aceitar a diferença, discutir ideias contrárias e, depois, não estamos disponíveis para isso e dizemos não se pode falar nisto, não se pode falar naquilo e, ao

fazermos isso, estamos a fazer um verdadeiro cancelamento dos temas que, em sociedade democrática, nós devemos discutir.

O que é importante é prepararmo-nos, discutirmos e contraditarmos as ideias. A democracia é isso, obriga a estudar, obriga a ter capacidade de argumentação, obriga a fazer com que as nossas ideias é que venham a ter o sentido maioritário, e isso é aquilo que se espera num debate democrático para podermos discutir todas as ideias.

Depois, as maiorias vão-se fazendo ao longo da nossa democracia. Já tivemos as mais variadas maiorias: mais à esquerda, mais à direita, mais ao centro. Isto significa, portanto, como tenho dito, que ninguém pode ficar muito deslumbrado quando tem uma representação muito grande, porque ela pode diminuir, nem ninguém pode ficar muito deprimido se tiver momentaneamente uma representação mais pequena, porque ela amanhã pode aumentar. Depende da competência, da capacidade, do esforço, da inteligência, do estudo e do conhecimento de cada um de nós para fazermos com que os outros nos acompanhem e, com isso, termos em democracia um sentido maioritário em relação às nossas ideias.

Este lugar onde estão sentados, e quero e desejo que sintam isso, é um lugar essencial em democracia, é um lugar estruturante em qualquer regime democrático. A rua serve para as pessoas se manifestarem, serve para as pessoas contestarem, é um espaço de liberdade em que as diversas instituições, as pessoas, as corporações, os sindicatos, as escolas, etc., podem manifestar-se para tentar exercer uma influência que é também democrática, mas a resolução dos problemas e encontrar soluções para os portugueses, em qualquer regime democrático, é no Parlamento. Por isso, devemos prestigiar o Parlamento, e vocês devem sentir essa responsabilidade, porque é aqui que o dissenso, aquilo que é o contraditório, se faz depois em consenso. É neste espaço.

Quanto mais prestigiado for um Parlamento, quanto mais responsabilidade tiver cada um de vocês e os Srs. Deputados, mais a população acredita no Parlamento como sendo o local, por excelência, para se resolver os seus problemas de uma forma democrática, de uma forma pacífica.

Isto é muito importante para que também sintam aquilo que é a representação. Cada um de vocês está cá porque foi passando por diversas etapas e hoje representam aqueles que fizeram com que agora estejam aqui. É esse sentido de responsabilidade que todos os Srs. Deputados têm no Parlamento. Os portugueses votaram nos representantes que querem ter aqui, numa determinada circunstância, no Parlamento.

Não há nenhum Deputado, como vocês, que esteja aqui convidado, eu não convidei nenhum, não há aqui nenhum que tenha entrado pela porta do lado, todos têm um mandato dado pelo povo português. E, tal como vocês, se não representarem bem aqueles que vos elegeram para estar aqui, se não souberem defender bem as posições que fizeram com que tenham o direito agora a estar aqui, depois, no caso, em termos nacionais, os eleitores, os portugueses, na hora de votar, penalizam ou premeiam aqueles que representam bem aquele que foi o seu voto num determinado ato eleitoral.

Isto é muito importante para sentirem que a responsabilidade está inerente ao facto de estarem aqui na Assembleia da República com esse sentido de representação.

A democracia, tenho-o dito muitas vezes, dá muito trabalho — e felizmente, porque há outros regimes que não dão trabalho nenhum, mas nesses nós não temos direito a opinar ou a decidir sobre o nosso futuro. E esses nós não queremos. Os regimes que não dão trabalho à população, que não dão trabalho cívico aos jovens, a todos aqueles que desejam participar na política, são regimes que nós não queremos, porque são aqueles que representam a lei do mais forte, representam a ditadura, qualquer que seja a sua forma de expressão, e não dependem do nosso trabalho, da nossa capacidade de atuar na nossa sociedade.

Portanto, a democracia dá trabalho, a democracia obriga a que estudemos e a que tenhamos a capacidade de contraditar e podermos vencer, sim, vencer os outros com base das nossas ideias. E isto é legítimo, é assim que deve funcionar e é assim que nós desejamos.

Como vemos pelo mundo, as democracias têm as suas ameaças. Hoje em dia, há ameaças à própria liberdade, à própria democracia. Felizmente, são todos jovens, não viveram épocas onde não havia liberdade, não havia liberdade de circulação, não se podia ir onde se queria, não se podia ler o que se desejava, e não desejamos que isso volte a acontecer, o que também depende de vocês que assim seja.

Termino com esta última nota, agradecendo aos serviços da Assembleia da República todo o esforço, trabalho e competência que têm desenvolvido ao longo de 31 anos. É notável, porque isto mostra que diferentes gerações alimentam, com o mesmo ânimo, a importância deste debate com os jovens na Casa da democracia

e o sentido de pertença, que todos devem ter, de que esta Casa pertence um bocadinho a cada um de vocês. Vai depender do que fizerem mantermos a Casa da democracia como um expoente máximo do regime democrático que todos desejamos.

Agradeço também aos Professores, porque sem eles isto não poderia realizar-se. Embora não tenham direito a falar hoje aqui, falam indiretamente, seguramente, por todos aqueles que ajudaram a chegar até aqui.

E eu incentivo-vos, no final, a agradecer a cada um dos vossos professores por terem ajudado a que este também seja um momento grande da nossa democracia.

Muito obrigado, boa sorte e ficamos à espera do resultado do vosso trabalho.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra a Sr.^a Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Margarida Balseiro Lopes.

A Sr.^a **Ministra da Cultura, Juventude e Desporto** (Margarida Balseiro Lopes): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente da Mesa, Sr.^a Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Professores: Eu, de facto, estive aqui, em 2006, como aluna da Escola Calazans Duarte, a representar o meu distrito na Sessão Nacional.

E, portanto, 20 anos depois, estou quase tão nervosa, mas estou, sobretudo, tão emocionada como estava naquele dia, porque este programa, este projeto, que começou com o impulso da Dr.^a Julieta Sampaio — a quem agradecerei eternamente por ter tido esse impulso, essa vontade e por ter concretizado este projeto tão bonito —, teve um impacto brutal na minha vida. Na minha vida política, naturalmente, mas na minha vida pessoal e depois profissional.

E a minha primeira palavra é para agradecer a quem permite que isto aconteça: aos professores e às professoras, aos diretores e às diretoras, aos serviços da Assembleia da República e a cada um de vós e dos vossos colegas que, nas Sessões Escolares e nas Sessões Distritais, continuam a fazer parte deste grupo de milhares de jovens, ou de pessoas que já foram mais jovens, que contam a história deste programa que começou há mais de 30 anos.

Em segundo lugar, hoje é o culminar de um ano intenso que cada um de vós teve para conseguir garantir um lugar na Sessão Nacional. E, portanto, tiveram de estudar um conjunto de temas, tiveram de preparar sessões de debate, tiveram de ir a votos nas vossas escolas, nas Sessões Escolares, tiveram de chegar à Sessão Distrital e de se fazer valer das vossas qualidades, da qualidade das vossas ideias para conseguirem chegar à Sessão Nacional e estão aqui hoje por mérito próprio.

Foi um processo e é um processo que nos ajuda, a quem tem a sorte de participar, a sermos melhores cidadãos. Nós aprendemos — eu aprendi quando tive a sorte de participar no Parlamento dos Jovens — o que é a democracia. Podemos ter vários debates, várias sessões em que nos explicam o que é a democracia, mas a participação no programa Parlamento dos Jovens ensina-nos, na prática, como é que funciona a democracia.

Ontem tiveram a oportunidade de estar nas Comissões, que é uma das dimensões mais importantes do trabalho que os Deputados fazem aqui na Assembleia da República.

A participação neste programa ensina-nos coisas tão simples como: devemos fazer valer-nos pela qualidade, pela força das nossas ideias; na política não há bons nem maus, há pessoas que têm ideias diferentes; devemos ter a preocupação de nos colocar no lugar dos outros e de tentar encontrar um ponto de encontro, um ponto de equilíbrio em que as nossas ideias são melhoradas e chegam à fase final mais robustas do que eram inicialmente e, em alguns casos, devemos rever as nossas posições iniciais e procurar que as medidas que vão apresentar e que vão ser aprovadas hoje, no final desta sessão, vão mais ao encontro das preocupações iniciais para endereçar a resposta a um problema.

Eu diria que o tema deste ano é particularmente relevante. A literacia financeira também tem, de resto, motivado a preocupação do Governo e de vários grupos parlamentares com assento na Assembleia da República e vai muito além daquela que é a ideia que, à partida, podemos desenvolver, ou seja, que a literacia financeira nos vai permitir gerir melhor as nossas finanças pessoais e dar umas noções para a nossa vida pessoal. Isso é verdade. A literacia financeira poderá cumprir esse objetivo, mas é muito mais do que isso.

A literacia financeira vai permitir-nos compreender melhor as decisões que são tomadas; vai permitir-nos compreender melhor aquele que é o debate público; vai permitir-nos ter uma melhor compreensão das decisões que as entidades, seja o Governo, sejam outras entidades oficiais, tomam e que têm impacto direto na nossa vida.

Ou seja, o que eu estou a dizer é: terem noções, terem conhecimentos de literacia financeira vai tornar-vos cidadãos mais conscientes, mais atentos, mais preparados, mas, sobretudo, mais reivindicativos com os Governos, com os Deputados da Assembleia da República que vierem a desempenhar funções.

Acho que esta é uma dimensão muito importante, porque nos ajuda dessa forma a ter uma democracia melhor, mais saudável, uma democracia que tem cidadãos mais conscientes, mais ativos, mais preparados a exigirem dos Governos. Assim, será sempre uma democracia melhor.

Termino dizendo o seguinte: em 2006, vim como aluna na Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens, tinha 16 anos; quando fiz 26 anos sentei-me aí no vosso lugar como Deputada à Assembleia da República, a representar o meu distrito; quando fiz 34 anos sentei-me aqui como Ministra. Sempre que entro por aquela porta, sinto, desde a primeira vez, o peso que é representar os outros. E é isso que estão neste momento a fazer. Provaram, cada um de vós, que eram os melhores dos melhores para se poderem sentar aqui, e isso diz muito a vosso respeito. E é também uma responsabilidade, é a responsabilidade que carregam de não se representarem apenas a cada um de vós individualmente, mas de representarem cada um dos jovens que está nas vossas escolas, de olhos postos em cada um de vós, à espera de que os representem bem.

Portanto, nunca se esqueçam — seja para esta sessão, seja para outras sessões de outras edições, seja no futuro, quando se sentarem aqui como Deputados, ou quando estiverem em casa ou nos vossos trabalhos a acompanhar a atividade política — qual é o grande propósito da política em Portugal ou em qualquer parte do mundo. É representar os outros e é procurar que cada uma das decisões que nós tomamos tenha um impacto decisivo e positivo na vida dos outros. É essa a minha responsabilidade, é essa a responsabilidade de cada um dos Deputados à Assembleia da República que está aqui hoje e que se senta nessas cadeiras e é hoje também a vossa responsabilidade.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Muito obrigado, Sr.^a Ministra.

Tem agora a palavra a Sr.^a Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Deputada Manuela Tender.

Aplausos gerais.

A Sr.^a **Presidente da Comissão de Educação e Ciência** (Manuela Tender): — Sr. Presidente, Salvador Rino, permita-me que, na sua pessoa, saúde todos os alunos participantes desta iniciativa, como Deputados, como Jornalistas e também, já agora, os que estão aqui na final do Euroescola. A todos deixo uma palavra de apreço, de estima e de boas-vindas.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.^a Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Srs. Deputados aqui presentes, aos nossos serviços de apoio, Sr.^a Dr.^a Julieta Sampaio, inspiradora desta iniciativa, em nome da Comissão de Educação e Ciência, que tenho a honra de presidir, deixo uma palavra de saudação a todos, assim como aos acompanhantes das delegações, professores e outras entidades presentes nesta sessão.

A minha primeira palavra é de reconhecimento e gratidão. Este é um projeto, sem dúvida, relevantíssimo, mas para que ele possa existir é preciso que haja muitos esforços, é preciso que haja muitas mãos a trabalhar. E, portanto, deixo, desde já, uma palavra de reconhecimento e apreço a todos os jovens que participaram nesta iniciativa nas suas diversas fases, na fase escolar, na fase distrital e agora aos que estão aqui na fase nacional.

Naturalmente, houve muito trabalho, houve muito envolvimento de muitos colegas vossos que hoje se sentem muito bem representados por vós que aqui estais. Também eles merecem esse nosso reconhecimento, essa nossa gratidão por todo o empenho que colocaram nesta iniciativa nas suas fases iniciais.

Também aos nossos estimados professores, técnicos, assistentes operacionais, diretores e membros das direções dos agrupamentos, todos os professores coordenadores, que têm um papel fundamental nesta iniciativa, deixo uma palavra de profunda gratidão pelo trabalho e pela colaboração.

Ao Grupo de Trabalho — Parlamento dos Jovens, que acompanha as diversas fases do programa, e a todos os Deputados da Assembleia da República, que participam nas diversas fases, quer nos debates nas escolas, nos debates nas Sessões Distritais e também aqui na Sessão Nacional — temos aqui diversos Deputados presentes. Isto mostra a valorização da iniciativa, mas também, e sobretudo, a valorização da nossa juventude, pelo que a sua presença aqui dignifica este momento.

À equipa do Parlamento dos Jovens e aos outros serviços da Assembleia da República que tornam isto presente e possível, aos nossos parceiros — o IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude) e a ex-DGEstE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares) —, que têm sido fundamentais nesta iniciativa, aos pais e encarregados de educação, aos palestrantes e convidados que foram enriquecer as Sessões Escolares e as Sessões Distritais, para vos dar um pouco da perspetiva sobre o que é a literacia financeira: a todos eles também, que hoje não estão aqui, peço que lhes transmitais o nosso agradecimento. E também ao Governo e aos Governos Regionais, porque, naturalmente, colaboram connosco nas diversas fases da iniciativa.

Este reconhecimento e gratidão é extensível a todos quantos colaboraram nas diversas fases para que o programa Parlamento dos Jovens fosse possível.

Este projeto valoriza a participação cívica e procura incentivar a participação política dos jovens, promovendo ambientes de debate plural e democrático.

Nas suas diversas fases tiveram oportunidade de fazer múltiplas aprendizagens, desde logo, elaborar, analisar, estudar o tema e apresentar as vossas medidas na escola. Depois, tiveram de debater com os vossos colegas de escola as vossas ideias para tentar chegar a um projeto de recomendação a nível escolar, passar para a fase distrital e debater os diversos projetos de recomendação que tinham chegado a essa fase e depois eleger várias medidas que, como sabem, integram o projeto de recomendação do distrito e que foram consideradas as medidas mais válidas para vir à Sessão Nacional em representação do vosso distrito.

Isto mostra, efetivamente, aquilo que já foi aqui sublinhado. Em democracia ninguém é dono da verdade absoluta e nós fazemos melhor quando fazemos em conjunto. Quando há discussão, quando há diálogo, quando há debate, quando fazemos uma recomendação com o apoio de todos, com a colaboração de todos, é, de facto, profundamente enriquecedor.

Portanto, não é só literacia financeira aquilo que nos traz aqui hoje, é também literacia política, é perceber as regras de funcionamento das instituições e as suas funções, é perceber o que fazem os Deputados, é vestirem hoje, ontem e nestes dias o papel de Deputados à Assembleia da República para tentarem perceber a complexidade das funções, para tentarem perceber quais são os seus direitos, os seus deveres, qual é o seu papel na nossa democracia, nas nossas instituições democráticas.

Também precisamos muito da vossa capacidade transformadora, do vosso inconformismo. O poeta dizia que «sempre que um homem sonha, o mundo pula e avança», e, portanto, a capacidade de sonhar, a criatividade e o inconformismo são característicos da vossa geração. E é com esse inconformismo, com a vossa capacidade transformadora que nós contamos.

Há ainda muito a fazer e Portugal precisa de vós inteiros, críticos e livres.

Deixo uma palavra final para que esta participação não termine aqui com o fim do programa. Continuem a ser cidadãos críticos, participativos, interventivos. Continuem a dar o vosso melhor para que Portugal possa ser um país onde todos se sintam bem, realizados, integrados e felizes. É isso que nos move enquanto agentes políticos.

A todos desejo a continuação de um excelente trabalho e os maiores sucessos pessoais, académicos, profissionais e, em algumas situações, certamente também políticos.

Até muito breve, muito obrigada a todos.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.^a Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Sr.^a Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, permitam-me que faça uma breve apresentação desta Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens — Ensino Secundário.

Nesta 31.^a edição do Parlamento dos Jovens, o programa debate o tema «Literacia Financeira: os jovens CONTAM!». Hoje, neste Hemiciclo, estão 132 Deputadas e Deputados, que assumem o compromisso de

representar as 547 escolas inscritas no programa no ensino secundário. São 66 as escolas aqui presentes, eleitas pelos seus pares nas sessões distritais e regionais, realizadas em todos os distritos e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Estão também presentes Deputados do círculo da Europa, eleitos no Lycée Masséna, em Nice, França, e do círculo de Fora da Europa, eleitos no Colégio S. Francisco de Assis, em Luanda Sul, Angola.

Prestamos hoje aqui a devida homenagem a todos os jovens que, nas suas escolas, se envolveram neste debate, partilhando as suas ideias. Proposta após proposta, nas diferentes fases do programa, vemos hoje concretizadas essas ideias no conjunto de medidas que vamos agora debater.

A Recomendação à Assembleia da República, que aqui aprovaremos, será, por isso, o resultado do empenho dos jovens que aderiram a este desafio.

Temos, assim, a expectativa de que a Recomendação final que aprovaremos nesta sessão plenária merecerá a atenção dos órgãos do poder político.

Repararão que iremos ter hoje connosco, na mesa à minha frente, funcionários parlamentares que fazem parte da equipa responsável pela produção da I Série do *Diário da Assembleia da República*, que corresponde ao relato do que ocorre nas sessões plenárias.

As intervenções, nas sessões plenárias do Parlamento dos Jovens, terão também um registo, a que daremos o nome de *Diário do Parlamento dos Jovens*, que ficará disponível antes do início da próxima edição.

Agradecemos aos funcionários que nos acompanharão, ao longo do dia e, nas suas pessoas, a todos quantos, das mais variadas formas, permitem, com a sua colaboração inestimável, que o programa se concretize nas suas diversas ações.

Em nome da Mesa, de todas as Deputadas e de todos os Deputados à Sessão Nacional, e de todos os participantes no programa, agradeço ao Sr. Presidente da Assembleia da República, à Sr.^a Ministra da Cultura, Juventude e Desporto e à Sr.^a Presidente da Comissão de Educação e Ciência a presença nesta sessão de abertura.

Muito obrigado.

Aplausos gerais.

Pausa.

Antes de iniciar os trabalhos, convido os restantes membros da Mesa a ocuparem os seus lugares:

Kaixin Cheng, Vice-Presidente, Deputada do círculo de Leiria;

Tomás Meirelles, Secretário da Mesa, Deputado do círculo de Braga;

Victória Almeida, Secretária da Mesa, Deputada do círculo de Coimbra.

Aplausos gerais.

Vamos retomar os nossos trabalhos.

Esta sessão plenária vai ter dois períodos: o período de perguntas, no qual vão ser apresentadas 16 perguntas às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados à Assembleia da República; e o período de debate e votação da Recomendação final do Parlamento dos Jovens sobre o tema «Literacia Financeira: os jovens CONTAM!».

Os nossos trabalhos começaram ontem à tarde, com as reuniões das quatro Comissões, em que teve lugar o debate dos 22 projetos de recomendação aprovados em todos os círculos eleitorais.

Em nome deste Parlamento dos Jovens, quero agradecer às Sr.^{as} Deputadas e aos Srs. Deputados da Assembleia da República que orientaram as reuniões das Comissões: Sr. Deputado João Pedro Louro, do PSD; Srs. Deputados Rui Cardoso e Ricardo Reis, do Chega; Sr.^a Deputada Isabel Costa, do PS; Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal; e Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. A todas e a todos, o nosso profundo agradecimento.

Aplausos gerais.

Vamos agora começar o período de perguntas. Convido as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados da Assembleia da República a ocuparem os seus lugares:

Sr. Deputado João Pedro Louro, do PSD;

Aplausos gerais.

Sr. Deputado Rui Cardoso, do Chega;

Aplausos gerais.

Sr. Deputado Miguel Matos, do PS;

Aplausos gerais.

Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal;

Aplausos gerais.

Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre;

Aplausos gerais.

Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP;

Aplausos gerais.

Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP;

Aplausos gerais.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda;

Aplausos gerais.

A Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, e o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, não se encontram ainda na Sala, mas contamos que se juntem a nós, entretanto.

Pausa.

No caso de a Sr.^a Deputada do PAN e de o Sr. Deputado do JPP não se puderem juntar a nós, a Mesa avaliará uma possível redistribuição das perguntas.

Ora, as 16 perguntas que vão ser apresentadas foram selecionadas ontem nas reuniões das Comissões.

O número de perguntas a que cada grupo parlamentar e Deputado único representante de partido (DURP) irão responder segue o método d'Hondt, aplicado ao conjunto de grupos parlamentares e DURP representados na Assembleia da República.

Neste contexto, caberá ao Sr. Deputado do PSD responder a quatro perguntas e ao Sr. Deputado do Chega responder a três perguntas. O Sr. Deputado do PS responderá a duas perguntas. E caberá a resposta a uma pergunta aos Srs. Deputados da Iniciativa Liberal, do Livre, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP.

O período de perguntas vai decorrer em duas rondas, distribuindo as 16 perguntas pelos Srs. Deputados aqui presentes, de acordo com a ordem e o número previamente estabelecidos.

Assim, na primeira ronda, o Sr. Deputado João Pedro Louro, do PSD, responderá a duas perguntas, preparadas pelos círculos que indicarei. O Sr. Deputado Rui Cardoso, do Chega, responderá, igualmente, a

duas perguntas. O Sr. Deputado Miguel Matos, do PS, a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal, a Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre, a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, e o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, responderão a uma pergunta.

Na segunda ronda serão colocadas as restantes perguntas aos Srs. Deputados do PSD, do Chega e do PS.

Na eventualidade de os Srs. Deputados do JPP e do PAN não poderem comparecer, as perguntas irão ser redistribuídas pelos Srs. Deputados João Pedro Louro e Rui Cardoso, respetivamente.

As Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados da Assembleia da República dispõem de 1 minuto e meio para responder a cada pergunta.

Em cada ronda, sempre que houver mais do que uma pergunta dirigida a um grupo parlamentar, serão colocadas num só momento, cabendo, depois, à respetiva Deputada ou Deputado agrupar as respostas no tempo que terá disponível.

Ou seja, em cada ronda, vou pedir aos porta-vozes dos círculos que coloquem as suas questões ao respetivo Deputado da Assembleia da República. Darei, seguidamente, o tempo correspondente a 1 minuto e meio por pergunta, para que cada Deputado possa responder ao conjunto das perguntas que lhe forem destinadas.

Esta fase da sessão plenária terá a duração máxima de 1 hora. Os Secretários da Mesa vão controlar o tempo. Ouvirão um sinal quando faltarem 30 segundos para atingir o tempo limite e outro no final.

Só intervirei caso ultrapassem o tempo previsto. Apelo, por isso, ao poder de síntese máximo dos Srs. Deputados.

Peço a atenção das Sr.^{as} Deputadas e dos Srs. Deputados do Parlamento dos Jovens para o uso dos microfones, que deve ser feito com especial cuidado e apenas para este efeito. Quando eu der a palavra, devem carregar no botão do microfone que está à vossa frente. Têm de voltar a carregar para o desligar logo que acabem de falar. Não se esqueçam de o fazer, porque é importante para a gravação da sessão. Naturalmente, quem não está no uso da palavra, não deve ligar nem tocar no microfone em ocasião alguma. Solicito o especial cuidado de todos no uso dos equipamentos.

Relembro, também, que devem levantar-se quando vos der a palavra.

Vamos, então, dar início à primeira ronda.

Vou indicar o nome dos dois círculos que vão apresentar as perguntas ao Sr. Deputado do PSD João Pedro Louro: círculo de Leiria e círculo de Santarém.

Vou pedir a cada porta-voz que eu for chamando que diga o seu nome e apresente a pergunta. Volto a lembrar que têm 1 minuto — 1 minuto apenas. Quando faltarem 30 segundos, ouvirão um sinal. No final do tempo, ouvirão outro.

Tem a palavra, para formular a pergunta, o porta-voz do círculo de Leiria.

O Sr. **Porta-Voz do círculo de Leiria** (Simão Marques): — Muito bom dia a todos, Ex.^{mos} Srs. Membros da Mesa, Ex.^{mos} Deputados da Assembleia da República, Ex.^{mos} Colegas Deputados do Parlamento dos Jovens, Sr.^{as} e Srs. aqui presentes. Sou o Simão Marques, porta-voz do círculo eleitoral de Leiria.

Hoje, milhares de jovens aprendem mais sobre literacia financeira nas redes sociais do que na escola. A nossa pergunta é a seguinte: Como pretende o Parlamento combater a desinformação financeira quando a educação escolar continua desatualizada face à realidade digital?

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Dou agora a palavra ao porta-voz do círculo de Santarém.

O Sr. **Porta-Voz do círculo de Santarém** (Rafael Deboeuf): — Bom dia a todos. Cumprimento, desde já, toda a Mesa, Deputados presentes, Deputados do Parlamento dos Jovens, Jornalistas, Professores e todos os presentes. O meu nome é Rafael Deboeuf e sou o porta-voz do círculo de Santarém.

Num momento em que muitos jovens demonstram desinteresse pela política, por sentirem que as suas opiniões raramente influenciam as decisões do País e que o debate político é frequentemente marcado por agressividade, conflito e falta de proximidade com a realidade dos jovens, que medidas concretas consideram necessárias para tornar a política mais transparente, construtiva e apelativa para as novas gerações?

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado do PSD João Pedro Louro para responder ao conjunto das duas perguntas, recordando que dispõe de um total de 3 minutos, 1 minuto e meio por cada pergunta.

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Um cumprimento também muito especial para os Jornalistas da Rádio Miúdos que nos acompanham.

A minha primeira palavra tem de ser, naturalmente, para felicitar todos os Srs. Deputados por terem chegado até aqui. Antes de responder às vossas questões, deixo apenas duas mensagens.

A primeira mensagem que gostaria de deixar é que nunca se esqueçam, ao longo deste dia, da grande responsabilidade que está nas vossas mãos, porque têm esta missão de representar muitos milhares de jovens que gostariam de estar no vosso lugar, mas que, sobretudo, gostariam e queriam ter uma voz aqui no Parlamento dos Jovens.

A segunda mensagem que gostaria de deixar é para que a vossa participação política não se fique por aqui, por esta iniciativa do Parlamento dos Jovens, porque nós não estamos sozinhos no mundo e a política é um serviço muito nobre. Não estando sozinhos no mundo, se cada um de nós puder dar o seu contributo para o mundo ser um bocadinho melhor, eu garanto-vos que o mundo será um bocadinho melhor.

E agora vou procurar responder às perguntas, que muito agradeço, dos Deputados Simão Marques e Rafael Deboeuf.

A primeira tem que ver com a importância da escola. Se é verdade que o nosso sistema de ensino demorou demasiado tempo a fornecer as ferramentas necessárias para termos melhores cidadãos, porque esse é o papel da escola, também é verdade que as redes sociais se cumprem com a partilha de informação credível; e é igualmente verdade que, muitas vezes, contribuem para a desinformação e para o maior risco.

Hoje, se existe algo com que um jovem se depara nas redes sociais é justamente o risco das apostas ilegais, porque — e esta é uma mensagem que eu gostaria de deixar — tudo aquilo que veem nas redes sociais de dinheiro fácil, muitas vezes, acarreta um risco enorme e não será bem assim. É por isso que hoje o sistema de ensino, o Governo e os partidos aqui na Assembleia da República têm apostado na literacia financeira por via da disciplina de Cidadania nas escolas.

Relativamente à segunda pergunta, ela parte do pressuposto que a política não tem sido transparente. Eu creio que hoje nunca existiu tanta transparência na política, nunca existiu um escrutínio tão grande e nunca existiu um acesso tão democratizado e tão grande à informação e àquilo que se faz não só no Governo, mas também nos grupos parlamentares e no Parlamento. E por isso existe informação. Isso não quer dizer que não tenhamos todos de fazer um grande esforço para a política ser mais jovem, para a comunicação ser mais credível e estar nas mãos dos jovens e ser-lhes facilmente acessível.

Creio que esse contributo poderá ser muito bem dado pela vossa geração e pelos Srs. Deputados no Parlamento dos Jovens. Também é certo que há um esforço grande que todos nós temos de fazer para abrir o Parlamento a iniciativas como estas, mas também às vossas escolas, para que os Deputados, os partidos, os políticos e todos aqueles que contribuem para a nossa democracia possam estar em contacto com aqueles que representam.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Vou agora dar a palavra aos porta-vozes dos dois círculos que vão apresentar as perguntas ao Sr. Deputado Rui Cardoso, do Chega: Setúbal e Europa.

Tem a palavra, para formular a pergunta, o porta-voz do círculo de Setúbal.

O Sr. **Porta-Voz do círculo de Setúbal** (Luís Redondo): — Muito bom dia a todos, Srs. Deputados, Colegas e Professores aqui presentes.

A «fuga de cérebros» constitui, segundo diversos estudos, um dos principais entraves ao desenvolvimento socioeconómico e científico do nosso País. Muitos jovens qualificados veem-se forçados a emigrar, motivados

por diversos fatores, desde as dificuldades no acesso ao ensino superior até aos obstáculos associados à aquisição da primeira habitação e à construção de uma vida estável em Portugal.

Não será, portanto, mais benéfico que, enquanto órgão parlamentar, coloquemos as divergências ideológicas em segundo plano e procuremos fundamentar uma solução estrutural capaz de produzir resultados efetivamente significativos e duradouros, em vez de apenas atenuar temporariamente este problema?

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Dou agora a palavra à porta-voz do círculo da Europa.

A Sr.^a **Porta-Voz do círculo da Europa** (Oceana Roda): — Bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Deputados presentes, Srs. Representantes Parlamentares, sou a Oceana Carreira Roda, porta-voz do círculo da Europa pela Secção Internacional Portuguesa do Lycée Masséna, de Nice.

Num País marcado pela emigração desde os anos 60 e que hoje perde novamente os seus jovens adultos, agora na sua maioria com elevadas qualificações académicas e profissionais, que medidas urgentes pode o País tomar para reter estes talentos e tornar o futuro dos jovens mais atrativo em Portugal, contribuindo para um melhor futuro económico e social do País?

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Cardoso, do Chega, que dispõe de um total de 3 minutos para responder ao conjunto das duas perguntas.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Gostava de vos saudar a todos os que estão nesta Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens: chegaram até aqui e têm a honra de se sentar nesses lugares onde estão também a fazer aquilo que nós fazemos, que é representar aqueles que votaram em nós nas diversas sensibilidades políticas que coexistem na sociedade.

Eu penso que era um pouco sobre isto que a primeira pergunta incidia. Muitas vezes, quem está em casa e quem está fora do Parlamento ouve-nos a discutir e pergunta-se: «Caramba, porque é que eles não são capazes de pôr os interesses partidários de lado e priorizar o interesse nacional nas escolhas e nas decisões que tomam?» De facto, foi isso que o Chega tentou fazer desde que chegou a este Parlamento. Em 2022, quando elegemos, pela primeira vez, um grupo parlamentar, estivemos dois anos sem que uma proposta nossa fosse aprovada, mas apresentámos centenas de propostas sobre todos os assuntos da sociedade.

Acontece que, para os outros partidos representados neste Hemiciclo, o logótipo partidário valia mais do que a substância da proposta. E isso é pôr o interesse partidário à frente daquilo que é o texto e a substância da proposta. Felizmente, as coisas mudaram e hoje já não são assim. Mas há uma coisa que nós mantemos e que muito nos orgulha: votamos propostas de todos os partidos se forem boas para as pessoas, independentemente de virem do Partido Comunista, da Iniciativa Liberal, de qualquer partido. Se forem boas para as pessoas, nós temos a obrigação de pôr Portugal à frente do cálculo tático ou tácito do meramente político. Esta é uma dimensão fundamental que gostava hoje aqui de assinalar.

Mas há outra que me parece importante. Calhou-nos a pergunta do círculo da Europa, e eu gostava de dirigir uma palavra aos nossos jovens da diáspora portuguesa, aos nossos jovens emigrantes, não só na Europa, mas aos que se encontram pelo mundo de fora: nós preocupamo-nos convosco, nós preocupamo-nos com o ensino da Língua Portuguesa aos lusodescendentes, nós preocupamo-nos com a situação precária das escolas portuguesas no estrangeiro, que vivem uma situação deveras preocupante numa série de sítios do mundo.

Gostaria de dizer aos nossos emigrantes — que a vida, por razões diversas, obrigou, forçou a que tivessem de sair daqui — que temos, em primeiro lugar, de vos conferir direitos políticos que tantas vezes são negados, quando têm de fazer centenas de quilómetros para ir votar a um consulado, quando se encontram com as embaixadas de portas fechadas, quando, por exemplo, nas eleições presidenciais não puderam votar por correspondência. Que sinal daríamos nós se conseguíssemos aprovar o voto eletrónico para os nossos emigrantes, para garantir que todos aqueles que estão nos quatro cantos do mundo, que sentem com orgulho a bandeira, a língua, os nossos símbolos, se possam sentir portugueses de facto?

Este era um compromisso que nós podíamos fazer, um pequeno passo, de muitos que têm de ser dados, para representar todos os portugueses, não só os 10 milhões que aqui estão, mas todos aqueles que estão pelo mundo fora e que sentem a bandeira nacional.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vou agora dar a palavra ao porta-voz do círculo de Braga para formular a pergunta ao Sr. Deputado do PS Miguel Matos.

O Sr. **Porta-Voz do círculo de Braga** (Leonardo Gonçalves): — Bom dia a todos os presentes. Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa, a restante Mesa, os Srs. Deputados da Assembleia da República, os colegas Deputados e os Professores. Sou o Leonardo Gonçalves, porta-voz do círculo de Braga.

A pergunta que temos a colocar ao Sr. Deputado do Partido Socialista é a seguinte: tendo em conta o aumento das fraudes financeiras *online*, muitas vezes direcionadas a jovens e pessoas com baixa literacia financeira, que medidas concretas pretende defender para responsabilizar bancos e plataformas digitais na prevenção destas fraudes e como garante que a educação financeira nas escolas acompanha a sofisticação crescente dos esquemas?

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Miguel Matos, do PS, que dispõe de exatamente 1 minuto e meio para responder à questão.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumprimento o Sr. Presidente, que é um conterrâneo meu, e cumprimento-vos a todos, desejando felicidades e que isto seja um ponto de partida para o vosso percurso cívico. A política é sobre valores, é sobre ideias para transformar o nosso País, pelo que espero que esta seja uma oportunidade para nos deixarem boas ideias. Também cumprimento todos os meus colegas.

Nós, no ano passado, fizemos uma proposta de reforma do sistema de ação social com base nas recomendações aprovadas pelo Parlamento dos Jovens. Infelizmente, fizeram um bocadinho vista grossa disso, mas espero que este ano consigamos não só aprovar como implementar aquilo que sair da vossa Recomendação.

Queria agradecer a pergunta ao Sr. Deputado do círculo eleitoral de Braga, uma excelente terra de onde vim ainda ontem.

De facto, nós temos um grande desafio, que é conseguir que as entidades reguladoras consigam agir mais rapidamente, pois elas neste momento deixam uma grande parte do fenómeno dos *influencers* financeiros sem capacidade de resposta. E há um motivo. É que, na Lei de Enquadramento Orçamental, meteram lá uma limitação que impede essas entidades reguladoras de se modernizarem, de utilizarem novas tecnologias, como por exemplo a IA (Inteligência Artificial), para poderem vasculhar as redes sociais e perceber quem é que está a cometer crimes, quem é que está a querer enganar os mais jovens, nomeadamente com aqueles esquemas Ponzi, as «academias», as criptomoedas — seguramente, alguns de vocês já ouviram falar sobre isso.

Portanto, temos de corrigir isso, mas também temos de ser consequentes. O jogo *online*, já aqui foi falado, é sem dúvida uma das formas principais de os jovens virem a ser enganados por falta de literacia financeira.

Pois bem, para concluir, Sr. Presidente, houve vários partidos que apresentaram propostas sobre isso. Aprovámo-las em comissão, chegámos a Plenário, mudaram de ideias e chumbaram-nas. Nada aconteceu. Será que desta vez vão ouvir a vossa voz e corrigir o problema das apostas *online*?

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Vou dar agora a palavra ao porta-voz do círculo de Aveiro que vai apresentar a pergunta à Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Porta-Voz do círculo de Aveiro** (Luís Almeida): — Sr. Presidente, cumprimento, na sua pessoa, todos os membros da Mesa, os jovens Deputados, os Srs. Jornalistas, Professores, Convidados e demais audiência. Sou o Luís Almeida, porta-voz do círculo eleitoral de Aveiro.

Sr.^a Deputada Mariana Leitão, 82 % dos jovens entre os 18 e os 34 anos referem não conseguir sair de casa dos pais. Entre 2020 e 2024, Portugal foi o 2.º País da União Europeia onde os preços das casas mais subiram, ficando apenas atrás da Grécia. Lamentavelmente, Portugal tem uma das taxas mais baixas de habitação pública da União Europeia, 2 %, enquanto, por exemplo, os Países Baixos têm quase um terço de parque habitacional público. Cerca de 20 % dos jovens portugueses encontra-se em risco de pobreza, isto quer dizer que, à sua frente, tem 25 jovens que se podem encontrar nesta situação.

Que medidas estruturais concretas defende para garantir que os jovens tenham, de facto, igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior e a habitação não seja a primeira condicionante na sua candidatura?

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — A Sr.^a Deputada da Iniciativa Liberal dispõe do total de 1 minuto e meio para responder à pergunta. Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados. Vou diretamente à resposta, porque tenho muito pouco tempo.

Há uma questão que é fundamental — nós sabemos — e que é quase, neste momento, estrutural. É o problema da habitação que temos no nosso País e que, obviamente, nunca poderá ser um fator que condicione o acesso de um jovem a concretizar os seus sonhos, nomeadamente a estudar no ensino superior.

Sabemos que foram feitos planos no passado de construção de residências universitárias, que falharam redondamente. E, portanto, aquilo que nós precisamos de garantir é: o Estado tem, é óbvio, uma missão que tem de cumprir e ajudar a cumprir, nomeadamente construindo mais residências universitárias; mas também é preciso deixar entrar os privados, porque construir demora muito tempo. Não é uma coisa que aconteça de um dia para o outro e, portanto, quanto mais intervenientes no setor existirem, mais oferta poderá existir.

Para isso acontecer é preciso que haja também muito mais rapidez nos licenciamentos. Há um problema de burocracia crónica que temos no nosso País, que condiciona tudo aquilo que nós pretendemos fazer, nomeadamente ao nível da habitação. Portanto, enquanto esse problema não for resolvido e enquanto não deixarmos de ter obsessões ideológicas de que só o Estado é que tem de construir residências universitárias e não deixarmos outros parceiros entrarem... Relembro que, em vários países da Europa, as residências universitárias são em modelo PPP (parceria público-privada), funcionam lindamente e dão oferta de habitação aos estudantes.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Segue-se a pergunta do círculo de Castelo Branco. Tem a palavra o porta-voz para apresentar a pergunta à Sr.^a Deputada do Livre Patrícia Gonçalves.

O Sr. **Porta-Voz do círculo de Castelo Branco** (Martim Mendes): — Cumprimento a Mesa, os Ex.^{mos} Deputados e os meus colegas Srs. Deputados do Parlamento dos Jovens.

Se o objetivo da escola é preparar as crianças e os jovens para o futuro, a minha pergunta à Sr.^a Deputada é a seguinte: Porque continuamos, maioritariamente, a levar em consideração a memorização em vez de competências práticas de autonomia e de atividades práticas?

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados e agradeço a presença de todos os que aqui estão, em especial do Sr. Deputado do círculo eleitoral de Castelo Branco, que colocou uma pergunta muito interessante e muito importante.

O modelo de ensino que nós temos hoje é ainda muito baseado no modelo da Revolução Industrial, que é o Bismarckiano, em que temos um número muito grande de pessoas à frente de um professor, que tenta passar conhecimento. A avaliação, que é a pergunta que coloca, é baseada na forma também como se transmite esse conhecimento. Mas nós sabemos que o que é necessário é mudar a forma como se ensina e já há escolas e modelos que o fazem: passar do ensino baseado na acumulação de conhecimento para o ensino baseado na necessidade de saber consultar fontes, procurar informação, interligar informação. Um modelo de ensino mais centrado no aluno, em que se consigam fazer projetos interdisciplinares, multidisciplinares, e que ajuda os alunos a pensar no que podem fazer além daquilo que lhes ensinam.

Reparem que há 100 anos não havia computadores. Nós tínhamos de memorizar coisas. Hoje há computadores, há redes sociais, há inteligência artificial. Temos todas essas fontes de informação na ponta dos nossos dedos. O que nos está a faltar é também saber como utilizar esse conhecimento, como ligar. E aí é que a escola pode ter um papel cada vez mais importante e, para isso, também é preciso valorizar a profissão dos professores, é preciso valorizar toda a escola para a sociedade.

Daqui a 100 anos nós não sabemos o que vamos ter. E vocês vão ter um papel essencial para construir o que vem aí e peço que continuem a pensar muito, muito nestes temas.

Muito obrigada, novamente, pela questão.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — A porta-voz do círculo de Lisboa tem 1 minuto para formular a pergunta à Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Porta-Voz do círculo de Lisboa** (Filipa Nogueira): — Muito boa tarde a todos. Cumprimento, desde já, na pessoa do Sr. Presidente, os restantes membros da Mesa, todos os convidados, Professores e organização que tornaram esta iniciativa possível — muito obrigada.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, em especial Sr.^a Deputada Paula Santos, a nossa pergunta é: na sua experiência enquanto Deputada, sabendo que Portugal tem e cria profissionais de extrema qualificação, por que motivo é que estes cérebros se afastam da vida pública e política? E o que faria para resolver esta questão?

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Queria agradecer a pergunta que foi formulada, mas antes permitam-me que dirija um cumprimento particular a todos os estudantes que aqui estão, aos jovens Jornalistas, aos Professores, às escolas — eu creio que esta participação é de uma grande importância, e já lá vou outra vez à questão da participação.

Uma das questões com a qual estamos confrontados é a falta de resposta aos problemas específicos dos jovens no nosso País, seja na área da educação, na área da habitação, na garantia de uma perspetiva de futuro para os jovens no nosso País. Ainda há pouco, foi feita uma pergunta sobre emigração, em que muitos jovens se veem obrigados a emigrar porque não têm essa perspetiva de resposta e de vida no nosso País.

Mas também acho que há muitos jovens no nosso País que intervêm de uma forma ativa. Creio que a irreverência, a criatividade, o inconformismo, que são características da juventude, estão presentes. Podemos olhar para as associações de estudantes nas escolas básicas e secundárias. Podemos olhar para as associações de estudantes também no ensino superior. Podemos olhar para as múltiplas associações e projetos em que os jovens se empenham e intervêm, seja por questões ambientais, por questões culturais ou desportivas. O que é preciso é estimular, de facto, essa participação. É preciso estimular o espírito crítico. É preciso estimular a reflexão sobre o meio que nos envolve.

Neste ano, em que comemoramos os 50 anos da nossa Constituição, onde ficaram consagrados um conjunto de direitos, de liberdades, de participação, livre participação, creio que este é o caminho que devemos continuar a seguir para que, de facto, os jovens tomem nas suas mãos o que é o seu futuro e o futuro do nosso País.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Dou agora a palavra ao porta-voz do círculo do Porto, que vai apresentar a pergunta ao Sr. Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

O Sr. **Porta-Voz do círculo do Porto** (Tiago Paulos): — Antes de mais, bom dia a todos. Aproveito para saudar o Presidente da Mesa e toda a restante Mesa, os Srs. Deputados da Assembleia da República, os Professores, Jornalistas, toda a equipa que tornou isto possível. Aproveito também para saudar os nossos colegas: estamos aqui com o objetivo de representar os jovens de todo o País e mostrar o que é verdadeiramente ser um jovem.

Passarei a ler a nossa pergunta, que vem no contexto da literacia financeira. Perante os modelos de educação financeira que têm revelado maior impacto noutros contextos europeus e internacionais, de que forma poderá Portugal adaptar essas boas práticas à sua realidade socioeconómica específica, sem incorrer numa mera importação acrítica de instrumentos institucionalizados?

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — O Sr. Deputado do CDS-PP dispõe de 1 minuto e meio para responder. Dou-lhe agora a palavra.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bom dia a todos. É uma maravilha vê-los aqui a representar os vossos colegas, os vossos amigos, a vossa geração. E faço mesmo votos para que, mais tarde, um dia mais tarde, vocês possam sentar-se aqui, como Deputados e Deputadas da Nação, a representar os eleitores e eleitoras que votam nas eleições legislativas.

Eu nunca participei no Parlamento dos Jovens, mas lembro-me, com 10 aninhos, de participar num programa de televisão que se chamava «Peço a Palavra» — provavelmente os vossos professores lembram-se disso —, onde participámos em vários debates. Foi a minha primeira experiência no debate democrático e é uma experiência que mantenho até hoje, como vocês certamente vão manter esta vossa experiência aqui no Parlamento.

A literacia financeira tem uma dimensão curiosa. Ninguém acorda a pensar «hoje vou pensar em inflação», mas a inflação acorda todos os dias a pensar em nós. E a literacia financeira continua a ter um nível muito baixo de formação em Portugal. Apenas um terço dos portugueses consegue responder a uma pergunta básica sobre inflação. E, por isso, nós temos mesmo de investir em literacia financeira. Investir na literacia financeira é investir no futuro, saber como é que nós aplicamos o nosso dinheiro, como é que nós aforramos, como é que nós poupamos, o que é o sistema fiscal, como funcionam as finanças públicas e, acima de tudo, evitar ser vítima de embustes e decisões desastrosas que podem destruir a nossa vida.

Investir na literacia financeira, como vocês estão a fazer, é investir no futuro. É construir e formar adultos capazes, responsáveis, livres, que vocês serão todos seguramente.

Parabéns pela vossa iniciativa, parabéns pelo vosso debate.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Peço à porta-voz do círculo dos Açores que dirija a sua pergunta ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Fabian Figueiredo.

A Sr.^a **Porta-Voz do círculo dos Açores** (Catarina Costa): — Ex.^{mo} Sr. Presidente e restantes membros da Mesa, Ex.^{mas} Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu sou a Catarina Costa, porta-voz do círculo dos Açores e a nossa questão

incide sobre o profundo contraste entre o investimento do País na educação e a elevada taxa de emigração jovem.

Ora, já que o tema em debate é a literacia financeira, falemos de números concretos. O Orçamento do Estado em vigor prevê cerca de 3925 milhões de euros afetos ao ensino superior. Por oposição, segundo um artigo do *Expresso* de 2024, cerca de 850 000 jovens portugueses vivem fora do País. Portugal está a educar milhares de empreendedores, líderes e mentes brilhantes que acabam por partir para o estrangeiro, fortalecendo outras economias. Formamos profissionais altamente qualificados e ainda assim mantemo-nos na cauda da Europa. Estarão estes milhões a ser deitados ao lixo? Como podemos, afinal, fixar os jovens no País?

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem a palavra o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Fabian Figueiredo, para responder.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, quero começar por cumprimentá-lo pela gestão absolutamente rigorosa dos tempos.

Agradeço muito a pergunta da Sr.^a Deputada Catarina Costa, porta-voz dos Açores, que cumprimento de forma bastante calorosa por trazer um tema muito importante para todos nós, que é o da emigração, e que é particularmente relevante para quem vive nas Regiões Autónomas dos Açores ou da Madeira. É que, além da emigração para o exterior, há também migração interna, porque muitos açorianos e muitos madeirenses querem continuar a viver na sua região, mas não encontram forma de o fazer, sendo depois obrigados a vir para o território continental.

Quero começar por dizer que todo o dinheiro que é investido na vossa formação, no vosso ensino, é dinheiro muito bem gasto. É um sucesso coletivo o facto de vocês serem a geração mais bem preparada do País. O problema é o que acontece depois, o que vos empurra para fora do País, porque a larga maioria das pessoas que emigram — é o caso da minha família também — não o faz porque quisesse fugir do País, porque estivesse à procura de uma aventura. Claro que há quem o faça. Temos gente brilhante que decidiu ir para uma universidade no estrangeiro, mas a larga maioria sai do nosso País porque não encontra um trabalho que lhe pague o custo de vida, porque as casas são muito caras, porque os contratos são precários.

A boa notícia é que nós somos uma democracia e que a vossa geração tem os mecanismos para tomar decisões melhores, para garantir que os salários são justos, que o custo de vida é comportável com o que se ganha e que, em Portugal, toda a gente tem direito ao futuro, a viver onde quer viver, onde nasceu ou onde escolheu viver.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Peço à porta-voz do círculo de Bragança que dirija a sua pergunta ao Sr. Deputado do JPP, Filipe Sousa.

A Sr.^a **Porta-Voz do círculo de Bragança** (Inês Pereira): — Muito bom dia, Ex.^{mos} Membros da Mesa, Srs. Deputados da Assembleia da República e Deputados do Parlamento dos Jovens e todos os restantes presentes. Sou a Inês, porta-voz do círculo eleitoral de Bragança.

Após décadas de promessas e reformas, como justifica que o sistema educativo português continue focado na memorização, nos exames e na pressão das notas, em vez de preparar verdadeiramente os jovens para a vida real? E quando existirão medidas concretas para uma reestruturação séria e eficaz na educação?

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem a palavra o Sr. Deputado do JPP, Filipe Sousa, para responder.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, permitam-me, em primeiro lugar, pedir desculpa pelo atraso, mas os atrasos nos aeroportos, nomeadamente a saída do avião da ilha da Madeira, fez com que eu chegasse mesmo em cima da hora.

Durante o voo preparei algumas ideias que gostaria de partilhar convosco. Mas, acima de tudo, e antes de mais, quero dizer que considero a questão colocada profundamente justa, uma vez que muitos jovens sentem precisamente isso: uma escola demasiado centrada na memorização, na pressão constante sobre as notas e a lógica dos exames, e muitas vezes distante daquilo que são os verdadeiros desafios de um País que todos nós ambicionamos que seja melhor.

Por isso, quero enaltecer todos os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas aqui presentes, porque a vossa participação tem um mérito muito forte, muito pujante. Vós sois os Deputados do futuro e a educação é seguramente um veículo que irá, sem dúvida, contribuir para a valorização deste Parlamento e da classe política.

Considero e acredito numa educação que estimule a reflexão crítica, o juízo autónomo e a formação integral da pessoa humana. Isto na medida em que é uma educação para a vida, para a cidadania, para o trabalho e, acima de tudo, como há pouco referi, para uma participação cívica e democrática.

E enalteço, do fundo do coração, a vossa participação. Trago esta mensagem desde a ilha da Madeira e fortaleço, acima de tudo, e dou muita valia à vossa participação e ao vosso empenho na atividade política.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Terminada a primeira ronda, passamos às restantes perguntas, que serão dirigidas aos Srs. Deputados João Pedro Louro, do PSD, Rui Cardoso, do Chega, e Miguel Costa Matos, do PS. Uma vez que a Sr.^a Deputada do PAN não poderá estar presente, a sua pergunta será redistribuída segundo o método d'Hondt.

Vou indicar o nome dos dois círculos que vão apresentar as perguntas ao Sr. Deputado do PSD João Pedro Louro: o círculo de Coimbra e o círculo de Viana do Castelo.

Tem a palavra para formular a pergunta a porta-voz do círculo de Coimbra.

A Sr.^a **Porta-Voz do círculo de Coimbra** (Margarida Carvalho): — Muito bom dia a todos. Cumprimento os membros da Mesa, Professores, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Jornalistas, serviços da Assembleia e todos os presentes nas galerias. O meu nome é Margarida Carvalho e sou do círculo de Coimbra.

Sr. Deputado João Pedro Louro, considera que um Deputado deve sempre seguir a orientação do partido ou há situações em que a consciência individual deve prevalecer?

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Dou agora a palavra à porta-voz do círculo de Viana do Castelo.

A Sr.^a **Porta-Voz do círculo de Viana do Castelo** (Mariana Gonçalves): — Muito bom dia a todos. Quero saudar em primeiro lugar a Mesa, os caros Deputados da Assembleia da República e os Colegas.

Sr. Deputado João Pedro Louro, muito obrigado pela sua presença.

Estamos hoje aqui, no Parlamento dos Jovens, a discutir o presente, mas com olhos postos no futuro. A verdade é que muitas das decisões políticas tomadas hoje pelas instituições soberanas terão o seu verdadeiro impacto daqui a 30 anos, altura em que seremos nós os adultos que vamos assumir a liderança e as consequências do País. Sentimos que as auscultações informais já não chegam.

Por isso, pergunto: Como podemos dar um peso mais vinculativo à voz dos jovens nas tomadas de decisão de hoje para o amanhã?

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado do PSD João Pedro Louro para responder ao conjunto das duas perguntas, recordando que dispõe de um total de 3 minutos.

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por agradecer as perguntas às Sr.^{as} Deputadas Margarida Carvalho e Mariana Gonçalves.

Relativamente à primeira pergunta, creio que é importante dizer essencialmente duas coisas.

A primeira coisa que eu gostaria de dizer é para se valorizar o papel dos partidos políticos. Não há democracia sem partidos políticos. Os partidos políticos representam projetos políticos, representam ideias, representam propostas, representam causas. E qualquer Deputado, quando aceita ser candidato à Assembleia da República, aceita comprometer-se com esse projeto político. E, por isso, naturalmente que aceita estar vinculado a essa disciplina partidária. Mas também é verdade que existem exceções. Eu tenho o gosto de fazer parte de um partido que, em matérias fraturantes, tem a boa tradição, a meu ver, de dar liberdade de voto aos seus Deputados, justamente porque entende que, em algumas questões, deve imperar a consciência individual dos Srs. Deputados.

Mas há ainda uma outra coisa que eu tenho de fazer, porque senão muitos dos Srs. Deputados que aqui hoje estão presentes não me perdoariam: enaltecer o papel das juventudes partidárias. As juventudes partidárias não devem ser uma caixa de ressonância dos partidos. As juventudes partidárias servem para ser a voz da juventude junto dos partidos e devem, sim, ter causas próprias, ideias próprias, voz própria, porque representam, justamente, um papel importantíssimo da juventude portuguesa, que é estar certo antes do tempo e, por isso, muitas vezes devem também estar ao lado das suas causas, ao lado da sua voz, ao lado das suas ideias e, porventura, às vezes, não acompanhar o sentido de voto do seu partido. Eu já tive essa oportunidade, já dei esse exemplo nesta causa e creio que honrei o papel de uma juventude partidária.

Relativamente à segunda questão, gostaria de começar por dizer que, nos últimos dois anos, a juventude portuguesa foi, sem dúvida alguma, uma prioridade neste País. E isso é visível em áreas fundamentais na vida de um jovem. Na área do rendimento, em que hoje um jovem em Portugal tem um regime fiscal que é único em toda a Europa. Na área da habitação, em que temos medidas que discriminam positivamente qualquer jovem em Portugal e que hoje, graças às medidas que foram implementadas, mais de 80 000 jovens em Portugal têm acesso a uma primeira casa. Isso só foi possível graças à capacidade que existiu de dar voz a jovens nesta Casa. É por esta razão que isso é tão importante.

Não quer dizer que os jovens hoje não enfrentem dificuldades, que os jovens não tenham ainda muitos desafios. Por isso é que é tão importante um jovem hoje estar aqui no Parlamento dos Jovens, mas também ser eleito Deputado à Assembleia da República. É que darmos voz aos jovens nos grandes centros de decisão é a garantia que temos de que os jovens podem ser, sim, uma prioridade.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Vou dar agora a palavra ao porta-voz do círculo de Portalegre, que vai apresentar a pergunta ao Sr. Deputado Rui Cardoso, do Chega.

O Sr. **Porta-Voz do círculo de Portalegre** (Pedro Sotero): — Sr. Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os membros da Mesa, caras Sr.^{as} e Srs. Deputados da Assembleia da República, caras Sr.^{as} e Srs. Deputados do Parlamento dos Jovens, Professores, Jornalistas e restantes presentes.

A minha pergunta incide sobre o dia a dia de um Deputado e as situações em que se pode encontrar e, por isso, é muito direta. Já alguma vez, desde que é Deputado, votou contra alguém em quem acreditava pessoalmente apenas por disciplina partidária?

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — O Sr. Deputado Rui Cardoso, do Chega, dispõe de 1 minuto e meio para responder.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta pergunta é muito pertinente, porque, ao fim e ao cabo, tudo passa: passam os lugares, passam os cargos, tudo isto é efémero e passageiro. Acreditem nisto. Mas há uma coisa que nos acompanha toda a vida, que é a nossa consciência. E a nossa consciência vai acompanhar-nos todos os dias. E, portanto, é a ela, em primeiro lugar, que devemos obedecer, porque é com

ela e com as decisões que tomamos, com os valores e princípios que honramos quando fomos eleitos que nós nos devemos preocupar, pois acompanham-nos toda a vida.

Tenho muita honra de militar num partido e ser Deputado de um grupo parlamentar que nos dá voz não só para construirmos o programa eleitoral com que vamos a votos, mas também os projetos que aqui apresentamos e os sentidos de voto que damos às iniciativas. Tenho muita honra de pertencer a um grupo parlamentar que defende tudo aquilo em que acredito: a vida, da concepção à morte natural, a família como célula base da sociedade, a propriedade privada como pedra angular do Estado de direito, a liberdade económica e a liberdade de expressão, o mundo rural e as suas tradições, quem trabalha, quem vive sufocado por impostos, quem sente que o Estado e que os políticos de Lisboa se esqueceram deles, o interior do País, todos aqueles que sentem que existe uma casta política que lhes virou as costas. Tudo isto são as causas que eu trouxe para aqui quando fui eleito. Estas são causas que honro em cada intervenção que faço e que me sinto representado em cada decisão que tomamos. E, por isso, deito-me todos os dias com a consciência tranquila de que estamos ao serviço de Portugal e dos portugueses.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Vou agora dar a palavra à porta-voz do círculo de Viseu para formular a pergunta ao Sr. Deputado do PS Miguel Matos.

A Sr.^a **Porta-Voz do círculo de Viseu** (Marta Leitão): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, sou a Marta Leitão, do círculo de Viseu.

Sr. Deputado, a grande maioria dos alunos do ensino secundário hoje aqui presentes daqui a muito pouco tempo irá ingressar no ensino superior. E a verdade é que, por um lado, o sistema de ensino atual deixa-nos sair do 12.º ano com uma enorme escassez de conhecimentos financeiros práticos para gerir uma vida autónoma; por outro lado, somos empurrados para uma realidade onde o custo do alojamento estudantil atingiu valores completamente exorbitantes. Segundo os dados do Observatório do Alojamento Estudantil, um simples quarto em Lisboa ou no Porto custa hoje entre 400 € e 500 € por mês, um valor que absorve mais de metade do salário mínimo nacional do País. Com o custo total de vida de um estudante a rondar os 800 € mensais, as famílias são sufocadas e muitos jovens são obrigados a trabalhar para não abandonarem os estudos ou simplesmente desistem de estudar.

Assim, no atual cenário económico de Portugal, pergunto-lhe diretamente: O que impede os jovens de poupar, de investir e até de estudar é mesmo a falta de literacia financeira ou a total falta de condições materiais e salariais?

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Matos, do PS, que dispõe de exatamente 1 minuto e meio.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Muito obrigado, Sr.^a Deputada Marta Leitão.

De facto, em Portugal ganha-se muito mal. E aqueles que dizem que apenas com o tema da fiscalidade dos impostos vamos conseguir resolver o problema querem enganar-nos, porque, na realidade, lá fora ganha-se o dobro ou o triplo. Ganha-se mais como empregado de mesa do que cá como engenheiro. E, portanto, não é por deixarmos de pagar os 15 % do IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) que isso iria resolver o problema. Nem é resolvendo só o problema da literacia financeira. Eles acham que sim, mas, na verdade, o que a pessoa poupa é tão pouco, porque recebe tão pouco. Como é que se consegue a partir daí ter novas oportunidades?

Nós precisamos de aumentar os salários no nosso País. E nós tínhamos um acordo de rendimentos que colocou Portugal como campeão do Ocidente, do ponto de vista dos aumentos salariais. O que é que aconteceu? Deixaram de renovar o acordo salarial. E, entretanto, os aumentos salariais passaram de 8 % para 7 %, para 6 %, e onde é que vai acabar? Essa é que é a questão que temos de fazer.

Temos um País que tem de mudar a sua economia, tem de crescer mais, mas tem de crescer mais com melhores salários. E o que é que nós vemos, do ponto de vista dos jovens? Vemos que, quando saíam da faculdade, tinham direito a um prémio salarial entre 2000 € e 5000 €, que lhes era devido. Não o revogaram, mas também não o pagam, nem sequer abriram candidaturas.

Em relação às residências universitárias, como perguntaste, nós aprovámos aqui uma lei, com os votos a favor de todos os partidos, exceto do PSD e do CDS, que dava aos estudantes da classe média um complemento de alojamento, que ia até 500 € consoante a localização. Ainda não pagaram um único cêntimo! Porque é que não pagam o que devem?!

Além disso, também relativamente a residências universitárias, nós lançámos obras e as obras estão todas a ser concluídas e inauguradas agora. Só que há um problema. É que as obras destas residências só iam gerar até 26 000 camas para 120 000 estudantes deslocados. É preciso construir mais residências ainda. E, portanto, fica uma pergunta aqui para o meu colega do lado: Quando é que constroem mais residências universitárias? Nós fizemos a nossa parte, agora façam a vossa.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Enquanto a Sr. ^a Deputada do PAN não aparece na Sala, iremos fazer um compasso de espera.

Pausa.

O compasso de espera terminou. A Sr. ^a Deputada do PAN não irá comparecer por motivos de agenda parlamentar e, por isso, a pergunta que o círculo da Madeira iria fazer à Sr. ^a Deputada Inês de Sousa Real irá ser feita ao Sr. Deputado do PSD João Pedro Louro, através do método d'Hondt.

Portanto, passo agora a palavra ao porta-voz do círculo da Madeira para formular a sua pergunta ao Sr. Deputado João Pedro Louro.

O Sr. **Porta-Voz do círculo da Madeira** (Miguel Oliveira) — Muito obrigado, Sr. Presidente. Na sua pessoa, cumprimento o resto da Mesa, cumprimento os Deputados da Assembleia da República e cumprimento um pouco mais calorosamente o meu conterrâneo da Madeira. Além disso, cumprimento também os Deputados do Parlamento dos Jovens, Professores, Convidados e demais presentes.

Nós estamos hoje aqui para debater a literacia financeira e, portanto, achamos que nos devíamos cingir a este tema. Desse modo, o círculo da Madeira pergunta o seguinte ao Deputado João Pedro Louro: Considera que a falta de literacia financeira em Portugal é apenas um problema de educação escolar ou também reflete decisões políticas e económicas tomadas ao longo dos anos?

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado do PSD João Pedro Louro.

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Começo por dizer que tão importante como a literacia financeira é também a literacia política, para que não tenham de fazer intervenções como a do Sr. Deputado Miguel Matos.

Risos.

Há uma coisa que é clara: os portugueses e, sobretudo, os jovens do ensino superior sabem que o Partido Socialista anunciou um plano de alojamento para o ensino superior em 2018. Prometeram 18 000 camas, mas, passados seis anos, nem 1000 camas tinham executadas. Esta é a realidade e é a realidade da literacia.

Aplausos gerais.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, naturalmente, a literacia financeira é importante para que também possam saber que não é um prémio salarial sem critério que fixa os jovens em Portugal. É por isso que é muito importante a literacia financeira, que também tem um papel fundamental no nosso sistema de ensino.

O nosso sistema de ensino é o responsável máximo por garantirmos que o elevador social funciona. E o maior instrumento que nós temos ao nosso dispor para garantir a mobilidade social, mas também para garantir a igualdade de oportunidades, é o conhecimento dos instrumentos de poupança, dos instrumentos de investimento, dos instrumentos financeiros e económicos.

E esse é um papel que eu creio que, mais dia, menos dia, o sistema de ensino vai começar a cumprir.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados da Assembleia da República, em nome de todos os participantes desta Sessão Nacional, agradeço muito a vossa presença e as respostas que deram às nossas perguntas. Muito obrigado a todos.

Aplausos gerais.

Há uma Sr.^a Deputada que quer usar da palavra. Faça favor.

A Sr.^a **Mariana Sousa** (círculo da Madeira): — Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento a Mesa, os caros jovens Deputados, os Deputados da Assembleia da República, em especial o nosso conterrâneo madeirense do JPP, caros Professores e demais entidades.

Hoje, ouvimos aqui muitas respostas...

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Sr.^a Deputada, a sua intervenção...

A Sr.^a **Mariana Sousa** (círculo da Madeira): — É uma interpelação à Mesa, muito rapidamente. Peço desculpa.

É só para dizer que, antes de apontar e arrastar as culpas uns para os outros, devemos, quem está no Governo, resolver os problemas e não jogar as culpas de um lado para o outro.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Sr.^a Deputada, a sua intervenção não foi uma interpelação à Mesa, foi uma apreciação geral sobre os trabalhos, e essas intervenções não são para ser feitas nestes moldes. Portanto, da próxima vez que algum Sr. Deputado se dirigir à Mesa que seja para uma interpelação à Mesa acerca da condução dos trabalhos e nada mais.

Aplausos gerais.

Despeço-me, então, dos Srs. Deputados à Assembleia da República.

Aplausos gerais, de pé.

Caras Deputadas e caros Deputados, peço que se sentem.

Vamos, então, iniciar o período de debate e votação da Recomendação à Assembleia da República sobre o tema «Literacia Financeira: os jovens CONTAM!».

Passo agora a palavra à Vice-Presidente da Mesa, Kaixin Cheng, para algumas informações gerais.

A Sr.^a **Vice-Presidente** (Kaixin Cheng): — Muito obrigado, Sr. Presidente, e muito bom dia a todos.

Permitam-me que transmita um pedido relativo ao uso dos microfones: a boa utilização dos microfones é essencial para a gravação desta sessão, que, como sabem, está a ser transmitida em direto através do Canal Parlamento.

O uso do microfone está limitado aos Deputados que intervêm, e apenas quando a palavra lhes for concedida. Nessa ocasião, devem ajustá-lo, com cuidado, ligando-o, depois, no botão vermelho. Está, assim, interdito o manuseamento dos microfones e a ligação do som em qualquer outra ocasião.

Contamos com a vossa colaboração para que possamos evitar qualquer avaria ou estrago, ao mesmo tempo que permitimos que as pessoas que acompanham esta nossa Sessão através do Canal Parlamento possam ouvir com clareza as nossas intervenções.

Os nossos trabalhos, nesta Sessão Nacional, começaram ontem à tarde, com as reuniões das quatro Comissões, nas quais se debateram os 22 projetos de recomendação aprovados nos círculos eleitorais aqui representados.

Cada Comissão aprovou um texto com um número máximo de cinco medidas. Isto significa que temos um conjunto de 17 medidas e teremos agora de selecionar as que vão constituir a nossa Recomendação final à Assembleia da República.

Encontram no QR Code (Quick Response Code), nos vossos cartões de identificação, o documento disponibilizado no final do dia de ontem, que contém as medidas aprovadas nas quatro Comissões. Estão, também, projetadas na Sala.

Como é natural, há medidas com conteúdos semelhantes e, no texto que vamos discutir, estas foram agrupadas de forma a facilitar a nossa apreciação.

Pedimos a todas as Deputadas e a todos os Deputados que tenham em conta que este Plenário vai tomar as decisões a nível nacional e, por isso, devem analisar com objetividade as medidas, qualquer que tenha sido a Comissão em que participaram, para podermos decidir quais as medidas que devem ficar na nossa Recomendação final.

Agora, já não é importante em que Comissão cada um de vós participou. O que é preciso é decidir quais as melhores medidas, eliminando as que poderão, eventualmente, ser redundantes.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário da Mesa Tomás Meirelles.

O Sr. **Secretário da Mesa** (Tomás Meirelles): — Muito obrigado, Sr.^a Vice-Presidente.

O processo previsto no n.º 2 do artigo 79.º do nosso Regimento permite, nesta fase, apresentar propostas de eliminação, isto é, discutir quais as medidas que acham que devem ser retiradas do guião.

Peço a vossa atenção, pois vou passar a explicar como vamos organizar a apresentação das propostas.

Daqui a pouco, pediremos aos porta-vozes para se dirigirem à Mesa apenas para recolherem os exemplares do modelo de proposta de eliminação.

Iremos interromper a sessão por 20 minutos para que os Deputados possam organizar-se.

Cada Deputado deve começar por identificar uma medida que pretenda eliminar, uma vez que apenas pode assinar uma única proposta.

Deve, de seguida, organizar-se com outros nove Deputados que pretendam eliminar a mesma medida.

Cada proposta de eliminação só pode ser entregue à Mesa se for subscrita por 10 Deputados, que podem, naturalmente, ser de círculos diferentes.

As propostas devem ser entregues à Mesa, por escrito, em modelo próprio, com a indicação do número da medida que pretendem eliminar e com os nomes, bem legíveis, dos 10 Deputados que apresentam a proposta. O nome deve ser igual ao que têm no vosso cartão de identificação.

Peço-vos também que assinalem com uma cruz o nome da Deputada ou do Deputado que irá apresentar, em nome desse grupo, os argumentos a favor da eliminação dessa medida.

Passo agora a palavra à Secretária da Mesa Victória Almeida.

A Sr.^a **Secretária da Mesa** (Victória Almeida): — Muito obrigada, Sr. Secretário.

Recordo que cada Deputado só pode subscrever uma única proposta. Assim, se a Mesa verificar que o nome de um Deputado está registado em mais do que uma proposta, rejeitará definitivamente a proposta que entrar em segundo lugar. Só será aceite pela Mesa a que foi entregue em primeiro lugar, mesmo que a medida seja a mesma.

Pedimos, por isso, que os Srs. Deputados garantam, declarando uns aos outros, que subscrevem apenas a vossa proposta.

Essa responsabilidade é de todos, sob pena de a proposta ser rejeitada à chegada à Mesa, sem possibilidade de correção.

Está claro para todos os Srs. Deputados?

Pedimos, então, aos porta-vozes dos círculos que se dirijam à Mesa para recolherem os exemplares do modelo de proposta de eliminação.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Srs. Porta-Vozes, peço que aguardem que a Sr.^a Secretária termine de falar e só depois podem dirigir-se à Mesa.

A Sr.^a **Secretária da Mesa** (Victória Almeida): — Os restantes Deputados deverão, depois de se organizarem, dirigir-se ao respetivo porta-voz para obter o modelo de proposta de eliminação, que preencherão e entregarão à Mesa nos moldes que já referi.

Lembrem-se de que cada Deputado só pode assinar uma única proposta e que cada proposta tem de recolher 10 assinaturas.

Vamos agora interromper a sessão por 20 minutos, solicitando que apresentem as propostas à Mesa até às 12 horas e 13 minutos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Agora, sim, Srs. Porta-Vozes, podem dirigir-se à Mesa.

Pausa.

Srs. Deputados, informo que o tempo terminou.

Retomem, por favor, os vossos lugares.

Pausa.

Srs. Deputados, desliguem o microfone, por favor. Srs. Deputados, o microfone.

Pausa.

Srs. Deputados, retomem os vossos lugares o mais rápido possível.

Pausa.

Não iremos ainda retomar os trabalhos. A Mesa comunica apenas que lhe foi entregue um telefone perdido.

Pausa.

Quaisquer interpelações a membros externos ao Parlamento dos Jovens devem ser feitas fora do período de debate.

Pausa.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Deram entrada na Mesa 12 propostas de eliminação. Vou anunciá-las e peço-vos que anotem os números das medidas que têm propostas de eliminação.

A primeira proposta é relativa à eliminação da medida n.º 2 e foi apresentada por Deputados dos círculos dos Açores e Porto. Houve mais uma proposta de eliminação da medida n.º 2, subscrita por Deputados dos círculos do Porto, Europa, Santarém, Faro e Portalegre.

A proposta de eliminação seguinte é sobre a medida n.º 4 e foi apresentada por Deputados dos círculos de Setúbal, Lisboa, Aveiro, Castelo Branco, Bragança e Madeira.

A proposta de eliminação seguinte é sobre a medida n.º 8 e foi apresentada por Deputados dos círculos do Porto, Guarda e Santarém.

A proposta de eliminação que se segue é sobre a medida n.º 9 e foi apresentada por Deputados dos círculos de Lisboa, Évora e Porto.

A proposta de eliminação que se segue é sobre a medida n.º 10, que foi apresentada por Deputados dos círculos de Aveiro, Setúbal e Fora da Europa.

A proposta de eliminação seguinte é sobre a medida n.º 11, apresentada por Deputados dos círculos de Viseu, Viana do Castelo e Santarém.

Passando à proposta de eliminação da medida n.º 12, a mesma foi apresentada por Deputados dos círculos de Vila Real, Castelo Branco, Guarda e Faro.

Houve também uma proposta de eliminação referente à medida n.º 13 e foi apresentada por Deputados dos círculos de Coimbra, Viana do Castelo e Lisboa.

Por último, houve duas propostas de eliminação da medida n.º 17, uma subscrita por Deputados do círculo de Braga e outra pelos Deputados dos círculos de Faro, Castelo Branco, Évora e Madeira.

Houve também uma proposta de eliminação referente à medida n.º 7, apresentada pelos círculos de Leiria e Beja.

O Sr. Deputado do círculo do Porto pretende fazer uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Henrique Monteiro** (círculo do Porto): — Faltam as propostas de eliminação das medidas n.ºs 5 e 8, se não me engano.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Medidas n.ºs 5 e 8?

O Sr. **Henrique Monteiro** (círculo do Porto): — Peço desculpa, a medida n.º 8 supostamente foi mencionada, mas falta a n.º 5.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — A Mesa não recebeu uma proposta de eliminação referente à medida n.º 5. Além disso, não pode haver mais do que 13 propostas de eliminação, porque somos 132 Deputados.

Prosseguindo, isto significa que merecem consenso e estão em condições de ficar no texto final algumas medidas. Como devem ter verificado, há sete medidas que não tiveram qualquer proposta de eliminação, designadamente as medidas n.ºs 1, 3, 5, 6, 14, 15 e 16.

Vou pedir aos Secretários da Mesa que as leiam para que fique claro o teor das medidas que constam já da Recomendação final.

O Sr. **Secretário da Mesa** (Tomás Meirelles): — Medida n.º 1: Criação de eventos distritais direcionados para a capacitação da população no âmbito da literacia financeira, com sessões práticas sobre a prevenção de fraudes, simulações fiscais e orçamentais, riscos associados à dependência do jogo e princípios de finanças sustentáveis.

Medida n.º 3: Criação de um selo de certificação da CMVM, para identificar criadores digitais com formação validada em temas económicos, garantindo verificação de conteúdos e análise de denúncias sobre possíveis práticas fraudulentas no ambiente *online*.

Medida n.º 5: Criação de uma versão específica e intuitiva para jovens — à semelhança dos simuladores da plataforma Todos Contam —, com o propósito de assistir os jovens na tomada de decisões financeiras.

Medida n.º 6: Atualização do *site* Finanças à Lupa, transformando-o numa plataforma nacional de literacia financeira, com integração de inteligência artificial, videojogos educativos, simulações de situações reais da vida quotidiana, gestão de orçamento, cartão virtual e desafios financeiros interativos, permitindo aos jovens aplicar, de forma prática, os conhecimentos adquiridos.

A Sr.^a **Secretária da Mesa** (Victória Almeida): — Passo a ler a medida n.º 14: Facilitação do processo burocrático de parcerias entre escolas, universidades e empresas, sem perda do rigor de fiscalização, de forma a facilitar o conhecimento específico financeiro, empresarial e laboral.

Medida n.º 15: Realização de simulações do orçamento familiar empresarial e associativo (com diferentes níveis salariais e contextos), em momentos específicos, em determinadas disciplinas, como, por exemplo, TIC, no ensino básico, e um número de horas a cumprir, no ensino secundário, em disciplinas a determinar.

Medida n.º 16: Introdução da opção de literacia financeira na componente de formação contínua obrigatória e paga pelo empregador, no âmbito das 40 horas anuais previstas no Código do Trabalho.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Muito obrigado, Srs. Secretários. Antes de continuar, vou só pedir ao Sr. Deputado do círculo do Porto que interpelou a Mesa que dissesse o seu nome, de forma que as Sr.^{as} da Redação, que irão elaborar o *Diário do Parlamento dos Jovens*, possam anotar.

O Sr. **Henrique Monteiro** (círculo do Porto): — Henrique de Sousa Monteiro.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Temos agora dois momentos: a foto de grupo e, de seguida, o almoço.

Deverão estar na Sala após o almoço, pelas 13 horas e 50 minutos, sem atrasos, para que possamos cumprir, com rigor, todos os horários estabelecidos.

Antes de sairmos para almoçar, vamos tirar uma foto de grupo e, portanto, devem agora aproximar-se da Mesa e organizar-se de acordo com as indicações dos fotógrafos.

Eram 12 horas e 51 minutos.

Está reaberta a sessão.

Eram 14 horas e 3 minutos.

Informo que deram entrada na Mesa 12 propostas de eliminação, como tinha referido anteriormente, sendo elas as propostas de eliminação das medidas n.ºs 2, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 17.

Passo agora a palavra à Vice-Presidente da Mesa, Kaixin Cheng, para algumas informações gerais.

A Sr.^a **Vice-Presidente** (Kaixin Cheng): — Obrigado, Sr. Presidente.

Muito boa tarde a todos.

Vou passar agora a explicar a forma como o debate das propostas de eliminação apresentadas se irá processar.

O debate relativo a cada proposta vai realizar-se em duas rondas.

Na primeira ronda, daremos a palavra a um Deputado subscritor de cada proposta para se pronunciar a favor da eliminação e, em seguida, daremos a palavra a um outro Deputado que queira apresentar argumentos contra a eliminação da medida.

Portanto, se, por exemplo, houver duas propostas de eliminação de uma mesma medida, procederemos da seguinte forma: em primeiro lugar, fala o representante de um dos grupos subscritores, argumentando a favor; de seguida, é dada a ocasião a um Deputado que se inscreva, levantando a mão, para se pronunciar contra; depois, intervém o representante do outro grupo subscritor, argumentando a favor; por fim, é dada, de novo, a palavra a um Deputado que tenha levantado a mão para se pronunciar contra.

Procede-se, depois, da mesma forma, seguindo a ordem das medidas.

Com esta primeira ronda, pretende-se que todos os Deputados conheçam os argumentos a favor e os argumentos contra em relação a todas as propostas de eliminação, antes de as votarem.

A segunda ronda tem os objetivos de relembrar os argumentos e de dar oportunidade de participação no debate a mais Deputados.

Assim, a Mesa dará a palavra a um — e apenas um — Deputado que se queira pronunciar a favor da eliminação da medida em debate e, de seguida, daremos a palavra a um — e apenas um — Deputado que queira apresentar os argumentos contra a eliminação dessa medida.

Este procedimento repete-se tantas vezes quantas as medidas que forem alvo de propostas de eliminação.

Os Deputados que intervêm na primeira ronda deverão ser distintos dos que intervêm na segunda ronda, dando, assim, a oportunidade de intervenção a um maior número de Deputados.

Na segunda ronda, mesmo que haja várias propostas de eliminação sobre a mesma medida, vamos ouvir apenas uma intervenção a favor e uma intervenção contra, caso algum Deputado se inscreva.

Se vários Deputados levantarem o braço, cabe à Mesa decidir dar a palavra apenas a um deles, procurando garantir a alternância dos círculos, considerando o número de intervenções.

Informo que a intervenção do Deputado que apresenta, em nome do grupo, na primeira ronda, a proposta de eliminação é igualmente considerada para efeitos de contabilização de intervenções de cada círculo. Cada intervenção, seja a favor, seja contra, terá 1 minuto apenas.

Alguma dúvida, Srs. Deputados?

Devolvo a palavra, então, ao Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Muito obrigado, Sr. ^a Vice-Presidente.

Vamos começar a primeira ronda do debate. Lembro a todos que esta primeira ronda serve para ouvir os argumentos a favor e contra sobre cada proposta de eliminação.

É importante que todos estejam atentos e vão tomando as vossas notas. Como as medidas estão a ser projetadas, a Mesa não vai proceder à sua leitura.

Vou então dar a palavra a um dos subscritores da proposta de eliminação da medida n.º 2.

Sr.^a Deputada Diva Morais, dos Açores, tem 1 minuto para explicar porque é que o seu grupo entende que deve ser eliminada esta medida.

A Sr.^a **Diva Morais** (círculo dos Açores): — Ex.^{mo} Presidente de Mesa, restantes membros da Mesa, Deputados e Deputadas aqui presentes, nós sugerimos a eliminação da medida n.º 2 pelo facto de já existirem inúmeras plataformas sobre a literacia financeira. Em que é que a criação de mais uma plataforma irá contribuir para o aumento da literacia financeira?

Com uma rápida pesquisa encontramos tantas aplicações destinadas à abordagem pedagógica, como, por exemplo, a *Finanças Quiz* ou a *Trading Quiz*, como também plataformas de gestão financeira, de que são exemplo a *Moneyboard*, *Wallet* e *Gestor de Despesas e Orçamento*. Não posso deixar de referir também as diversas falhas destas aplicações que às vezes acontecem.

Para terminar, porquê criar instrumentos quando o principal obstáculo parece ser a falha de divulgação e acesso às plataformas já existentes? Mais uma aplicação não irá ter mais impacto.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Há alguém que queira pronunciar-se contra esta proposta? Ou seja, que pretenda manter esta medida na Recomendação final? Levante o braço, por favor. Só vou aceitar uma inscrição para uma intervenção de apenas 1 minuto.

Srs. Deputados, não há ninguém que se queira pronunciar contra? Eu repito: que pretenda manter esta medida na Recomendação final?

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Passamos, então, ao debate da proposta de eliminação da medida n.º 2, que irá ser apresentada pelo Deputado Sebastião Felício, do círculo de Faro.

O Sr. **Sebastião Felício** (círculo de Faro): — Sr. Presidente, antes de mais, deixe-me cumprimentar, na sua pessoa, a Mesa, todos os Deputados aqui presentes e também todo o público que está a assistir, quer nas galerias, quer lá em casa.

Seguindo também um bocadinho a ótica da intervenção da Sr.^a Deputada dos Açores, a medida n.º 2 refere uma aplicação que só vai criar mais burocracia e, muitas vezes, estas aplicações não funcionam. Mas,

especialmente, não faz sentido manter esta medida no projeto de recomendação quando nós já temos uma medida que foi aprovada e sobre a qual não recaiu qualquer proposta de eliminação, que é a medida n.º 6. Esta contempla medidas dos projetos-base de todos os círculos representados na 4.ª Comissão, à qual pertenci no dia de ontem. Nós agregámos todas as medidas desses projetos em debate na Comissão, pelo que a medida n.º 6 é uma das mais abrangentes deste projeto de recomendação. Foi votada favoravelmente em Comissão e é uma medida que verdadeiramente vai representar os nossos colegas que não passaram a esta fase.

Mais uma vez, não faz sentido aprovar a manutenção da medida n.º 2 quando temos, no projeto de recomendação, uma medida, a n.º 6, muito mais eficiente e muito mais capaz.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Há alguém que queira pronunciar-se contra esta proposta de eliminação, ou seja, que pretenda manter esta medida na Recomendação final?

Vou então dar a palavra a um dos subscritores da próxima proposta de eliminação, neste caso da medida n.º 4.

Sr.ª Deputada Amanda Ghitu, do círculo de Setúbal, tem a palavra.

A Sr.ª **Amanda Ghitu** (círculo de Setúbal): — Sr. Presidente, saúdo-o a si, à Mesa e a todos os Deputados aqui presentes hoje.

A medida n.º 4 prevê a criação de um selo oficial para premiar empresas que adotem medidas e práticas financeiras seguras e transparentes e, em troca, recebem benefícios fiscais. Embora esta intenção possa parecer louvável e extremamente positiva, digamos, levanta questões éticas e práticas fundamentais que não podemos ignorar.

A realidade é que, em primeiro lugar, devemos questionar-nos sobre qual é a lógica de premiar o dever. A transparência e a segurança não deveriam ser opções meritórias, mas sim requisitos básicos e obrigatórios para qualquer empresa operar no mercado. Ao introduzirmos incentivos fiscais, estamos todos implicitamente a admitir que a honestidade tem um preço e que o contribuinte deve pagar para que as empresas sejam éticas.

Posto isto, surge outra pergunta. Quem é que atribui o selo às empresas? A medida não explicita qual a entidade que o atribui, ao contrário da medida n.º 3. Não existirá possibilidade de tráfico de influências ou corrupção?

Aquilo que nós precisamos é de ética empresarial. Precisamos de fiscalização pública forte e eficaz e não da venda de selos de bom comportamento.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Há alguém que queira pronunciar-se contra esta proposta, ou seja, que pretenda manter esta medida na Recomendação final?

Sr. Deputado do círculo eleitoral da Madeira, peço que diga o seu nome.

O Sr. **Francisco Gonçalves** (círculo da Madeira): — Francisco Gonçalves.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Francisco Gonçalves** (círculo da Madeira): — Ex.^{ma} Mesa, Srs. Deputados, o grupo anterior apresentou uma proposta de eliminação da medida n.º 4, mas eu não concordo, porque temos diversos prémios que valorizam mesmo quem cumpre deveres. Não é por ser um dever que não ficamos orgulhosos de o cumprir, acho que é sempre um orgulho. E temos diversos prémios, como o *Prémio Cinco Estrelas* e a *Escolha do Consumidor*.

Acho que um prémio de literacia financeira, em que se distingam empresas que contribuam para a literacia financeira, não deve ser um problema, mas sim algo que as incentiva a ser melhores e a criar cada vez mais transparência, que acho que é algo de que precisamos bastante no nosso País.

Por isso, acho que a manutenção de uma medida positiva como esta não traz problema nenhum, nem grandes gastos financeiros, tendo em conta que estes incentivos fiscais não vão ser um grande desperdício. Graças a Deus, o nosso País tem um orçamento que não está mal, temos contas públicas favoráveis. Acho que não seria um problema estar a premiar com benefícios fiscais empresas que cumprem tais regras.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Vou dar a palavra a um dos subscritores da próxima proposta de eliminação, neste caso da medida n.º 7.

Sr.ª Deputada Beatriz Amorim, do círculo de Leiria, tem 1 minuto para explicar porque é que o seu grupo entende que deve ser eliminada esta medida.

A Sr.ª **Beatriz Amorim** (círculo de Leiria): — Ex.^{ma} Mesa e estimados Deputados, vimos por este meio expor os motivos que tornam de extrema relevância a eliminação da medida n.º 7.

É um facto que a nossa geração é a que mais se encontra exposta a recursos digitais, redes sociais, plataformas digitais e educativas. O cerne da questão não se trata de falta de conteúdo disponível, mas sim da escassa promoção deste tipo de conteúdo. Em vez de criarmos recursos, acreditamos ser mais importante valorizar os processos e iniciativas já existentes, que possuem tanto potencial quanto qualidade.

Além disso, gostaríamos de frisar que os conteúdos televisivos são cada vez menos explorados pelos jovens e, portanto, não seria o recurso mais estratégico.

Apontando agora para as redes sociais e tendo em conta o funcionamento do algoritmo, assume-se que estes conteúdos só chegarão a jovens que já demonstram interesse na matéria. Não chegarão, então, ao público-alvo, os jovens com pouco conhecimento financeiro.

Por último, acreditamos que esta não é a forma mais eficiente de promover o conhecimento financeiro. Os jovens são constantemente bombardeados com conteúdo e vídeos que são esquecidos e ignorados rapidamente após assistirem aos mesmos.

Acreditamos que uma abordagem mais didática e interativa é, sim, a melhor forma de aproximar os jovens a esta temática.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Há alguém que queira pronunciar-se contra esta proposta, ou seja, que pretenda manter esta medida na Recomendação final?

Sr.ª Deputada do círculo da Madeira, tem a palavra.

A Sr.ª **Mariana Sousa** (círculo da Madeira): — Sr. Presidente, cumprimento a Mesa, os Deputados que estão hoje aqui presentes, jovens Deputados e demais público.

Eu sou contra a eliminação desta medida, e acredito que o círculo da Madeira também, porque a nossa Constituição consagra, no artigo 37.º, a liberdade de expressão e informação, ou seja, a liberdade de dar e receber informação. Muitos jovens, infelizmente — não é comum no nosso País —, ainda não têm acesso à *internet*. Então, a rede pública é o único acesso à informação. A produção de vídeos que seriam transmitidos na rede pública, que é controlada pelo Governo, em horário nobre, era importantíssimo para que a informação chegasse a todos, qualquer que seja o lugar no País e seja qual for a situação socioeconómica dos jovens.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Pedia só que dissesse o seu nome para as funcionárias da Assembleia da República poderem anotar.

A Sr.ª **Mariana Sousa** (círculo da Madeira): — Mariana Sousa.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Vou dar a palavra a um dos subscritores da proposta de eliminação da medida seguinte que, no caso, é a medida n.º 8.

Dou, assim, a palavra ao Deputado Tiago Paulos, do círculo eleitoral do Porto, para uma intervenção de 1 minuto.

O Sr. **Tiago Paulos** (círculo do Porto): — Queria, antes de mais, aproveitar para saudar todos os meus Colegas e a Mesa.

A nossa proposta de eliminação desta medida assenta num princípio básico. É que estes concursos já existem. Já existem de todas as formas e maneiras.

Temos o concurso *Todos Contam*, que pretende premiar as escolas, neste caso com um melhor desempenho no que toca à literacia financeira. Também temos concursos, quer para o ensino básico, quer para o ensino secundário, que premeiam as pessoas com melhor literacia financeira: *Geração Euro* e *European Money Quiz*.

Além disso, é importante questionar outra coisa: se, efetivamente, outro concurso é a resolução do problema. E a resposta é: não é! Nós já temos estes concursos e Portugal mostra uma coisa: apenas 6,6 % dos alunos, segundo os dados do PISA (Programme for International Student Assessment), têm condições de excelência de literacia financeira. Ou seja, o que nós devíamos estar a fazer era a premiar estes alunos e não responder aos 93,4 % que ainda não chegaram ao nível de excelência.

Isto não é uma medida que vá beneficiar toda a população e, além disso, é uma medida que já existe. Não é assim que se resolvem os problemas da literacia financeira.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Vou, então, dar a palavra a um dos subscritores da proposta de eliminação da medida n.º 9.

Sr. Deputado João Machado, do círculo eleitoral de Lisboa, tem 1 um minuto para explicar porque é que o seu grupo entende que deve ser eliminada esta medida.

O Sr. **João Machado** (círculo de Lisboa): — Sr. Presidente, Ex.^{mos} elementos da Mesa, Srs. Deputados e restantes presentes nesta Sala, a medida n.º 9 é, à primeira vista, brilhante: baixo custo, facilitação da entrada de recém-formados no mercado de trabalho — tudo soa bem. No entanto, ao submetermos a medida à lupa da razão, problemas estruturais tornam-se evidentes. Saber é poder; porém, saber não é necessariamente poder ensinar.

Então, coloco a questão: De que modo podemos garantir que estes jovens são, de facto, vocacionados e capazes de educar as próximas gerações?

Existe a possibilidade de, passe a expressão, morrermos da própria cura, visto que corremos o risco de ter alunos mal-ensinados, que creem piamente estar munidos de boas ferramentas, situação que a todos preocupa.

Além disso, a medida não é concreta quanto aos conteúdos a lecionar, isto é, como e por quem serão delineados.

Concluindo, a medida n.º 9 é, na teoria, exequível. Não obstante, tal não se evidencia quando confrontada com o escrutínio que um propósito tão nobre como ensinar literacia financeira aos jovens exige.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Há alguém que queira pronunciar-se contra esta proposta, ou seja, que pretenda manter esta medida na Recomendação final?

Pausa.

Sr.^a Deputada do círculo eleitoral dos Açores, peço que diga o seu nome.

A Sr.^a **Catarina Costa** (círculo dos Açores): — Sou a Catarina Costa, porta-voz do círculo dos Açores.

Ex.^{mo} Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o círculo dos Açores não concorda com esta eliminação, uma vez que, apesar de nós já termos a literacia financeira como conteúdo obrigatório na componente curricular, o que acontece muitas vezes é que, ao nível da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, os professores podem escolher parte dos conteúdos obrigatórios, entre os quais literacia financeira e empreendedorismo, democracia e instituições políticas.

Esta medida assegura, efetivamente, que a componente prática é valorizada, porque temos um programa de voluntariado e, além disso, tal como o colega referiu, não há custos associados. Portanto, o Estado também será beneficiado aqui.

E ainda acrescento que, ao nível do currículo, isto será profundamente enriquecedor para estes alunos dos mestrados das áreas económicas, facilitando a entrada no mercado de trabalho e promovendo a sua visibilidade.

Assim, esta é uma medida que não tem a ver com a sobrecarga horária. Estamos a aproveitar estruturas educativas já existentes, promovendo, assim, a literacia financeira.

Portanto, junta-se o útil ao agradável, pelo que não há como eliminar esta medida.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — O Sr. Deputado do círculo de Setúbal está a pedir a palavra para uma interpelação à Mesa acerca da condução dos trabalhos?

O Sr. **David Bandeira** (círculo de Setúbal): — É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Para que efeito?

O Sr. **David Bandeira** (círculo de Setúbal): — É sobre a condução dos trabalhos e sobre a intervenção.

Foi dito pela Mesa que iriam dar oportunidade a vários Deputados para intervir. Não obstante o excelente discurso da porta-voz do círculo eleitoral dos Açores, foi-lhe dada a palavra quando já interveio previamente e irá intervir no final da sessão.

Por exemplo, eu não sou porta-voz e não percebo a seleção que foi feita pela Mesa, quando inicialmente disseram que iam selecionar vários Deputados para haver uma maior participação de todos. Somos 132 e, no entanto, deram a palavra à porta-voz do círculo eleitoral dos Açores.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Há uma explicação muito simples ao redor desta questão.

O círculo eleitoral de Setúbal já irá ter um Deputado a apresentar uma medida de eliminação, além de que o seu círculo já falou previamente.

Do círculo dos Açores já faram as Sr.^{as} Deputadas Diva Moraes e Catarina Costa. Feitas as contas pelos Secretários da Mesa, se nós déssemos a palavra agora ao círculo de Setúbal, iria fazer com que o vosso círculo tivesse três intervenções. Se déssemos a palavra ao círculo dos Açores, iriam ter só duas intervenções.

Portanto, iremos sempre respeitar a alternância entre círculos, e é precisamente isso que estamos a fazer.

Aplausos.

Agradeço que confiem nas decisões tomadas pela Mesa.

Tem a palavra o Sr. Deputado da Madeira.

O Sr. **Francisco Gonçalves** (círculo da Madeira): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Faça favor.

O Sr. **Francisco Gonçalves** (círculo da Madeira): — Ex.^{ma} Mesa, era para perguntar se os serviços da Assembleia podiam aumentar o tamanho da imagem projetada, porque está um bocado difícil de ler.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Sr. Deputado, vamos fazer o possível. No entanto, pode sempre consultar a informação no QR Code que tem no cartão ao pescoço.

Agora vou dar a palavra a um dos subscritores da proposta de eliminação da medida n.º 10.

Sr.^a Deputada Heloísa Sikler, do círculo eleitoral de Setúbal, tem a palavra.

A Sr.^a **Heloísa Sikler** (círculo de Setúbal): — Ex.^{ma} Mesa, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a ENEC (Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania) já consagra a literacia financeira como aprendizagem obrigatória para todos os anos de escolaridade. Evidentemente, de formas diferentes para os diversos graus de ensino.

Assim, o reforço do tema seria uma medida redundante, tendo em conta a atual estratégia nacional. Mesmo que a Cidadania não seja uma disciplina obrigatória para todas as escolas, quem tiver Cidadania obrigatoriamente vai ter literacia financeira.

Então, esta medida acaba por não agregar nada do que estamos tentando produzir. Nós entendemos e valorizamos a intenção da medida, mas acreditamos que existem formas muito mais eficientes de assegurar o debate e o ensino sobre o tema.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Antes de prosseguirmos, vou pedir ao Sr. Deputado que fez uma interpelação à Mesa anteriormente que diga o seu nome para que as Sr.^{as} Funcionárias possam registar.

O Sr. **David Bandeira** (círculo de Setúbal): — David Bandeira.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — E o Sr. Deputado do círculo eleitoral da Madeira?

O Sr. **Francisco Gonçalves** (círculo da Madeira): — Francisco Gonçalves.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Muito obrigado, Srs. Deputados.

Há alguém que queira pronunciar-se contra esta proposta, ou seja, que pretenda manter esta medida na Recomendação final?

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado do círculo eleitoral de Lisboa para uma intervenção de 1 minuto. Comece pelo nome.

O Sr. **Francisco Nico** (círculo de Lisboa): — Sou o Francisco Nico.

Cumprimento os membros da Mesa, os Srs. Deputados e todos aqueles que nos observam.

Muito mal falamos nós da disciplina de Cidadania. Dizemos que esta não funciona, quer seja porque o programa não funciona, quer seja porque é desvalorizada por parte dos professores. Com revisões do programa e sendo este tão vasto, o único problema que me ocorre é o facto de a mesma ser desvalorizada, repito, por parte dos professores.

Como podemos nós falar de virtudes como democracia, liberdade e sentido crítico e, depois, desvalorizar a disciplina cujo único objetivo é elencar esse tipo de virtudes e qualidades em todo e qualquer aluno?

Como tal, qualquer enriquecimento do programa deve ser visto com bons olhos, daí esta medida ser pertinente e necessária.

Muito fácil é atacar a disciplina, falar mal da mesma; difícil é encontrar medidas que a façam reviver.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Vou dar a palavra a um dos subscritores da proposta de eliminação seguinte, que no caso é a proposta de eliminação da medida n.º 11.

Tem a palavra a Deputada Maria Fernandes, do círculo eleitoral de Viseu, para uma intervenção de 1 minuto.

A Sr.^a **Maria Fernandes** (círculo de Viseu): — Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa e os restantes assessores, assim como todos os Deputados aqui presentes.

Bom, vou ser muito breve na apresentação dos argumentos a favor da eliminação desta medida, uma vez que nós reunimos três razões para a eliminar.

A primeira razão é pelo facto de ela ser uma proposta completamente redundante. Se olharmos para a medida n.º 12, por exemplo, conseguimos perceber que, no geral, a medida n.º 11 reitera as ideias da medida n.º 12. Decidimos manter a medida n.º 12 e não a medida n.º 11 porque achamos que esta se encontra muito mais bem fundamentada do que a primeira.

A segunda razão pela qual decidimos eliminar é pelo facto de esta medida falar em entidades locais, parcerias com entidades locais. Contudo, a eficácia destas parcerias não é inerente a todo o País. Temos zonas, por exemplo como o interior do País, que não têm um acesso tão facilitado a entidades como estas.

Por fim, apresento a terceira e última razão, mas não menos importante, que é o facto de os *workshops* não constituírem de modo algum uma aprendizagem coesa o suficiente para falar de temas tão complexos como a literacia financeira.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Há alguém que queira pronunciar-se contra esta proposta, ou seja, que pretenda manter esta medida na Recomendação final?

Sr. Deputado do círculo eleitoral de Aveiro, tem a palavra.

O Sr. **João Paulo Fernandes** (círculo de Aveiro): — Ex.^{mo} Sr. Presidente, Ex.^{mos} Membros da Mesa, caros Deputados, a promoção de aprendizagens através da componente prática é, como todos sabemos, crucial para a efetivação dos conteúdos lecionados. Podemos perguntar a qualquer professor que aqui se encontre se é efetivamente verdade. É necessário pôr em prática aquilo que fazemos, não só brincar com os teóricos, mas sim trabalhar ativamente com os práticos.

A proposta apresentada tem em mente ações concretas que promovem a aprendizagem prática, mas também, como a colega referiu, a coesão regional entre entidades locais e escolas, extremamente necessária dentro do nosso diverso e vasto País.

A medida não se torna redundante a partir do momento em que complementa a seguinte, torna-se complementar, ajuda ao desenvolvimento da própria medida e torna-a, portanto, mais completa, efetiva e eficaz dentro do nosso próprio território.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Antes de prosseguir, pedia que dissesse o seu nome.

O Sr. **João Paulo Fernandes** (círculo de Aveiro): — João Paulo Fernandes.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Vou dar a palavra a um dos subscritores da proposta de eliminação da medida n.º 12.

O Sr. Deputado Diogo Pereira, do círculo eleitoral de Vila Real, tem a palavra para uma intervenção de 1 minuto.

O Sr. **Diogo Pereira** (círculo de Vila Real): — Muito boa tarde, Srs. Deputados, Mesa, Professores e todo o *staff* presente.

No início, quando o tema da literacia financeira saiu, fazia sentido, sim, uma melhoria e revisão do PNFF (Plano Nacional de Formação Financeira), falar disso. Mas o que é verdade é que a 18 de março deste

ano o Governo ignorou centenas de medidas do Parlamento dos Jovens e anunciou o reforço do PNFF. Ou seja, o Governo já está a tomar medidas para melhorar o Plano Nacional de Formação Financeira.

Estar a melhorar uma coisa que já está a ser melhorada pelo Governo não faz sentido. Nós temos é que dar espaço para o Governo tomar iniciativas e desenvolver um projeto que eles desenharam e ver se realmente tem sucesso.

Além disso, é de referir que esta medida vai à Comissão e eles, ao verem esta medida lá, vão dizer «nós já estamos a fazer isso», ou seja, vai ser um esforço totalmente desnecessário, porque já estão a ser feitos esses esforços. Nós temos é de esperar para ver os resultados desta iniciativa.

Dizem que na participação das atividades dos *workshops* ia haver uma isenção fiscal. Mas onde? Nos impostos diretos?

Isto vai mexer também com a estabilidade do Orçamento do Estado. O Estado não vai saber quantas pessoas irão aderir a essa iniciativa, nem vai saber ao certo quanto dinheiro pode ter disponível.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Há alguém que queira pronunciar-se contra esta proposta, ou seja, que pretenda manter esta medida na Recomendação final?

Sr. Deputado do círculo eleitoral do Porto, tem a palavra.

O Sr. **Tiago Paulos** (círculo do Porto): — Em resposta ao Sr. Deputado, uma coisa é verdade: efetivamente, o Governo já estaria hipoteticamente a melhorar. Entre 2026 e 2030, neste projeto Todos Contam, o Governo o que está a fazer é a tornar isto mais prático nas escolas.

No entanto, o que nós oferecemos — nós, neste caso, a 4.^a Comissão — não é isso. O que nós estamos a dizer é que o objetivo é tornar aqui uma parte mais prática, não só nas escolas.

Sim, o Governo está a trabalhar nisso, efetivamente está, mas também está a trabalhar em muitos outros tópicos e não é isso que nos impede de legislar sobre eles nem nada que se pareça.

Quanto à questão fiscal, obviamente não era isto que ia causar um rombo nas contas públicas, parece-me evidente. Como o Sr. Deputado disse, temos uma saúde orçamental estável e, mesmo que não tivéssemos, não era isto que ia causar um rombo nas contas públicas.

Além disso, o que seria feito era o seguinte: haveria um sistema de avaliação e, quem passasse neste sistema de avaliação dos *workshops*, apresentaria este certificado e teria uma redução fiscal — não é uma isenção, é uma redução fiscal. No caso dos jovens, esse certificado poderia ser usado no IRS Jovem.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Sr. Deputado, pedia que dissesse o seu nome.

O Sr. **Tiago Paulos** (círculo do Porto): — Tiago Paulos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — O Sr. Deputado do círculo eleitoral de Viseu está a pedir a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Pedro Lobo** (círculo de Viseu): — Sim, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Para que efeito?

O Sr. **Pedro Lobo** (círculo de Viseu): — É para saber se posso distribuir uma notícia.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Não, Sr. Deputado...

O Sr. **Pedro Lobo** (círculo de Viseu): — Era para avisar que está previsto défice já este ano no nosso Orçamento do Estado.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Pedimos imensa desculpa, mas isso não será possível. Vou, então, dar a palavra a um dos subscritores da proposta de eliminação da medida n.º 13. Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Teixeira, do círculo eleitoral de Coimbra.

O Sr. **Afonso Teixeira** (círculo de Coimbra): — Muito boa tarde a todos. Sr. Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os membros da Mesa, os caros companheiros Deputados, os funcionários dos serviços da Assembleia da República, as pessoas presentes nas galerias — muito obrigado por nos estarem a ver.

Sobre a medida n.º 13, voltamos à lengalenga de sempre. Estamos aqui a tentar distribuir dinheiro em estágios remunerados quando, se o dinheiro caísse do céu, andávamos todos com 500 € na carteira. Mas a verdade é que o dinheiro não cai do céu. E, se o dinheiro não cai do céu, significa que os recursos são limitados.

Então, a seleção das pessoas que iriam para estes tais estágios remunerados seria extremamente desigual. Isto porquê? Se os estágios são para que todos tenhamos acesso ao conhecimento da área da literacia financeira, então, se nem toda a gente tem acesso através da seleção, onde é que estamos a ser igualitários ou a dar equidade no acesso ao conhecimento?

Além disso, vou aqui falar do elefante na sala. Quem é que vai pagar? É que, se for o Estado, vamos estar a acrescentar despesas e, se é para pôr mais despesas, vamos cortar noutras coisas que são extremamente importantes. Se for nas empresas, Srs. Deputados, os estágios remunerados já existem, e vamos valorizar os projetos que já temos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Sr. Deputado, peço que termine.

O Sr. **Afonso Teixeira** (círculo de Coimbra): — Vou terminar, Sr. Presidente, é muito rápido.

Motivar alunos não é uma medida. É um bom chavão, é uma boa intenção, mas não é uma medida. É preciso termos um quadro de ação legal para fazermos uma medida. É que motivar, meus senhores, podemos não estar motivados para várias coisas.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Srs. Deputados, antes de continuarmos, pedia só ao Sr. Deputado do círculo de Viseu que há pouco pediu para distribuir uma notícia que dissesse o seu nome, para que as Sr.^{as} Funcionárias da Assembleia da República o possam anotar.

O Sr. **Pedro Lobo** (círculo de Viseu): — Pedro Lobo.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Srs. Deputados, relembro que é imperativo que digam sempre o vosso nome quando usam da palavra, de forma que consigam melhorar o funcionamento dos trabalhos e ajudar as funcionárias da Assembleia da República. Muito obrigado.

Ora, há alguém que queira pronunciar-se contra esta proposta, ou seja, que pretenda manter esta medida na Recomendação final?

Tem a palavra a Sr.^a Deputada do círculo de Braga.

A Sr.^a **Ana Margarida Costa** (círculo de Braga): — Boa tarde, queridos Deputados e representantes da Mesa. Sou a Ana Margarida Pacheco da Costa.

Os estágios oferecem um treino inestimável para o desenvolvimento das competências cruciais dos seres humanos. Ao serem incorporados dentro dos estágios, as pessoas vão ter um treinamento mais prático daquilo que se vai tornar o seu trabalho e desenvolvimento pessoal durante toda a sua vida.

Estes estágios remunerados teriam o apoio do Fundo Social Europeu, fundo este que já é usado para os cursos profissionais.

Este estágio seria como um projeto. Ou seja, vamos supor que vocês juntam um grupo de amigos e decidem fazer este estágio. A remuneração não seria algo de outro mundo, seria um valor simbólico para fazer com que tenhamos mais e mais jovens a querer estar informados e a querer entender o que se passa na sua vida e entender as finanças, não só as suas, como as do País e do mundo.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Vou dar a palavra a um dos subscritores da proposta de eliminação da medida n.º 17.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Freitas, do círculo de Braga.

O Sr. **José Freitas** (círculo de Braga): — Antes de mais, boa tarde a todos.

Nós propomos a eliminação da medida n.º 17, uma vez que acreditamos que, na maioria dos casos, os jovens em idade igual ou inferior a 16 anos não recorrem ao banco para terem o seu próprio cartão, isto é, em seu nome; utilizam, sim, deliberadamente, o cartão dos seus pais para as suas despesas, para participarem em jogos de apostas, às vezes, e para fazerem os seus investimentos.

Além disso, esta medida levanta uma outra questão: Como é que seria feita a distribuição, por exemplo, quando esta medida entrasse em vigor? Refiro-me às pessoas que já têm cartão bancário. Se não fizessem este certificado, ia ser-lhes retirado o cartão ou poderiam continuar na posse do mesmo?

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Há alguém que queira pronunciar-se contra esta proposta, ou seja, que pretenda manter esta medida na Recomendação final?

Sr.ª Deputada do círculo eleitoral de Leiria, tem a palavra. Não se esqueça de dizer o nome, por favor.

A Sr.ª **Maria Sabino** (círculo de Leiria): — Na pessoa do Presidente da Mesa, queria cumprimentar todos os presentes. Sou a Deputada Maria Sabino e acredito que a eliminação desta medida seria um erro grave, porque significa abandonar os jovens num sistema financeiro cada vez mais complexo, sem qualquer preparação mínima.

Eliminar esta proposta é eliminar uma entrada no mundo bancário informado. Se um menor pode ter um cartão bancário, pode fazer compras *online* ou até pode jogar em casas de apostas, é importante questionar como é que vamos usar estas ferramentas, como é que vamos saber dos riscos de burlas e dívidas. Portanto, acho que faz sentido garantirmos as noções básicas antes de usarmos instrumentos financeiros.

Eliminar esta medida não é aumentar direitos, apenas aumenta o risco de desinformação financeira entre menores.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra um dos subscritores da proposta de eliminação da medida n.º 17, a Deputada Mariana Sousa, do círculo da Madeira.

A Sr.ª **Mariana Sousa** (círculo da Madeira): — Muito obrigada, Sr. Presidente, caros integrantes da Mesa, caros jovens Deputados e demais público.

Quanto à medida n.º 17, o círculo da Madeira e todos os proponentes a favor da sua eliminação acham que ela é desnecessária, desproporcional e contém, de forma excessiva, muita burocracia, além de ser muito dispendiosa.

Uma vez que o acesso a cartão bancário aqui em Portugal já é simples e regulamentado, o que esta medida poderia trazer mais? Esta medida, na verdade, não traria nada novo; traria mais desigualdades entre jovens, não garantiria o respeito de artigos como o 13.º e 26.º da nossa Constituição e representaria uma intervenção excessiva do Estado em decisões financeiras básicas dos indivíduos do nosso País.

Na minha opinião, esta medida é mais destinada a outros grupos etários, como aos idosos, que têm mais dificuldades nestes temas.

Portanto, acho que esta medida não se enquadra no programa Parlamento dos Jovens.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Há alguém que queira pronunciar-se contra esta proposta, ou seja, que pretenda mantê-la no projeto de recomendação?

Sr. Deputado do círculo eleitoral de Coimbra, tem a palavra.

O Sr. **Fábio Santos** (círculo de Coimbra): — O meu nome é Fábio Santos.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu defendo esta medida porque, hoje em dia, ter um cartão bancário é quase uma porta de entrada para a vida adulta. E entrar num sistema financeiro sem preparação é como receber um carro sem aprender o Código da Estrada.

Esta formação ajuda os jovens a compreender riscos, evitar fraudes e tomar decisões mais responsáveis desde cedo. Mais vale aprender antes de gastar do que aprender depois de ficar sem saldo.

Educar financeiramente os jovens não é criar obstáculos, é dar-lhes ferramentas para terem mais autonomia e segurança no futuro.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, está encerrada a primeira ronda do debate e clarificados os argumentos a favor e contra cada proposta de eliminação.

Vamos, ainda, ter ocasião de ouvir uma intervenção a favor e outra contra na segunda ronda.

Antes de começarmos a segunda ronda do debate, vou solicitar que os Deputados se levantem por filas, à minha ordem, para que os Secretários da Mesa possam registar o número exato de Deputados por filas para facilitar a contagem nas votações que faremos logo após o debate de cada medida.

Solicito aos porta-vozes que confirmem que todos os Deputados do seu círculo estão já sentados na respetiva bancada.

Os Srs. Porta-Vozes confirmam que estão todos os Deputados na Sala? Porta-voz do círculo de Santarém, a Sr.^a Deputada que também participa na Euroescola está presente?

Pausa.

Vou, então, solicitar que os Deputados se levantem por filas, à minha ordem, para que os Secretários da Mesa possam registar o número exato de Deputados por filas para facilitar a contagem nas votações que faremos logo após o debate.

Fila n.º 1, levantem-se, por favor.

Podem sentar-se.

Fila n.º 2, levantem-se, por favor.

Podem sentar-se.

Fila n.º 3, levantem-se, por favor.

Podem sentar-se.

Fila n.º 4, levantem-se, por favor.

Podem sentar-se.

Fila n.º 5, levantem-se, por favor.

Podem sentar-se.

Agora que já registámos o número de Deputados por fila, peço a vossa especial atenção para a informação que passo a transmitir.

Informo que, para agilizar o período de votações, vamos apenas perguntar quem vota contra e quem se abstém.

Assumiremos, assim, que os Deputados que votam contra a proposta de eliminação e que se levantam à minha indicação manifestam a sua vontade de manter a medida na Recomendação final. Estão, por isso, contra a proposta de eliminação.

Ficou claro?

Será necessário, também, apurar o número de abstenções, pelo que os Deputados que se abstêm deverão levantar-se quando receberem da Mesa essa indicação. O número de abstenções, embora contabilizado, não é considerado para efeitos de aprovação ou rejeição da proposta.

Por outro lado, não vou pedir aos Deputados que votam a favor da proposta de eliminação que manifestem a sua intenção de voto.

Os votos a favor da proposta de eliminação são apurados automaticamente, através da diferença entre o número de votantes por fila e a soma dos votos contra e das abstenções. Em suma, os Deputados que votam a favor da proposta de eliminação mantêm-se sentados, manifestando, assim, que pretendem eliminar a medida da Recomendação final.

É por esta razão que, a partir deste momento, e enquanto decorrerem as votações, os Deputados não podem ausentar-se da Sala em circunstância alguma.

Ficaram claras estas indicações?

Vamos começar a segunda ronda do debate. Como já expliquei, para relembrar os argumentos e para dar oportunidade de participação no debate a mais Deputados, voltamos a ouvir uma intervenção a favor e uma intervenção contra a eliminação de cada medida.

A Mesa irá procurar dar a palavra a Deputados diferentes dos que falaram na primeira ronda.

Mesmo que haja várias propostas de eliminação sobre a mesma medida, nesta ronda só vamos ouvir uma intervenção a favor e uma contra.

Se vários Deputados levantarem o braço, cabe à Mesa decidir dar a palavra apenas a um deles, procurando garantir a alternância dos círculos.

A votação de cada proposta é realizada logo após o debate da mesma e o resultado de cada votação é anunciado, de seguida, para que vão tendo a noção das medidas que vão sendo eliminadas ou mantidas.

Vamos, então, começar.

Quem se inscreve para defender a proposta de eliminação da medida n.º 2?

Pausa.

Esta proposta teve 10 subscritores. Nenhum dos Srs. Deputados pretende defender a eliminação desta medida?

Sr. Deputado do círculo eleitoral do Porto, tem a palavra. Peço que diga o seu nome, por favor.

O Sr. **Henrique Monteiro** (círculo do Porto): — Deputado Henrique Monteiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, saúdo os membros da Mesa.

Relativamente à medida n.º 2, entendemos que apresenta problemas de coerência, eficiência e rigor financeiro.

Em primeiro lugar, a própria formulação da medida fala na, passo a citar, «criação de uma aplicação». Ora, criar algo significa desenvolver algo novo, distinto e autónomo daquilo que já existe. No entanto, se já existem plataformas como o Todos Contam ou Finanças à Lupa, com simuladores financeiros, não se compreende por que razão se pretende criar uma nova versão em vez de simplesmente atualizar e adaptar os recursos existentes.

Por fim, existe o risco de estarmos apenas a criar mais um *site* ou uma plataforma digital destinada ao abandono. Todos conhecemos exemplos de portais públicos lançados com entusiasmo inicial que, passado pouco tempo, deixaram de ser atualizados, perderam utilizadores e acabaram por se tornar obsoletos.

O problema da literacia financeira não resulta da falta de plataformas, mas sim da falta de utilização e divulgação das que já existem.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Alguém quer pronunciar-se contra? Nenhum dos Srs. Deputados quer pronunciar-se contra a proposta de eliminação da medida n.º 2?

Vamos votar então.

Recordo que apenas vou pedir aos Deputados que votam contra esta proposta que se levantem. Pedirei o mesmo aos Deputados que se abstêm.

Assumimos, assim, que todos os Deputados que não se levantam votam a favor da proposta de eliminação e, portanto, pretendem eliminar ou retirar a medida do texto da Recomendação.

No final da votação, se a proposta for aprovada — com um maior número de votos a favor —, a medida é retirada do texto da Recomendação.

Se, por outro lado, o número de votos contra for superior, a proposta é rejeitada, sendo que a medida permanece no texto final.

Em caso de empate entre os votos a favor e os votos contra, repete-se a votação. Se, na segunda votação, ocorrer um empate, a proposta de eliminação é rejeitada e, consequentemente, a medida mantém-se.

O voto é obrigatório. Isto quer dizer que temos de apurar 132 votos em cada votação.

Vamos fazer a contagem por filas, pedindo que se levantem.

Na primeira fila, quem vota contra?

Quem se abstém?

Muito obrigado, podem sentar-se.

Na segunda fila, quem vota contra?

Quem se abstém?

Muito obrigado, podem sentar-se.

Na terceira fila, quem vota contra?

Quem se abstém?

Muito obrigado, podem sentar-se.

Na quarta fila, quem vota contra?

Quem se abstém?

Muito obrigado, podem sentar-se.

Na quinta fila, quem vota contra?

Quem se abstém?

Muito obrigado, podem sentar-se.

Pausa.

A proposta de eliminação da medida n.º 2 teve 120 votos a favor, 2 votos contra e 10 abstenções. Assim, a proposta de eliminação da medida n.º 2 foi aprovada, o que significa que a medida é retirada do texto final.

Aplausos.

Passamos à medida n.º 4. Quem se inscreve para defender a proposta de eliminação desta medida?

Sr. Deputado do círculo de Viana do Castelo, tem a palavra. Peço que diga o seu nome.

O Sr. **Santiago Silva** (círculo de Viana do Castelo): — Muito boa tarde, chamo-me Santiago Viana da Silva e sou do círculo eleitoral de Viana de Castelo.

Defendo a eliminação desta medida por vários motivos. Podemos começar, por exemplo, pelo facto de poder criar uma desigualdade entre as grandes empresas e as pequenas e médias. Geralmente, as grandes empresas, que têm um sistema jurídico e financeiro robusto, poderão ser certificadas facilmente.

Depois, em média, um cidadão português que habita em aldeias e vilas pequenas que não tenha tanto conhecimento, informação e acesso à rede pública pode ficar confuso com a grande quantidade de selos que já existem no mercado.

Por último lugar, também podemos falar sobre a superficialidade. As empresas podem parecer transparentes, quando, na verdade, são coisas que o Estado pode ter dificuldade em monitorizar, trazendo uma falsa sensação de segurança ao cidadão que vê este selo.

São estas as minhas razões.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Alguém quer pronunciar-se contra?

Sr.^a Deputado do círculo dos Açores, tem a palavra.

A Sr.^a **Luana Silva** (círculo dos Açores): — Ex.^{mo} Presidente da Mesa, restantes membros da Mesa, ilustres Convidados, todo o nosso público, Comunicação Social, caros colegas Deputados, o meu nome é Luana Silva, Deputada eleita pelo círculo eleitoral dos Açores.

Sou contra a eliminação da medida n.º 4 porque a criação de um selo oficial para a promoção de empresas e serviços que promovam práticas financeiras seguras e transparentes é muito importante, uma vez que aumenta a confiança das pessoas — dos consumidores, como é óbvio —, incentivando comportamentos económicos responsáveis.

Atualmente, muitas pessoas têm dificuldades em perceber se uma empresa atua de forma ética e clara, especialmente em áreas como créditos. Hoje em dia, existem diversas empresas fraudulentas, especialmente nas redes sociais, que enganam centenas de cidadãos portugueses por dia.

Um selo reconhecido oficialmente ajudaria os cidadãos portugueses, e todos os cidadãos no geral, a identificar rapidamente entidades fiáveis, evitando a fraude e a burla.

Além disso, esta proposta incentiva as empresas a melhorarem as suas práticas financeiras.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Vamos votar esta proposta.

Recordo que apenas vou pedir aos Deputados que votam contra esta proposta que se levantem, e pedirei o mesmo aos Deputados que se abstêm.

Na primeira fila, quem vota contra?

Quem se abstém?

Muito obrigado, podem sentar-se.

Na segunda fila, quem vota contra?

Quem se abstém?

Muito obrigado, podem sentar-se.

Na terceira fila, quem vota contra?

Quem se abstém?

Muito obrigado, podem sentar-se.

Na quarta fila, quem vota contra?

Quem se abstém?

Muito obrigado, podem sentar-se.

Na quinta fila, quem vota contra?

Quem se abstém?

Muito obrigado, podem sentar-se.

Pausa.

Ora, a Mesa já tem os resultados e a proposta de eliminação da medida n.º 4 teve 61 votos a favor, 53 votos contra e 18 abstenções. Assim, a proposta de eliminação da medida n.º 4 foi aprovada, o que significa que a medida é retirada do texto final.

Aplausos.

Passamos ao debate da medida n.º 7. Quem se inscreve para defender a proposta de eliminação relativa a esta medida?

Sr.^a Deputada do círculo eleitoral de Leiria, tem a palavra.

A Sr.^a **Mariana Marques** (círculo de Leiria): — Muito boa tarde a todos, o meu nome é Mariana Marques, sou do círculo de Leiria.

Ex.^{ma} Mesa e estimados Deputados, vimos por este meio reforçar os motivos que tornam relevante a eliminação da medida n.º 7.

Já tendo sido abordado o funcionamento do algoritmo e a fraca adesão que os jovens têm ao conteúdo televisivo, decidimos frisar que nós, jovens, somos constantemente expostos ao conteúdo digital.

Já existem inúmeros vídeos e *sites*. Então, qual é o sentido, a justificação para se criarem mais? O problema não está na escassez de conteúdo, porque, de facto, este é abundante.

O cerne da questão volta-se para a necessidade de este conteúdo ser promovido, reforçando-o, em vez de criarmos novos recursos. Acreditamos ser mais importante valorizar os projetos e iniciativas já existentes que têm potencial.

Contrariamente ao que foi dito pelos nossos colegas Deputados, esta proposta de eliminação não viola qualquer tipo de direito constitucional. Permite que se desenvolvam projetos e iniciativas que já funcionam.

Que saibamos valorizar aquilo que existe e que tem qualidade.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Alguém quer pronunciar-se contra?

Sr. Deputado do círculo eleitoral de Setúbal, tem a palavra.

O Sr. **Francisco Fiéis** (círculo de Setúbal): — Sr. Presidente, cumprimento todos os aqui presentes.

Sr.^a Deputada, desconhecia a existência de tantos vídeos, o que nos levou a criar esta medida. Mesmo assim, nós queremos sempre passá-los na televisão. Os jovens não veem televisão, é verdade, mas as famílias veem. E as famílias, ao verem, vão falar com os filhos. E nós queremos abranger toda a gente. Não são só os jovens que têm desconhecimento sobre literacia financeira, os mais velhos também têm. E nós, ao pormos estes vídeos, estes anúncios, esta promoção da literacia financeira, estamos a abranger todas as faixas etárias da população e, assim, criamos uma população muito mais instruída.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Sr. Deputado, pedia-lhe só que dissesse o seu nome.

O Sr. **Francisco Fiéis** (círculo de Setúbal): — Francisco Fiéis.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Vamos, então, votar esta proposta.

Na primeira fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na segunda fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na terceira fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na quarta fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na quinta fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Pausa.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

A proposta de eliminação da medida n.º 7 teve 40 votos a favor, 49 votos contra e 43 abstenções. Assim, a proposta de eliminação da medida foi rejeitada, o que significa que a medida se mantém no texto final.

Aplausos.

Passamos, então, ao debate da medida n.º 8. Quem se inscreve para defender esta proposta de eliminação? Tem a palavra o Sr. Deputado do círculo eleitoral da Guarda.

O Sr. **Vítor Henriques** (círculo da Guarda): — Sr. Presidente, chamo-me Vítor Henriques.

Esta medida poderia ser um bocadinho mais abrangente no sentido de a olharmos de outra perspetiva, que não apenas como um concurso nacional de literacia financeira. Já foi dito que existem vários concursos. Não queria focar-me nessa parte, queria focar-me em mais.

Nós temos muita dificuldade, neste País, em olhar para os recursos que já temos e em otimizá-los. E é um problema que também se aplica aqui. Nós já temos concursos, nós já temos tantos e tantos recursos sobre este tema da literacia financeira, porque é que nós não os aproveitamos? Porque é que nós não os otimizamos? Seria muito mais positivo pegarmos naquilo que já temos e otimizar. Otimizar tudo, porque nós não queremos um Estado grande e pesado que tenha tantos recursos, mas que nenhum deles funciona. Nós queremos um Estado eficiente, queremos um sistema educativo eficiente, queremos gestão de recursos eficientes e queremos um País a funcionar. E, neste tema em específico, mais um concurso não vai acrescentar rigorosamente nada.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Alguém quer pronunciar-se contra?

Sr. Deputado do círculo de Aveiro, tem a palavra.

O Sr. **Guilherme Oliveira** (círculo de Aveiro): — Boa tarde a todos. O meu nome é Guilherme Oliveira, do círculo de Aveiro.

É verdade que já existem concursos no âmbito da literacia financeira e que eles têm o seu impacto. Mas a grande questão é: Desde quando é que mais concursos são um problema? Mais concursos envolvem mais pessoas. Um ponto bastante realçado por toda a gente nesta Assembleia é que não se consegue envolver as pessoas todas. A partir do momento em que temos mais concursos, consegue-se envolver mais gente, consegue-se abordar temas mais diferenciados, em diferentes vertentes da literacia financeira.

Em outras áreas, como na política, nas ciências e nas artes, também existem muitos concursos diferentes sobre o mesmo tema. Mas esses funcionam porque envolvem diferentes tipos de pessoas, de abordagens e de modos de analisar e apreciar o tema.

Acredito que continua a ser importante manter a criação de um concurso nacional, porque traz sempre mais envolvimento, mais pessoas e mais informação.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Vamos votar esta proposta.

Na primeira fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?
Podem sentar-se.
Na segunda fila, quem vota contra?
Podem sentar-se.
Quem se abstém?
Podem sentar-se.
Na terceira fila, quem vota contra?
Podem sentar-se.
Quem se abstém?
Podem sentar-se.
Na quarta fila, quem vota contra?
Podem sentar-se.
Quem se abstém?
Podem sentar-se.
Na quinta fila, quem vota contra?
Podem sentar-se.
Quem se abstém?
Podem sentar-se.

Pausa.

A proposta de eliminação da medida n.º 8 teve 80 votos a favor, 14 votos contra e 38 abstenções. Assim, a proposta de eliminação da medida foi aprovada, o que significa que a medida n.º 8 é retirada do texto final.

Aplausos.

Passamos agora ao debate sobre a eliminação da medida n.º 9. Quem se inscreve para defender esta proposta de eliminação?

Sr. Deputado do círculo de Lisboa, tem a palavra.

O Sr. **Vicente Alves** (círculo de Lisboa): — Ex.^{mos} Membros da Mesa, caríssimos Deputados, além dos problemas mencionados em relação a esta proposta, acrescento outros que a refutam facilmente.

Começo pela injustiça subjacente ao facto de os jovens, com um papel tão importante na sociedade, não serem remunerados. O facto de não serem remunerados cria um risco de falta de adesão, que pode causar um problema ainda maior: um diferente grau de adesão em termos regionais causa uma diferente coesão territorial e pode criar algumas discrepâncias. Esta circunstância pode revelar-se bastante prejudicial, pois há distritos que podem ter uma forte adesão e outros que não terão nenhuma ou terão muito pouca. Como já referi anteriormente, isto causa uma grande dispersão e uma grande desigualdade.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Alguém quer pronunciar-se contra?

Sr. Deputado do círculo de Fora da Europa, tem a palavra.

O Sr. **João de Souza e Sá** (círculo de Fora da Europa): — Boa tarde, Ex.^{mas} Deputadas e Deputados, Ex.^{mos} Membros da Mesa e a todos os que nos acompanham. Sou o João de Souza e Sá, do Colégio S. Francisco de Assis e represento o círculo de Fora da Europa.

Com um programa entre alunos universitários e alunos dos ensinos básico e secundário, poderíamos não só promover uma interação mais descontraída, como combater a desinformação diária das redes sociais. Os alunos sentir-se-iam mais descontraídos a falar com alguém de uma faixa etária semelhante do que com os professores nas aulas de literacia financeira, no âmbito da disciplina de Cidadania.

A verdade é que o ensino superior tem o rigor científico que os *influencers* e os vídeos curtos não têm. Além disso, com uma acreditação própria e benefícios efetivos para os alunos do ensino superior, estes teriam maior motivação para partilhar a sua experiência e conhecimentos com os alunos mais novos. Falariam também de temas reais e atuais que afetam os jovens todos os dias, como a dificuldade em encontrar habitação e emprego.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Vamos votar esta proposta de eliminação.

Na primeira fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na segunda fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na terceira fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Sr.^a Deputada, não pode ausentar-se da Sala. Nós estamos a meio de um período de votações. Se precisa mesmo de sair, por favor, dirija-se à Mesa e explique a sua situação.

Na quarta fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na quinta fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Pausa.

A proposta de eliminação da medida n.º 9 teve 47 votos a favor, 62 votos contra e 23 abstenções. Assim, a proposta de eliminação da medida n.º 9 foi rejeitada, o que significa que a medida se mantém no texto final.

Aplausos.

Passamos ao debate da proposta de eliminação da medida n.º 10. Quem se inscreve para defender a proposta de eliminação desta medida?

Sr.^a Deputada do círculo de Braga, tem a palavra.

A Sr.^a **Ana Margarida Costa** (círculo de Braga): — Boa tarde, Srs. Deputados e representantes da Mesa. Sou a Ana Margarida Pacheco da Costa.

Por muito que a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento seja obrigatória no ensino secundário, muitas vezes, e talvez na maioria delas, é uma disciplina coadjuvante dentro de outras disciplinas do curso. Os temas discutidos acabam por ser opcionais, e a literacia financeira já se enquadra nesses temas.

Refiro-me agora à questão dos cursos profissionais. Os cursos profissionais funcionam por horas. O que é que nós íamos fazer? Íamos aumentar as horas da matéria? Íamos tirar outros temas importantes que são discutidos na disciplina de Cidadania? Ou apenas íamos adicionar?

É relevante referir que, sim, literacia financeira é importante, mas há outros temas tão importantes quanto esse para definir o ser humano, a sua humanidade e a sua empatia.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Alguém quer pronunciar-se contra?

Sr.^a Deputada do círculo de Faro, tem a palavra.

A Sr.^a **Grace Cleaton** (círculo de Faro): — Desde já, cumprimento a Mesa, os caros Deputados e todos os assistentes. O meu nome é Grace Cleaton.

De facto, como foi mencionado, o módulo de literacia financeira já existe, mas é opcional. Há seis módulos obrigatórios dentro da disciplina de Cidadania, porém, a literacia financeira não é um destes. Ele só é necessário em dois ciclos ao longo do percurso inteiro do aluno.

Portanto, é necessário garantir o acesso a esta informação igualitária para todos os alunos no 12.º ano, pelo menos antes de começarem uma fase de vida independente, onde é necessária informação relevante em relação a tudo o que tem a ver com o dinheiro que vão ter de gerir ao longo da sua vida.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Passamos agora ao período de votações.

Srs. Deputados do círculo de Braga, têm informações acerca do estado de saúde da vossa colega?

O Sr. **Leonardo Gonçalves** (círculo de Braga): — Em breve retorna ao Plenário.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Srs. Deputados, por motivos de saúde da Sr.^a Deputada, teremos de fazer um compasso de espera.

Pausa.

Srs. Deputados, não é para se ausentarem dos vossos lugares. Por favor, permaneçam sentados.

O Sr. Deputado do círculo do Porto pretende fazer uma interpelação à Mesa? Para que efeito?

O Sr. **Henrique Monteiro** (círculo do Porto): — Precisava de ir à casa de banho, se possível.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Srs. Deputados, quando tratamos de ausências da Sala é por motivos realmente bastante graves.

Sr. Deputado, não irei permitir que isso aconteça. No final da votação terá mais do que tempo para isso.

Portanto, iremos proceder à votação e só a iremos repetir no caso de ser determinante para o resultado.

A Sr.^a Deputada do círculo de Braga não está, irá juntar-se a nós brevemente.

Sr.^a Deputada do círculo de Lisboa, pretende usar da palavra para uma interpelação à Mesa?

A Sr.^a **Filipa Nogueira** (círculo de Lisboa): — Sr. Presidente, visto que a sessão está interrompida e eu preciso de tomar um medicamento, posso deslocar-me para ir buscar um copo de água, sem me ausentar da Sala?

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — As funcionárias da Assembleia da República irão fazer chegar um copo de água à Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Filipa Nogueira** (círculo de Lisboa): — Muito obrigada.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Iremos agora proceder à votação da proposta de eliminação da medida n.º 10.

Na primeira fila, quem vota contra?

Srs. Deputados, silêncio!

Repito, na primeira fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na segunda fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na terceira fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na quarta fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na quinta fila quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Pausa.

A proposta de eliminação da medida n.º 10 teve 62 votos a favor, 44 votos contra e 26 abstenções. Assim, a proposta de eliminação da medida n.º 10 foi aprovada, o que significa que a medida é retirada do texto final.

Aplausos.

Passamos agora ao debate da proposta de eliminação da medida n.º 11. Quem se inscreve para defender esta proposta de eliminação?

Houve 10 Deputados que subscreveram esta proposta.

Sr. Deputado do círculo eleitoral do Porto, tem a palavra.

O Sr. **Rodrigo Sousa** (círculo do Porto): — O meu nome é Rodrigo Sousa e sou do círculo eleitoral do Porto. Antes de mais, saúdo todos os presentes.

Queria só destacar que a medida n.º 12 — que é a que vem a seguir e também tem uma proposta de eliminação — está, na minha opinião, muito mais completa do que esta. Isto porque tem incluídos os benefícios fiscais e é possível toda a gente entrar nos *workshops*, não só o 11.º e o 12.º anos.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Alguém quer pronunciar-se contra?

Sr.ª Deputada do círculo de Castelo Branco, tem a palavra.

A Sr.ª **Clara Rodrigues** (círculo de Castelo Branco): — Boa tarde a todos. Primeiro, cumprimento a Mesa e os meus colegas Deputados. Eu sou a Clara Esteves Rodrigues.

Quanto a esta medida, todos sabemos que cada vez mais é necessária uma vertente prática adjacente ao ensino teórico, pois compreender a teoria é bom, mas é sempre na prática que verdadeiramente os nossos conhecimentos são testados.

E a literacia financeira é algo que vai estar connosco sempre, é algo que nós necessitamos na prática para compreender melhor. Logo, esta medida dá essa vertente prática. E, havendo parcerias, a nível local, de escolas

com empresas ou outras entidades, dão mais oportunidades aos jovens de todo o País, sendo uma medida a nível local.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Vamos passar à votação desta proposta de eliminação.

Na primeira fila, quem vota contra?

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na segunda fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na terceira fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na quarta fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na quinta fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Pode sentar-se, Sr.^a Deputada.

Pausa.

Srs. Deputados, a proposta de eliminação da medida n.º 11 teve 86 votos a favor, 28 votos contra e 18 abstenções, o que quer dizer que, assim, a proposta de eliminação foi aprovada e irá ser retirada do texto final.

Aplausos.

Passamos ao debate da medida n.º 12. Quem se inscreve para defender a proposta de eliminação relativa a esta medida?

Sr. Deputado do círculo de Viseu, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Lobo** (círculo de Viseu): — Muito obrigado à Mesa, muito obrigado aos restantes Deputados.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Nome, por favor.

O Sr. **Pedro Lobo** (círculo de Viseu): — Pedro Lobo.

Eu considero que esta medida, sim, deve fazer parte da Recomendação final.

Primeiro, o Plano Nacional de Formação Financeira tem de ser reformulado. Mais do que o Governo, nós jovens sabemos que é necessário melhorá-lo totalmente através de *workshops*, atividades mais práticas...

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Sr. Deputado, eu perguntei quem se inscreve para defender esta proposta de eliminação.

O Sr. **Pedro Lobo** (círculo de Viseu): — Ah, *ok*, será a próxima intervenção. Desculpe.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Repito, quem se inscreve para defender esta proposta de eliminação? Sr. Deputado do círculo de Vila Real, tem a palavra.

O Sr. **Diogo Pereira** (círculo de Vila Real): — Diogo Pereira, do círculo de Vila Real.

Para defender esta medida, o Deputado referiu-se ao complemento ao IRS Jovem. Então, vamos lá ver uma coisa. No primeiro ano, o jovem vai à sua palestra, ao seu *workshop* e depois vai ter uma isenção de 100 %. Do que adiantou ao jovem ir ao *workshop*? Não adiantou de nada. Além do mais, obviamente, depois, com o passar dos anos, a isenção vai diminuindo no IRS Jovem. E este Governo já está a fazer um esforço enorme para aliviar a carga fiscal dos jovens.

Não nos podemos esquecer que o Estado está a ter muitos gastos com a reconstrução das cidades afetadas, infelizmente, pelas tempestades. O Estado está a gastar muito do seu orçamento. E não é momento ideal para termos estas medidas.

Além do mais, volto a repetir, o Estado, a 18 de março, já aprovou o reforço do Plano Nacional de Formação Financeira. Por isso, esta medida vai chegar à Comissão e vão dizer «esta medida é boa, mas nós já a realizámos», num curto espaço de tempo após a criação desta medida. E vão dizer «nós queremos avaliar primeiro o nosso plano». Não vale a pena tentar melhorar uma coisa que eles já estão a tentar melhorar.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra o Deputado do círculo de Viseu para retomar a sua intervenção.

O Sr. **Pedro Lobo** (círculo de Viseu): — Agora sim.

Muito obrigado à Mesa, muito obrigado aos restantes Deputados.

Então, porque é que estou de acordo em manter esta proposta? Primeiramente, temos de reforçá-la, porque o Governo muito provavelmente não está a fazer os avanços necessários, como nós vimos em todas as outras áreas.

E depois também não percebo este «bicho socialista» do «gasto», «gasto», «muita despesa». Quando diminuimos a quantidade de impostos que as pessoas têm, só vai aumentar o consumo. Aumenta o consumo, aumenta a procura; aumenta a procura, aumenta a produção; aumenta a produção, aumenta a capacidade empresarial das empresas. E a quem é que elas dão o dinheiro? Aos trabalhadores. Por isso, não percebo.

E, sim, deve ser reformulado, porque nós jovens merecemos mais. Nós, melhor do que o Governo, sabemos os problemas que sofremos a nível financeiro.

Portugal só não tem um sistema melhor porque nós, a nível de poupança, temos níveis muito baixos. Havendo poupança, o que é que os bancos vão fazer? Vão fazer com que o capital rode e haja financiamentos e investimento. É isto que nós precisamos.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Passamos à votação...

A Sr.^a **Mariana Domingues** (círculo de Braga): — Sr. Presidente, peço desculpa. Queria fazer uma interpelação à Mesa apenas porque deram a palavra ao Deputado de Viseu, mas não perguntaram se mais alguém queria intervir contra a proposta de eliminação.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Sr.^a Deputada, iremos explicar essa situação. Visto que o Sr. Deputado já tinha pedido a palavra anteriormente e já tinha começado o seu discurso, a Mesa considerou que assim fazia mais sentido. Além disso, tentando respeitar a rotatividade entre círculos, o círculo de Viseu tinha menos intervenções do que o círculo de Braga, o círculo de Lisboa e o outro círculo que também tinha pedido a palavra à Mesa.

A Sr.^a **Mariana Domingues** (círculo de Braga): — Obrigada pelo esclarecimento.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Passamos agora à votação.

Quem vota contra na primeira fila?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na segunda fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na terceira fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na quarta fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na quinta fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Pausa.

A proposta de eliminação da medida n.º 12 teve 51 votos a favor, 48 votos contra e 33 abstenções. Assim, a proposta de eliminação da medida n.º 12 foi aprovada, o que significa que a medida é retirada do texto final.

Aplausos.

Passamos ao debate da proposta de eliminação da medida n.º 13.

A Sr.ª Deputada do círculo do Porto pretende fazer uma interpelação à Mesa?

A Sr.ª **Leonor Lopes** (círculo do Porto): — Sim.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Para que efeito?

A Sr.ª **Leonor Lopes** (círculo do Porto): — O meu nome é Leonor Lopes.

Gostaria apenas de apelar novamente a que a Mesa respeite a rotatividade das escolas, porque acredito que isso, com o devido respeito pelo vosso trabalho, não está a ser feito da melhor forma.

Em relação à situação que aconteceu agora, em que foi dada a palavra — e com todo o respeito pela sua intervenção — ao Deputado de Viseu, não perguntaram aos outros Deputados, como já foi dito, se também queriam intervir. Eu própria gostaria de me ter inscrito.

Reconheço que, pela rotatividade da escola e dado o número de intervenções do círculo do Porto, tal não teria sido possível, mas falo em nome de todos os outros Deputados. Poderia ter havido qualquer outro Deputado de qualquer outro círculo que ainda não tivesse intervindo e que pudesse querer intervir.

Por isso, apelo a que tentem respeitar isso nas próximas intervenções.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Srs. Deputados, silêncio.

A Mesa desta Sessão Nacional rege-se pelo Regimento do Parlamento dos Jovens e tenta sempre, sempre e sempre reger-se por todos os artigos presentes nas 88 páginas do Regimento.

No entanto, cabe também à Mesa prever quaisquer lacunas no que toca a essa medida. E, por isso, a Mesa deliberou que o Sr. Deputado do círculo de Viseu, tendo já começado a sua intervenção e não tendo falado previamente, teria toda a legitimidade para intervir.

Percebo que a Sr.^a Deputada queira sempre a maior representatividade e a maior rotatividade dos círculos. No entanto, também cabe à Mesa prever e gerir a sessão no que toca a estas lacunas.

Passamos agora ao debate da medida...

Sr.^a Deputada do círculo da Madeira, pretende fazer uma interpelação à Mesa para que efeito?

A Sr.^a **Mariana Sousa** (círculo da Madeira): — Era só para perguntar se podemos fazer uma declaração de voto.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Sr.^a Deputada, neste momento, não. Aquilo que irá ser dado aos Srs. Deputados é, novamente, durante o período do debate, a oportunidade para intervirem a favor ou contra.

Passamos agora ao debate da medida n.º 13. Quem se inscreve para defender esta proposta de eliminação?

Sr.^a Deputada do círculo de Fora da Europa, tem a palavra.

A Sr.^a **Solene Semente** (círculo de Fora da Europa): — Boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Chamo-me Solene Semente e faço parte do círculo de Fora da Europa.

Proponho que esta medida seja eliminada pela simples razão de que motivar os alunos para saber mais sobre literacia financeira não deveria ser uma medida parlamentar, além de que todos os alunos participarem neste estágio seria uma enorme despesa para o Estado.

Vamos imaginar uma escola em que estes projetos serão feitos. Todos os alunos que participarem irão ser pagos para participar no projeto? Agora vamos multiplicar isso pelo número de escolas que existem no País e também na Europa e Fora da Europa.

Acho que não tem cabimento nenhum que esta medida vá avante.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Sensibilizados com a intervenção da Sr.^a Deputada do círculo do Porto, gostaria de dar nota de que a Mesa deliberou que, na próxima vez que uma situação semelhante acontecer, iremos ter em consideração as suas declarações.

Alguém quer pronunciar-se contra?

Sr. Deputado do círculo de Braga, tem a palavra.

O Sr. **Renato Barroso** (círculo de Braga): — Em primeiro lugar, gostava de saudar todos os Deputados presentes. O meu nome é Renato Barroso e represento o círculo de Braga.

A verdade é que esse projeto funcionaria através de um programa de recrutamento, ou seja, o custo não seria tão excessivo. Além disso, o custo seria coberto através de fundos europeus que o nosso País tem e que vão ter de ser direcionados para alguma área. Por isso, este projeto não implica uma maior despesa para o Estado. É simplesmente uma direção que estes fundos podem ter.

Levando ainda em consideração que se trata de um valor simbólico, o valor pago por cada aluno individualmente não seria tão elevado.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — O Sr. Deputado do círculo da Madeira pretende fazer uma interpelação à Mesa para que efeito?

O Sr. **Miguel Oliveira** (círculo da Madeira): — Gostaria de fazer uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Oliveira** (círculo da Madeira): — No seguimento do que foi dito pela nossa colega do Porto, volto a reiterar que a Madeira...

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Diga, por favor, o seu nome.

O Sr. **Miguel Oliveira** (círculo da Madeira): — Miguel Barata Oliveira.

Volto a reiterar que a Madeira, como muitos outros círculos aqui presentes, não falou. No meu caso, eu ainda não falei desde a hora do almoço. E, portanto, volto a pedir à Mesa que considere realmente quem é que falou.

Além disso, visto que a minha colega fez uma ou outra interpelação, gostaria de perguntar se as interpelações contam como intervenções, porque, se não contarem, nós falámos uma ou duas vezes, se não me engano.

Gostaria que a Mesa repensasse a forma como está a escolher as pessoas para falar.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Silêncio, silêncio!

Sr. Deputado, as interpelações não são momentos de intervenção.

Quanto aos Srs. Deputados do círculo da Madeira, é verdade que falaram duas pessoas, mas intervieram três vezes. Os Srs. Deputados do círculo de Braga ainda não tinham intervindo três vezes.

Nós estamos a fazer a contagem da forma mais equitativa possível. Agradeço que os Srs. Deputados confiem no trabalho da Mesa da Sessão Nacional.

Aplausos.

Sr.^a Deputada do círculo de Fora da Europa, tem a palavra.

É uma interpelação à Mesa para que efeito?

A Sr.^a **Solene Semente** (círculo de Fora da Europa): — Eu queria saber se é possível responder àquilo que o Deputado do círculo de Braga disse.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Não será possível. Se a Sr.^a Deputada se quiser inscrever para se pronunciar contra, aí, sim, podemos ter em consideração todas as inscrições.

A Sr.^a **Solene Semente** (círculo de Fora da Europa): — Obrigada.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Sr.^a Deputada do círculo da Madeira, é uma interpelação à Mesa para que efeito?

A Sr.^a **Mariana Sousa** (círculo da Madeira): — Sobre a forma como estão a ser conduzidos os trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Sr.^a Deputada, por favor.

A Sr.^a **Mariana Sousa** (círculo da Madeira): — Em primeiro lugar, já que Braga supostamente tinha menos intervenções do que a Madeira, então porque é que foi dito antes, quando foi dada a palavra a Viseu, que o círculo de Braga era dos que tinha mais intervenções? Isso também deve ter sido um erro da Mesa.

Para mais, o trabalho da Mesa é gerir bem a ordem de trabalhos, a agenda e manter o respeito dentro da Sala. Portanto, também é preciso ter cuidado com o tom de voz que é utilizado pela Mesa e também por nós Deputados. Por isso, faço esta intervenção de forma a promover o respeito e também uma melhor condução dos trabalhos.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Sr.^a Deputada, a Mesa irá tornar públicas, no final da Sessão, as intervenções feitas por cada círculo eleitoral, para que os Srs. Deputados tenham a certeza de que esta Mesa observa, acima de tudo, sempre, mas sempre, o respeito e a representatividade de todos os círculos.

Aplausos.

Sr. Deputado, é uma interpelação à Mesa para que efeito?
Se for acerca da representatividade entre círculos...

O Sr. **David Bandeira** (círculo de Setúbal): — Não, é sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Obrigado.

O Sr. **David Bandeira** (círculo de Setúbal): — Pela segunda vez que Deputados intervieram e interpelaram a Mesa, os Deputados aplaudiram e a Mesa proibiu os Deputados de aplaudir pedindo silêncio. Portanto, gostaria de questionar se, quando um Deputado intervém, podemos aplaudir ou não, só para não haver mais confusões.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Sr. Deputado, podem aplaudir, mas, a partir do momento em que a Mesa está a prestar um esclarecimento acerca da condução dos trabalhos, não devem aplaudir, de forma que os Deputados fiquem o mais esclarecidos possível.

Aplausos.

Vamos, então, passar ao período de votações.

Srs. Deputados, silêncio.

Na primeira fila, quem vota contra?

Srs. Deputados, na primeira fila, quem vota contra?

Repito, estamos a votar a proposta de eliminação da medida n.º 13.

Quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na segunda fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na terceira fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na quarta fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na quinta fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Pausa.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

A proposta de eliminação da medida n.º 13 teve 101 votos a favor, 12 votos contra e 19 abstenções.

Aplausos.

Assim, a proposta de eliminação da medida foi aprovada, o que significa que a medida n.º 13 é retirada do texto final.

Aplausos.

Passamos agora ao debate da proposta de eliminação da medida n.º 17.

Quem se inscreve para defender esta proposta de eliminação?

Tem a palavra o Sr. Deputado do círculo de Lisboa.

O Sr. **Santiago Dal Maso** (círculo de Lisboa): — Caríssimos Srs. Deputados, eu queria dizer que sou a favor da eliminação desta medida, porque, hoje em dia, os cartões bancários são essenciais.

Por exemplo, no outro dia fui comprar pão, cheguei lá mas tive de voltar para trás, porque não aceitavam numerário. Tive de voltar para trás para ir buscar o cartão para pagar o pão. E tudo bem com isso! Mas isto comprova que o uso dos cartões bancários, nos dias que correm, está generalizado e complicar o acesso, especialmente a menores de 16 anos, a estes cartões só vinha a trazer consequências negativas.

Pela lógica desta proposta, quem quisesse usar dinheiro teria de ter uma formação financiada pelo Estado. Além disso, restringir esta formação apenas a quem quiser utilizar o cartão é um bocado limitador, porque acredito, acima de tudo, que a literacia financeira tem de ser dada a todos.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Alguém quer pronunciar-se contra?

Tem a palavra o Sr. Deputado do círculo de Portalegre.

O Sr. **Pedro Sotero** (círculo de Portalegre): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoalmente não consigo encontrar o motivo pelo qual esta formação gratuita possa ser negada. Percebo que o facto de se referir que é obrigatória possa levar a algumas perguntas, mas penso que estão a ser levantados problemas pouco relevantes, como: O que seria feito aos jovens que já têm um cartão e são menores de 16 anos? O que lhes pode acontecer é a formação ser opcional e não obrigatória. Mas temos de pensar no futuro. Os jovens podem ter um cartão abaixo dos 16 anos e ter esta formação, e isso pode começar aqui, agora, connosco.

Nós não podemos pensar nos problemas pequenos, temos de pensar um pouco mais além. Esta medida pode até aliviar muitos pais que têm medo de oferecer cartões aos seus filhos. Com esta formação, os pais estariam a dar o cartão a alguém que está formado e, assim, estariam de consciência tranquila.

Considero esta medida essencial na Recomendação final à Assembleia da República, porque isto é um investimento e não uma despesa.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Vamos, então, passar ao período de votações.

Na primeira fila, quem vota contra a eliminação da medida n.º 17?

Podem sentar-se.

Sr.ª Deputada do círculo de Faro, pede uma interpelação à Mesa para que efeito?

A Sr.ª **Matilde Duarte** (círculo de Faro): — Era só para dizer que uma das nossas Deputadas se enganou no sentido de voto. Queríamos saber se foi contabilizado ou não.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Foi.

A Sr.^a **Matilde Duarte** (círculo de Faro): — Pode não contabilizar?

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Então vamos repetir a votação.

A Sr.^a **Matilde Duarte** (círculo de Faro): — Muito obrigada.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Primeira fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Sr. Deputado do círculo da Guarda, pede uma interpelação à Mesa para que efeito?

O Sr. **Tomás Pires** (círculo da Guarda): — Não foram apresentadas duas propostas de eliminação à medida n.º 17?

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Sim, Sr. Deputado, mas só votamos uma, porque as duas são propostas de eliminação à mesma medida.

Na primeira fila, quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na segunda fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na terceira fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na quarta fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Na quinta fila, quem vota contra?

Podem sentar-se.

Quem se abstém?

Podem sentar-se.

Pausa.

Ora, a proposta de eliminação da medida n.º 17 teve 58 votos a favor, 45 votos contra e 29 abstenções. Assim, a proposta de eliminação da medida n.º 17 foi aprovada, o que significa que a medida é retirada do texto final.

Aplausos.

Os Srs. Deputados que desejem ir à casa de banho podem fazê-lo neste momento.

Aplausos.

Sr. Deputado do círculo de Setúbal, pede uma interpelação à Mesa para que efeito?

O Sr. **Francisco Fiéis** (círculo de Setúbal) — É sobre a condução dos trabalhos. Esta ida à casa de banho é sinónimo de um intervalo? Nós não perdemos intervenções, certo?

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Não perdem intervenções, mas pedimos que sejam breves nas vossas idas à casa de banho.

Pausa.

Foi entregue na Mesa um *AirPod*. Se os Srs. Deputados não tiverem um *AirPod*, por favor dirijam-se à Mesa.

Pausa.

Srs. Deputados retomem os vossos lugares, assim como os Srs. Jornalistas.

A Mesa informa que foram eliminadas as medidas n.ºs 2, 4, 8, 10, 11, 12, 13 e 17. A Recomendação ficou com nove medidas.

Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, considerando que temos nove medidas que mereceram o nosso consenso, são estas as que vão constituir a nossa Recomendação.

A Recomendação final integra as medidas n.ºs 1, 3, 5, 6, 7, 9, 14, 15 e 16.

Aplausos.

Vamos passar agora a ler todas as medidas.

Medida n.º 1: Criação de eventos distritais direcionados para a capacitação da população no âmbito da literacia financeira, com sessões práticas sobre a prevenção de fraudes, simulações fiscais e orçamentais, riscos associados à dependência do jogo e princípios de finanças sustentáveis.

Medida n.º 3: Criação de um selo de certificação CMVM, para identificar criadores digitais com formação validada em temas económicos, garantindo verificação de conteúdos e análise de denúncias sobre possíveis práticas fraudulentas no ambiente *online*.

Medida n.º 5: Criação de uma versão específica e intuitiva para jovens — à semelhança de simuladores da plataforma *Todos Contam* —, com o propósito de assistir os jovens na tomada de decisões financeiras.

Medida n.º 6: Atualização do *site* Finanças à Lupa, transformando-o numa plataforma nacional de literacia financeira, com integração de inteligência artificial, videojogos educativos, simulações de situações reais da vida quotidiana, gestão de orçamento, cartão virtual e desafios financeiros interativos, permitindo aos jovens aplicar, de forma prática, os conhecimentos adquiridos.

Medida n.º 7: Produção de vídeos curtos de literacia financeira — emitidos em horários estratégicos na televisão e nas plataformas digitais, em linguagem adequada ao público-alvo —, para explicar conceitos básicos de gestão, poupança e uso responsável do dinheiro.

Medida n.º 9: Criação de um programa de voluntariado em literacia financeira — desenvolvido por alunos de mestrado das áreas económicas —, creditado no ensino superior para dinamizar ações formativas dirigidas a professores e alunos dos ensinos básico e secundário, na área de Cidadania e Desenvolvimento.

Medida n.º 14: Facilitação do processo burocrático de parcerias entre escolas, universidades e empresas, sem perda do rigor de fiscalização, de forma a facilitar o conhecimento específico financeiro, empresarial e laboral.

Medida n.º 15: Realização de simulações do orçamento familiar, empresarial e associativo (com diferentes níveis salariais e contextos), em momentos específicos, em determinadas disciplinas, como, por exemplo, TIC, no ensino básico, e um número de horas a cumprir, no ensino secundário, em disciplinas a determinar.

Medida n.º 16: Introdução da opção de literacia financeira na componente de formação contínua obrigatória e paga pelo empregador, no âmbito das 40 horas anuais previstas no Código do Trabalho.

Proponho que aprovemos este texto por aclamação, isto é, com um grande aplauso para dar mais força a esta Recomendação aprovada a nível nacional.

Aplausos gerais, de pé.

A Recomendação irá ser entregue à Comissão Parlamentar com competência na área da Educação e, depois, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, em nome do Parlamento dos Jovens.

Passo agora a palavra à Vice-Presidente da Mesa para prestar esclarecimentos relativos à alternância entre círculos.

Informo que não haverá interpelações à Mesa a este respeito posteriormente. A Mesa já terá dado todas as indicações e, portanto, iremos seguir com a ordem da sessão.

A Sr.^a **Vice-Presidente** (Kaixin Cheng): — Vou só rapidamente anunciar o número de intervenções que cada círculo teve:

Açores — 3;
Aveiro — 2;
Beja — 0;
Braga — 4;
Bragança — 0;
Castelo Branco — 1;
Coimbra — 2;
Europa — 0;
Évora — 0;
Faro — 2;
Fora da Europa — 2;
Guarda — 1;
Leiria — 3;
Lisboa — 4;
Madeira — 3;
Portalegre — 1;
Porto — 4;
Santarém — 0;
Setúbal — 3;
Viana do Castelo — 1;
Vila Real — 2;
Viseu — 2.

Aplausos.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — A Recomendação que hoje aprovámos vai ser divulgada na página da *internet* do Parlamento dos Jovens. Espero que os nossos colegas Jornalistas a publiquem também nos jornais das suas escolas, a divulguem nos jornais regionais e nos trabalhos candidatos ao Prémio Reportagem Parlamento dos Jovens, nesta edição especial, *Diário da República*.

Dá-nos a honra de presidir ao encerramento da nossa sessão o Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho — Parlamento dos Jovens, Deputado Bruno Faria.

Uma grande salva de palmas.

Aplausos gerais.

É com elevado reconhecimento que o acolhemos nesta sessão.

Antes da intervenção do Sr. Deputado, peço a sua licença para dar a palavra aos porta-vozes para uma breve intervenção final, caso o desejem.

Passo então a palavra à porta-voz do círculo dos Açores, a Deputada Catarina de Fátima Martins Costa.

A Sr.^a **Porta-Voz do círculo dos Açores** (Catarina Costa): — Ex.^{mo} Sr. Presidente, Ex.^{mos} Srs. Deputados, num tempo em que o populismo cresce, sirva este minuto como um grito de urgência perante a retórica da

intolerância e da hostilidade. A ascensão da extrema-direita prova que a história é cíclica. Como dizia Saramago, «o grande problema do nosso sistema democrático é que permite fazer coisas nada democráticas democraticamente».

Ora, se a democracia pode ser usada para destruir os seus próprios valores, quem a defenderá senão a nossa geração? Não podemos ficar calados perante uma política que se alimenta de ignorância para obter aplausos fáceis.

Caros Srs. Deputados, simpatizantes destas ideologias, se algum dia fizerem regressar tempos de exilados, anotem já os nomes destes jovens açorianos, porque nunca estaremos do lado da perseguição, da censura ou do medo. Estaremos sempre, mas sempre, do lado da liberdade.

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Passo agora a palavra ao porta-voz do círculo de Aveiro, o Deputado Luís Daniel de Santos Almeida.

O Sr. **Porta-Voz do círculo de Aveiro** (Luís Almeida): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, «o Homem é do tamanho do seu sonho», escreveu o poeta. Queria dizer-vos hoje que nós, jovens, somos enormes. Somos enormes porque somos, antes de tudo, sonhadores. Sonhamos com um País mais justo, um País mais desenvolvido, um País mais próspero. E não somos só nós que aqui estamos hoje a concretizar esse sonho, mas os milhares que ficaram nas escolas e que nos confiaram o seu mandato.

Sr. Presidente, a primeira vez que tomei lugar nesta Câmara tinha 14 anos. Hoje é a última vez que tomo lugar nesta Câmara e tenho 18. Ao longo dos últimos quatro anos, fui atestando prova de que é sempre gratificante voltarmos aos lugares onde fomos felizes. E, por isso, hoje, em jeito de despedida, com um especial brilhozinho nos olhos e com a voz, como se nota, já trémula de imensa alegria, mas também de muita emoção, a última palavra que posso deixar é: obrigado, obrigado, obrigado, obrigado!

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra o porta-voz do círculo de Beja, Marco António Martins Oliveira.

O Sr. **Porta-Voz do círculo de Beja** (Marco Oliveira): — Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, chegámos ao fim com uma certeza: nós, jovens, temos voz, nós, jovens, temos ideias e, mais que tudo, nós, jovens, queremos um País melhor, um País mais livre, um País em que nós participemos cada vez mais.

Para mim, assim como sucede com o Sr. Deputado que falou agora, quatro anos passaram e estamos no fim. Já não vou voltar, pelo menos ao Parlamento dos Jovens. No futuro não sei se voltarei, mas neste projeto não vou mais voltar. Saio daqui gratificado, saio daqui com o coração cheio. Porque aqui aprendi, discuti, criei novas ideias, criei novas amizades e de certeza que é um projeto que eu vou levar para a vida.

Também saio daqui com orgulho, com orgulho de todos os jovens, com orgulho de todas as pessoas que conheci e vi nesta Assembleia. Com a certeza de que nós, jovens, vamos criar um País melhor e mais forte.

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra o porta-voz do círculo de Braga, Leonardo Rodrigo de Oliveira Gonçalves.

O Sr. **Porta-Voz do círculo de Braga** (Leonardo Gonçalves): — Sr. Presidente da Mesa, Sr.^{as} e Srs. Deputados, caros Colegas, chegámos hoje ao fim da Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens. Mas uma coisa vos digo: o que aqui foi feito não acabou. Foi um ato de democracia enorme o que tivemos aqui, houve respeito, cordialidade e vontade de levar Portugal mais longe. Houve amor à democracia, houve respeito, houve empatia pelo próximo. E, acima de tudo, devemos estar orgulhosos do trabalho que aqui foi feito.

Como os Srs. Deputados disseram anteriormente, durante anos andei a participar neste projeto. Nem sempre consegui chegar aqui. Vim aqui nesta sessão, vou feliz com o que aconteceu. É uma história enorme para a minha vida, porque é uma realização pessoal e é um orgulho enorme representar Braga, representar Cabeceiras de Basto, uma das terras mais bonitas do País e que, por ser do interior, é muitas vezes esquecida. Mas é uma terra linda e tenho o amor de a representar.

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra a porta-voz do círculo de Bragança, Inês Jesus Gonçalves Pereira.

A Sr.^a **Porta-Voz do círculo de Bragança** (Inês Pereira): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a democracia não é apenas um sistema político, é uma responsabilidade coletiva. É o direito de participar, mas também o dever de respeitar, ouvir e construir em conjunto.

Num tempo em que muitos jovens se afastam da política, é essencial reforçar a confiança nas instituições e mostrar que cada voto e cada voz contam. A democracia só é forte quando é vivida por todos, especialmente pelas novas gerações.

Por isso, agradeço muito esta oportunidade de estar aqui presente a fazer este exercício democrático, porque sem participação não há um futuro democrático.

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra o porta-voz do círculo de Castelo Branco, Martim Mendes.

O Sr. **Porta-Voz do círculo de Castelo Branco** (Martim Mendes): — Olá, muito boa tarde. Cumprimento o Presidente da Mesa, os meus colegas Srs. Deputados e os Srs. Deputados aqui presentes.

Quero começar por saudar todos os Deputados que estiveram aqui nesta sessão. Foi um ato muito honrado por vós, conseguiram fazer um trabalho excelente e muito diferente daquilo que é feito todos os dias aqui nesta Assembleia — eu diria mesmo que, muitas vezes, até nos envergonha —, mas, hoje, todos nós conseguimos trabalhar de forma tranquila, democrática, e conseguimos aprovar uma Recomendação extraordinária, de forma pacífica e com muita união e com muito espírito democrático.

E, portanto, uma salva de palmas também para todos vós.

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

Quero dizer também que só a vossa coragem de estar aqui a representar o vosso distrito, a vossa força de estar aqui num Parlamento, na política — um mundo tão difícil —, é mesmo algo extraordinário. Nesta política que nos dias atuais está tão envergonhada — é uma vergonha autêntica, não só aqui em Portugal, mas também no mundo —, vocês têm aqui a oportunidade de mostrar que a política não é só vergonhas. A política pode ser muito mais e pode ser algo extraordinário para todos vós.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra a porta-voz do círculo de Coimbra, Margarida Jordão de Carvalho.

A Sr.^a **Porta-Voz do círculo de Coimbra** (Margarida Carvalho): — Muito boa tarde. Caro Presidente da Mesa, na sua pessoa, cumprimento todos os membros da Mesa, Professores, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Serviços da Assembleia e restantes presentes nas galerias.

Somos de Coimbra, historicamente a cidade dos estudantes, e é com muito privilégio que representamos o nosso distrito. Somos a voz de 27 escolas que nos escolheram para as representar e trabalhámos para isso.

O tema da literacia financeira ajudou-nos profundamente e enriqueceu-nos bastante. E esperemos que esta iniciativa possa ajudar muito mais jovens a interessarem-se pela política.

Noutra nota deixo uma palavra para nós, jovens. O futuro é nosso e, como disse António Gedeão — que a Sr.^a Presidente da Comissão de Educação e Ciência mencionou no seu discurso inicial —, «o sonho comanda a vida», e acrescento que o mundo só avança com os nossos sonhos. Não se esqueçam de sonhar com consciência, porque a nossa liberdade só é de todos quando há respeito.

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra a porta-voz do círculo da Europa, Oceana Carreira Roda.

A Sr.^a **Porta-Voz do círculo da Europa** (Oceana Roda): — Antes de tudo, queria agradecer ao Sr. Presidente e aos meus Colegas.

Para mim, o Parlamento dos Jovens em Portugal é muito mais do que um projeto escolar, é uma experiência que nos ensina o verdadeiro valor da democracia, o diálogo, o respeito e a responsabilidade. Aqui aprendemos que a nossa voz importa, que as ideias podem transformar-se em propostas e que as propostas podem transformar-se em mudanças.

Mesmo começando pequenos, percebemos que as políticas não estão longe. Elas começam connosco. Este projeto é importante porque nos tira da posição de espectadores e nos transforma em cidadãos ativos. Ensina-nos a ouvir, a argumentar e a pensar antes de agir. Mas, acima de tudo, ensina-nos algo essencial: a democracia não está garantida. Ela só existe se for vivida, defendida e renovada todos os dias. É por isso que hoje, mais do que nunca, nós, jovens, não temos de esperar pelo futuro, mas construí-lo.

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Passo agora a palavra ao porta-voz do círculo de Évora, André Maria Barroso Canholas.

O Sr. **Porta-Voz do círculo de Évora** (André Canholas): — Sr. Presidente, na sua pessoa, cumprimento a restante Mesa e o Sr. Deputado Bruno Faria, com um apreço especial pela presença da Dr.^a Julieta Sampaio.

A literacia financeira é muito mais que saber gerir dinheiro; é uma ferramenta essencial para garantir autonomia, responsabilidade e participação ativa na sociedade. Atualmente, muitos jovens entram na vida adulta sem conhecimentos básicos sobre impostos, crédito, poupança ou investimento, o que aumenta o risco de endividamento, fraude financeira e exclusão económica. Mas esta realidade não afeta a todos da mesma maneira.

Sendo do interior alentejano, vejo diariamente as desigualdades territoriais que ainda existem no nosso País. Muitos jovens têm menos acesso a oportunidades de formação, empresas, transportes ou iniciativas educativas. Estas assimetrias acabam por limitar o desenvolvimento pessoal e profissional. Assim, é importante procurar responder a esta necessidade de forma prática e acessível. Por exemplo, o reforço da literacia financeira nas escolas, a criação de ferramentas digitais interativas e o desenvolvimento de iniciativas nacionais que aproximem os jovens da realidade financeira e empresarial.

Para finalizar, Sr. Presidente, investir em literacia financeira é investir numa sociedade mais preparada, equilibrada e sustentável. Cidadãos mais informados são também cidadãos mais livres, responsáveis e capazes de construir um futuro melhor.

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra a porta-voz do círculo de Faro, Matilde Silva Oliveira Duarte.

A Sr.^a **Porta-Voz do círculo de Faro** (Matilde Duarte): — Boa tarde a todos.

Caros Deputados, felicito-vos pelo caminho que vos trouxe até aqui e peço-vos que nunca deixem de sonhar, nem de acreditar na democracia. Apesar de frágil, instável e imperfeita, continua a ser o sistema que melhor funciona em sociedade. Continuem a lutar pelo que acreditam, sejam parte das soluções e nunca desistam daquilo que sabem que pode ser melhor.

Aos que querem seguir política, apelo a que o façam sempre em prol do bem comum. Aos que não pretendem, façam política nas vossas carreiras, porque a política está em todo lado e de nada serve ignorarmos a sua presença.

Aos Srs. Deputados que nos ouvem, peço que analisem com atenção as medidas do Parlamento dos Jovens e que façam deste projeto uma verdadeira forma de escuta, porque tão importante como sermos ouvidos é sentirmo-nos ouvidos. Isso motiva os jovens.

Quero agradecer a todos os que tornaram este projeto possível: os Alunos que votaram em nós; os colegas das Sessões Escolares; todos os Deputados das Sessões Distritais pelo País; os Professores; os membros da organização; e os Jornalistas. Sem qualquer um deles, estas medidas e este projeto não seriam o que são hoje.

Aos Deputados que não passaram, não desistam do projeto, e espero mesmo que se tenham sentido representados pelos respetivos círculos eleitorais.

Um agradecimento especial ao meu círculo, aos Professores que nos acompanham a todos e que nos inculcaram este projeto e os valores que representa.

E à Sandra, que acreditou em mim quando eu própria não acreditava. Todos temos alguém assim connosco.

Foi um orgulho fazer parte deste projeto. Peço-vos que voem muito alto, porque Portugal precisa de gente que saiba sonhar.

Como dizia Saramago, «não tenhamos pressa, mas não percamos tempo». Foi um orgulho fazer política convosco.

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Passo agora a palavra ao porta-voz do círculo de Fora da Europa, João de Souza e Sá.

O Sr. **Porta-Voz do círculo de Fora da Europa** (João de Souza e Sá): — Ex.^{mos} Membros da Mesa, Deputadas e Deputados, em primeiro lugar, quero agradecer à organização e a todos os Alunos e Professores que fizeram com que isto fosse possível.

Ao longo destes dois dias, representámos o nosso círculo eleitoral e as preocupações que todos nós temos. Senti que todos conseguimos apresentar as nossas ideias de maneira única e democrática. Saímos daqui realizados, com mais conhecimento e com muito orgulho de todos os que estão aqui.

Nunca devemos esquecer que viemos todos com o mesmo objetivo: participar e melhorar o nosso País. Às vezes, sentimos que as decisões tomadas não chegam até nós, que estamos na diáspora, mas hoje comprovámos que a democracia vive e nos alcança a todos. Provámos que somos capazes.

Muito obrigado a todos.

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra o porta-voz do círculo da Guarda, Tomás Lopes Pires.

O Sr. **Porta-Voz do círculo da Guarda** (Tomás Pires): — Boa tarde. Antes de mais, queria cumprimentar toda a Mesa, os Deputados aqui presentes, os jovens Deputados, os meus Colegas, os Jornalistas e os respetivos Professores.

Não podia deixar de agradecer e demonstrar a gratificação por fazer parte deste projeto. O que aqui fizemos é a prova viva que os jovens têm valor, os jovens querem mudança e os jovens têm voz.

Não podia deixar de agradecer a todos os que tornaram isto possível e que não estão aqui presentes: os Deputados que ficaram em casa, mas que de igual forma ajudaram a que isto fosse possível.

Por isso, dedicava o resto do meu tempo a um aplauso, de pé, a todos os que fizeram com que isto fosse possível: os Funcionários da Assembleia da República, todos os Deputados presentes, a Mesa, tudo.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra o porta-voz do círculo de Leiria, Simão Silva Marques.

O Sr. **Porta-Voz do círculo de Leiria** (Simão Marques): — Ex.^{mos} Membros da Mesa, Ex.^{mos} colegas Deputados do Parlamento dos Jovens, Caros e Caras, pessoas que estão a assistir, Professores, Funcionários da Assembleia da República, cumprimento-vos a todos.

Quero começar o meu discurso por dizer que foi um gosto, um gosto enorme para mim participar ao longo destes anos todos no Parlamento dos Jovens. Este foi, sem sombra de dúvidas, o projeto que mais me fez crescer enquanto pessoa, enquanto cidadão e enquanto ser humano. Aprendi imensas coisas, conheci pessoas fantásticas que levo para sempre. Todos vocês marcaram muito esta experiência.

Participem sempre nestas iniciativas fundamentais para o nosso desenvolvimento — o nosso e o da sociedade.

Hoje, e ao longo deste projeto, foi a democracia a funcionar. Este projeto é o reflexo de um compromisso real com os jovens. É valorizar a nossa voz. É colocar as nossas ideias em prática. É provar que a consciência política dos jovens realmente importa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, sugiro uma salva de palmas a nós, a este projeto, às nossas ideias e, sobretudo, à democracia.

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Passo agora a palavra à porta-voz do círculo de Lisboa, Filipa Costa Silvério Queiroga Nogueira.

A Sr.^a **Porta-Voz do círculo de Lisboa** (Filipa Nogueira): — Cumprimento, em primeiro lugar, o Sr. Presidente da Mesa e, na sua pessoa, os restantes membros da Mesa, Convidados, Professores e organização, que fizeram com que esta iniciativa fosse possível.

A Assembleia da República deveria ser o maior exemplo de respeito, responsabilidade e democracia no nosso País, mas, infelizmente, demasiadas vezes aquilo que os portugueses veem são insultos, ataques pessoais, interrupções constantes e um espetáculo que desacredita a política aos olhos de quem está a assistir. Depois, interrogam-se porque é que os jovens viraram as costas às instituições. A democracia não se constrói com desordem, nem com confrontos pessoais, constrói-se com respeito e exige responsabilidade.

A Assembleia da República é a Casa da democracia portuguesa e uma casa de tamanha importância não pode perder o seu prestígio. Mas hoje, neste Parlamento dos Jovens, mostrámos que há esperança, mostrámos que é possível fazer política de forma diferente.

Dizem que a nossa geração está desligada? Hoje, estamos aqui para provar o contrário. Estamos presentes, atentos, preparados — preparados para participar, preparados para defender a democracia e preparados para devolver à política portuguesa o respeito que ela merece.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra o porta-voz do círculo da Madeira, Miguel Barata Oliveira.

O Sr. **Porta-Voz do círculo da Madeira** (Miguel Oliveira): — Sr. Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.

Este ano, assinalam-se os 50 anos de Autonomia da Região Autónoma da Madeira, meio século de conquistas, de desafios superados, de afirmação da capacidade dos madeirenses e porto-santenses de construir o seu futuro com responsabilidade e sempre com determinação.

Saúdo a presença do Sr. Presidente da Assembleia da República, Dr. Aguiar-Branco, na nossa sessão, sublinhando a importância nacional deste marco histórico.

A autonomia madeirense é uma expressão sólida da democracia portuguesa, baseada na proximidade, responsabilidade e coesão.

Hoje, ao debatermos a literacia financeira dos jovens, refletimos também sobre a importância de regiões com capacidade de decidir, planear e responder perante as suas realidades.

A autonomia não é um privilégio, é uma conquista democrática construída por gerações de madeirenses, por diferentes protagonistas e diferentes sensibilidades políticas.

O Sr. **João Gonçalves** (círculo da Madeira): — Muito bem!

O Sr. **Porta-Voz do círculo da Madeira** (Miguel Oliveira): — Importa reconhecer figuras marcantes deste percurso, como o Dr. Alberto João Jardim, mas também valorizar o esforço coletivo que permitiu o desenvolvimento da nossa região.

O desafio atual é aprofundar a autonomia com responsabilidade, visão estratégica e respeito às instituições, garantindo respostas mais próximas das necessidades da população.

Celebrar estes 50 anos é honrar o passado, reforçar aquilo que nos une e projetar a Madeira com um futuro com ambição, cooperação e orgulho planeado, plenamente integrado no projeto nacional português.

Viva a Madeira! Vivam as ilhas! Viva a autonomia!

O orador exibiu a bandeira da Região Autónoma da Madeira.

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra o porta-voz do círculo de Portalegre, Pedro Maria Vacas de Carvalho Sotero.

O Sr. **Porta-Voz do círculo de Portalegre** (Pedro Sotero): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, obrigado. Obrigado por este ambiente crítico nas Comissões e ao longo do dia de hoje, mas também obrigado pelo ambiente descontraído nos intervalos e nas refeições.

Eu e o meu colega, o meu amigo Francisco Silva, fomos eleitos pelo círculo de Portalegre, debatemos, falámos, escrevemos, transmitimos. Chegámos à Casa da democracia. Volto para Portalegre satisfeito.

Agradeço à organização por tornar esta iniciativa possível e agradeço a todos a vossa presença.

Termino com um apelo a todos. O tema do Parlamento dos Jovens deixa-nos com uma informação muito importante: os jovens contam! A política não se faz com palmadinhas nas costas e com outras coisas, como apoiar amizades. Por isso, nunca se esqueçam de defender o que realmente acreditam, não se deixem levar por ninguém e enfrentem quem for preciso.

Muito obrigado a todos.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra o porta-voz do círculo do Porto, Tiago Paulos.

O Sr. **Porta-Voz do círculo do Porto** (Tiago Paulos): — Antes de mais, quero começar por saudar todos os que aqui estão, o Presidente da Mesa, os restantes Colegas e toda a gente que tornou este projeto possível.

Infelizmente, vivemos num tempo em que, muitas vezes, a política é vista com um espaço que corresponde apenas aos interesses de alguns e que não está aqui para responder efetivamente às necessidades da população, um espaço sem respeito e um espaço em que não há cooperação de forma nenhuma entre partidos e pessoas com ideologias diferentes.

Hoje, fomos o exemplo de que a política não é e que a política não tem de ser assim. Ao longo do dia de hoje, o que eu vi foi gente a cooperar, a respeitar-se, a termos principalmente respeito. Respeito pelo que é a democracia, respeito pela opinião dos outros, e isto é muito relevante.

Também fomos um exemplo do que é ser jovens. Ser jovens é ter um espírito com respeito à democracia, mas reformista. Reformista! Um espírito que caminha com o objetivo de melhorar as condições de vida da população, porque, afinal, é isso que é política.

Para acabar o meu discurso, quero dizer que é um privilégio gigante para mim estar aqui a representar os jovens na Assembleia da República e acredito que seja um privilégio para todos vós.

Quero, mais uma vez, agradecer a toda a gente que torna isto possível. Muito obrigado.

Temos de continuar a ser jovens como fomos hoje e continuar a dar o exemplo.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra o porta-voz do círculo de Santarém, Rafael Fadigas Deboeuf.

O Sr. **Porta-Voz do círculo de Santarém** (Rafael Deboeuf): — Cumprimento todos os presentes, na pessoa do Presidente da Mesa.

Gostaria de começar por agradecer a todas as entidades que tornaram possível este projeto tão importante que é o Parlamento dos Jovens.

Também deixo um agradecimento muito especial aos Professores, pelo enorme trabalho, dedicação e apoio constante. Sem eles, isto não seria possível.

Foram dias muito produtivos e enriquecedores. Falo por mim quando digo que aprendi com cada um de vocês.

A literacia financeira é um tema essencial e nunca devemos deixar de falar sobre ele, seja no Parlamento dos Jovens, seja lá fora nas nossas vidas.

Quero ainda felicitar todos os jovens Deputados, que trabalharam incansavelmente em defesa dos jovens portugueses e demonstraram algo muito importante: é possível existir uma política saudável, com opiniões diferentes, mas sempre com respeito. E é precisamente do respeito, do diálogo e da liberdade de expressão que nasce a democracia. O Parlamento dos Jovens é um excelente exemplo disso mesmo, e foi um enorme gosto trabalhar convosco.

Despeço-me agradecendo a todos os estudantes que, mesmo ficando para trás, tanto na fase escolar como na distrital, lutaram pelas suas ideias e pela literacia financeira.

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra o porta-voz do círculo de Setúbal, Luís Pedro Quinto Redondo.

O Sr. **Porta-Voz do círculo de Setúbal** (Luís Redondo): — Meus senhores, há 41 anos, no dia 9 de maio, Ronald Reagan visitou esta Câmara e subiu àquele púlpito para discursar. Disse: «O governo democrático é construído sob a máxima de que reside no povo comum uma sabedoria incomum e que, a longo prazo, o povo e o direito inerente à autoexpressão política são a melhor proteção contra o inimigo mais antigo e mais poderoso da liberdade, o crescimento e o abuso destravado do poder do Estado. Esta crença nem sempre é fácil de manter, especialmente quando o navio do Estado é balançado pelas tempestades. Haverá sempre aqueles que perdem a fé e pregam o pânico. Provavelmente, já ouvimos estas vozes. Mas acredito que aqui, na Nação dos Navegadores, há respeito pela sabedoria em manter firme o rumo traçado. Sabemos que haverá sempre respostas se confiarmos nas pessoas, se formos até elas, se lhes fornecermos os factos e confiarmos nelas para que tomem as decisões mais acertadas.»

Estas são palavras que encaixam perfeitamente na realidade do século XX, marcado pelo belicismo e pela fragilidade diplomática. Mas, por fraco dinamismo, má vontade ou superiores interesses dos senhores do mundo contemporâneo, arrastam os seus governados para batalhas onde todos os dias morrem aqueles que se amam.

Se os velhos apodrecem a política, pois passem a pasta aos mais novos, que estes seguramente sabem o que fazem.

É de iniciativas como estas que partem aqueles que, mesmo nunca voltando a pisar a Casa da democracia, têm a consciência lapidada, reluzente e isenta de moldes ideológicos prontos a cegar a coerência.

Srs. Deputados, façam-me um favor: gozem da vossa singularidade, da vossa liberdade, levantem-se da cadeira e aplaudam aquilo que vos faz sorrir.

Viva a diplomacia, a justiça, a eloquência, a jurisprudência, a lei, a Constituição, princípios esculpidos atrás de nós. A estes elementos, devoção absoluta e uma vénia.

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra a porta-voz do círculo de Viana do Castelo, Mariana Viana Gonçalves.

A Sr.^a **Porta-Voz do círculo de Viana do Castelo** (Mariana Gonçalves): — Hoje, debatemos a literacia financeira, mas, sobretudo, debatemos o futuro em democracia, num mundo onde milhões de jovens veem os seus direitos mais básicos esmagados. Falámos de palcos de guerra onde o direito à vida é negado, de regimes onde a liberdade de expressão é um crime e de crises humanitárias que silenciam o direito à educação e à dignidade.

Não podemos normalizar a indiferença. Os direitos humanos não são privilégios geográficos, são universais e inalienáveis.

Levemos daqui a responsabilidade de ser a voz de quem é silenciado por políticas discriminatórias que, infelizmente, já assombram o nosso País.

Se o mundo falha em proteger a dignidade humana, que seja a nossa geração a erguer-se e a exigir mudança. E não nos esqueçamos: o maior inimigo do amor não é o ódio, é a indiferença.

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem a palavra o porta-voz do círculo de Vila Real, Diogo Pereira.

O Sr. **Porta-Voz do círculo de Vila Real** (Diogo Pereira): — Boa tarde aos Deputados, à Mesa, aos Professores e a todos presentes.

O sonho comanda mesmo a vida. E é neste projeto que estes jovens conseguem concretizar o sonho de ter um Portugal mais igualitário, mais justo e um País melhor.

Mas também há que lembrar que é nesta iniciativa que conseguimos ouvir os jovens que nem sempre são ouvidos, os jovens da região do interior. Muitas vezes, parecemos esquecidos. Enquanto este País não olhar para o interior como o caminho para o desenvolvimento, este país não vai conseguir avançar para a frente.

Queria deixar uma mensagem aos Deputados: que olhem para as medidas que hoje aprovámos e que façam realmente alguma coisa com elas. Nós tivemos este trabalho para melhorar o País, para mostrar as nossas visões e que isto não seja apenas um papel, que sejam medidas para mudar o País.

Assim, só tenho a agradecer por estes dois dias. Foram dias intensos.

Gostaria de dizer ao nosso Mateus, da sessão do básico, que nos divertimos mesmo e que aprovámos as medidas que gostávamos.

Também gostaria de agradecer à Dr.^a Julieta Sampaio, porque, se não fosse a senhora a tomar iniciativa para criar este projeto, nós não estaríamos aqui a expressar a nossa voz. Muito obrigada!

Aplausos gerais, de pé.

Malta, só para concluir, gostaria mesmo de deixar uma mensagem final: não desistam dos vossos sonhos e, usando as palavras de Sam The Kid, não se esqueçam de que *Juventude (É Mentalidade)*.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Tem agora a palavra a porta-voz do círculo de Viseu, Marta Conceição Leitão.

A Sr.^a **Porta-Voz do círculo de Viseu** (Marta Leitão): — Boa tarde a todos.

Estar na Casa da democracia é, por si só, uma vitória do nosso espírito crítico e do nosso compromisso com o futuro de Portugal.

As medidas aprovadas demonstram uma preocupação genuína com o bem-estar e com a literacia financeira. No entanto, o Parlamento dos Jovens desafia-nos a ir sempre mais longe, com propostas mais ambiciosas que não se limitam no espaço escolar e à definição concreta de literacia financeira.

Nestas medidas era fulcral haver a menção e resolução dos problemas do País nas áreas da habitação, economia, salários e até bolsas de mérito que, muitas vezes, não são corretamente atribuídas.

Concordo com a importância de implementar medidas que permitam resolver a falta de conhecimentos de literacia financeira. Mas só nos focamos nisso?!

Obrigada por confiarem em nós para o desenvolvimento do País, no que toca ao sistema educacional e económico de Portugal. Obrigada pela exímia postura do Sr. Presidente e da Mesa face às faltas de respeito a que estiveram submetidos.

Bom regresso a casa e até breve.

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Sr. Deputado à Assembleia da República Bruno Faria, permita-me ainda que pergunte a cada um dos membros da Mesa se desejam usar da palavra para uma breve intervenção.

Passo a palavra à Secretária da Mesa Victória Almeida.

Aplausos gerais.

A Sr.^a **Secretária da Mesa** (Victória Almeida): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, caríssimos Colegas da Mesa, Sr.^{as} e Srs. Professores e restantes presentes nesta Sala, queria dizer apenas algumas palavras, não propriamente como Secretária da Mesa, mas como alguém que viveu verdadeiramente este Parlamento dos Jovens pela primeira vez.

Ao longo destes meses percebemos que a política é ouvir, discordar com respeito, defender ideias, ceder às vezes e, acima de tudo, perceber que a nossa voz tem espaço e tem valor.

Foi intenso e, por vezes, desafiante, mas foi inspirador ver tantos de nós, jovens, preocupados com o futuro, preparados para falar, questionar e construir soluções. Nem sempre concordámos uns com os outros, mas é precisamente isso que dá sentido à democracia.

Levo daqui muito mais do que atas, votações ou intervenções. Levo pessoas, aprendizagens e a certeza de que a nossa geração tem muito mais para dizer e deve, efetivamente, continuar a dizê-lo.

Obrigada a todos os que tornaram esta experiência possível e especial.

Queria fazer um agradecimento especial à Dr.^a Julieta Sampaio pela fundação deste programa, que em tanto nos agrega, e também queria agradecer e felicitar todos os nossos colegas que não conseguiram chegar até esta Sessão Nacional. Espero, sinceramente, que se tenham sentido representados e orgulhosos, porque, quando os jovens participam, a democracia ganha futuro.

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Muito obrigado, Sr.^a Secretária da Mesa. Foi um privilégio trabalhar com todos vós.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário da Mesa Tomás Meirelles.

O Sr. **Secretário da Mesa** (Tomás Meirelles): — Caro Presidente da Mesa, caros Deputados da Assembleia da República, caros Deputados do Parlamento dos Jovens, Caríssima Julieta Sampaio, um anjo de pessoa,

obrigado por tudo o que fez por este programa. Aliás, começou por ser um projeto e agora é um programa. Graças a si, graças às nossas caríssimas Ana Batalha e Catarina Lopes. Muito obrigado a todos.

Chegámos ao fim de mais uma Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens e queria deixar uma breve reflexão. Muitas vezes diz-se que os jovens são o futuro do País, mas a verdade é que o futuro se constrói no presente, com as escolhas que fazemos hoje. Valorizar, ouvir e envolver os jovens é essencial para garantir um País mais forte, mais justo e mais preparado para o futuro.

Para começar, quero deixar uma palavra especial aos Professores, pois por detrás de cada jovem que aqui intervém e participa está um professor que acreditou nele e, num tempo em que a educação tantas vezes é desvalorizada, é importante reconhecer que são eles que formam não só alunos, mas cidadãos conscientes, críticos e intervenientes.

Aplausos gerais.

É precisamente por isso que iniciativas como o Parlamento dos Jovens têm um valor tão importante, porque aqui os jovens não são apenas ouvintes, são participantes ativos da democracia. Aqui aprendemos que a política não deve ser feita da distância, mas do diálogo, não da indiferença, mas da participação.

Por isso, aos Srs. Deputados aqui presentes, digo-vos: a nossa geração não pede privilégios, pede oportunidades; não pede facilidades, pede dignidade; não pede favores, pede futuro.

Aplausos gerais.

Um país que investe nos seus jovens não está a gastar recursos, está a garantir que amanhã haverá esperança, inovação e progresso. Quando um jovem desiste de Portugal, Portugal perde muito mais do que uma pessoa, perde talento, perde ideias, perde futuro, perde democracia.

Meus senhores, digo-o com toda a vontade: Viva a democracia! Viva a juventude! Viva Portugal!

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Passo agora a palavra à Vice-Presidente da Mesa, Kaixin Cheng.

Aplausos gerais.

A Sr.^a **Vice-Presidente** (Kaixin Cheng): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Este é o meu quinto e último ano neste programa do Parlamento dos Jovens, que é tão especial para mim.

A Kaixin de 6 anos que chegou a Portugal jamais imaginaria que estaria hoje nesta sessão tão inspiradora.

Ao longo destes anos no Parlamento dos Jovens tive a oportunidade de conhecer a democracia, senti-la e vivê-la na primeira pessoa. Sou também um exemplo da inclusão e da diversidade que existe neste Plenário e ao longo de todo o programa.

Aplausos gerais.

Nós somos o presente e o futuro.

Queria expressar o meu profundo agradecimento a todos os participantes, aos que estão aqui e aos que estiveram ao longo das outras sessões, aos Professores e Convidados.

Um especial agradecimento à Dr.^a Julieta Sampaio e também à organização, representada pela Dr.^a Ana Batalha e pela Dr.^a Catarina Lopes, e a muitos outros que permitiram que isto aconteça.

Não digam «adeus», digam «até já». Vamos encontrar-nos nos cantos do nosso pequeno grande País.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Caro Deputado à Assembleia da República Bruno Faria, se me permite, numa última intervenção, gostaria de dar uma nota final.

Estimados membros da Mesa, Ex.^{mos} Srs. Professores, Convidados, *members of the international community present here today*, membros da organização, cara Dr.^a Julieta Sampaio, mas, acima de tudo, caros Deputados, antes de mais, quero dar-vos os parabéns, não apenas pelo que fizeram hoje, nem pelo que fizeram ontem, mas por todo o caminho que percorreram desde a Sessão Escolar até aqui. Nenhum círculo foi fácil, nenhum percurso foi garantido.

Confesso-vos que já estive desse lado nos dois últimos anos e consigo reconhecer essa energia inovadora que hoje trazem e se sente nesta Sala, uma energia que enriquece Portugal.

Um país onde toda a gente pensa da mesma maneira não é um país que pensa, é um país que obedece. E nós já conhecemos demasiado bem o peso da obediência cega. Felizmente, hoje somos um País de vozes — vozes diferentes, às vezes incómodas, às vezes difíceis de ouvir, mas legítimas, todas elas legítimas.

E é dessa tensão saudável entre ideias que nasce aquilo que Winston Churchill descreveu como a pior forma de Governo, exceto todas as outras já experimentadas: a democracia.

Por isso, digo-vos, caros Deputados, não deixem que vos roubem a esperança, não deixem que vos convençam de que participar não vale a pena, não deixem que o ruído fale mais alto do que os vossos valores, porque temos finalmente a oportunidade de construir o Portugal imaginado por Fernando Pessoa. Depois de tanto tempo no nevoeiro, Portugal voltou finalmente a ver-se ao espelho e aquilo que vemos hoje não é um povo derrotado, é, sim, um povo livre, grande e glorioso que sempre foi para nós — Ó Portugal, hoje já não és nevoeiro... É a hora!

Aplausos gerais, de pé.

Vozes gerais: — Portugal! Portugal! Portugal!

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Muito obrigado a todos.

Tem agora a palavra, para encerrar solenemente a Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens — Ensino Secundário, o Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho — Parlamento dos Jovens, Deputado Bruno Faria.

Aplausos gerais.

O Sr. **Coordenador do Grupo de Trabalho — Parlamento dos Jovens** (Bruno Faria): — Muito obrigado, Sr. Presidente, Caro Salvador Rino, antes de mais, cumprimento-o já.

Antes de passar aos cumprimentos protocolares e seguir com esta intervenção, tenho de vos congratular pela coragem de terem presidido a estes trabalhos. Ao comentar com a nossa cara Julieta Sampaio os trabalhos desta tarde, reconheço que eles foram efetivamente desafiantes, em que por vezes até parece que saímos da temática. Mas a democracia é isto, é participar, ousar e, de certa maneira, propor o que vimos e ver a nossa visão vencer.

Também se deve a vocês, caros e caras Deputadas, essa ousadia, essa ousadia de estarem aqui presentes a proporem e a fomentarem o espírito democrático onde temos de o fazer.

Para estarem aqui não foi simplesmente uma mera eleição, não foi simplesmente uma ida de autocarro, começou há alguns meses, nas vossas salas de aulas, nas vossas casas, nos cafés, no bar da escola, onde decidiram, de certa maneira, o que fazer — «vamos fazer uma lista, vamos participar no Parlamento dos Jovens, vamos propor e vamos fazer diferente».

Podemos dizer que, para estarem aqui hoje 132 jovens Deputados, acabamos por ter 97 000 participantes em mais de 500 escolas por todo o País. Por isso, meus caros, muito obrigado por tudo.

Aplausos gerais.

Cumprimento, então, os Srs. e as Sr.^{as} Deputadas da Assembleia da República aqui presentes.

Dou-vos nota do vosso, do nosso trabalho ao longo destes meses, que para alguns foi uma ida a uma escola. Parte já muito do que é a nossa responsabilidade estar presente junto das comunidades, ouvir, mas também debater com esta geração que por vezes, como aqui foi dito, acaba por ser um pouco esquecida no momento da democracia, no momento da auscultação.

Neste momento, a Dr.^a Julieta Sampaio levantou-se e acenou por se ir embora.

Aplausos gerais, de pé.

Vozes gerais: — Julieta! Julieta! Julieta!

O Sr. **Coordenador do Grupo de Trabalho — Parlamento dos Jovens** (Bruno Faria): — Acho que, então, agradeceria mesmo à Dr.^a Julieta Sampaio pela oportunidade que há 31 anos nos concedeu de estarmos aqui hoje. Por isso, iríamos repetir uma salva de palmas, porque, efetivamente, esperamos estar aqui daqui a 30 anos a reproduzir este programa. Muito obrigado, Dr.^a Julieta.

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

Estava a referir o que é o trabalho das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados de ir às escolas, dos quilómetros feitos, de estar com os jovens por perto, a debater estas intervenções e a ouvir as vossas propostas e as vossas preocupações.

Falar de inteligência artificial, falar da regulação do que é uma moeda digital, falar dos vossos hábitos de consumo é algo para o qual a nossa geração de políticos tem de estar capacitada. Quando falamos do que é comprar *tokens* e para que servem, do que é comprar algum artigo *online* para um jogo *online*, são realidades por vezes distantes para as gerações mais velhas, mas para vocês não.

Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, que hoje, aqui, de certa maneira, resumiram centenas e milhares de propostas em nove, admiro-vos por esta coragem e por esta capacidade de consenso. Acredito que as vossas propostas saem daqui mais reforçadas e mais contextualizadas, e acredito que, sim, a Assembleia da República irá dar valor à vossa voz através deste programa do Parlamento dos Jovens.

Por fim, e sendo esta a despedida das despedidas do Parlamento dos Jovens desta edição, agradeço aos serviços, à Catarina, à Ana, a toda a gente da Comissão de Educação que esteve envolvida neste projeto, porque não é fácil abranger 97 000 jovens que querem participar, que não são esquecidos, que é a geração que, afinal, consegue participar e ser ouvida. Muito obrigado, parte desta responsabilidade é vossa. Por isso, uma salva de palmas.

Aplausos gerais, com Deputados de pé.

Termino aqui, porque o que foi a literacia financeira este ano foi debate, foi democracia, foi auscultação, foram propostas.

Agradeço também aos Jornalistas que estão aqui presentes na Sala. O vosso trabalho acaba por ser um pouco diferente, mas tem uma grande importância para o programa. Ou seja, muito obrigado também pela vossa presença e por todo o trabalho desenvolvido ao longo destas sessões, destes últimos dois dias.

Aplausos gerais, de pé.

Vozes gerais: — Jornalistas! Jornalistas! Jornalistas!

O Sr. **Coordenador do Grupo de Trabalho — Parlamento dos Jovens** (Bruno Faria): — Recordem-se do que é a literacia financeira, que não é apenas, de certa maneira, saber gerir dinheiro. É saber gerir escolhas, gerir o que é um plano de vida, gerir o que vão ser as vossas expectativas, para alguns dentro de poucos meses, quando ingressarem no ensino superior, para outros neste processo de decisão. E espero que, dentro de poucos dias, poucos meses, pouco tempo, tenham de se ver com esta realidade do que foi debatido aqui hoje.

Para terminar, o que nós queremos com este programa é, sim, construir cidadãos mais livres, com mais capacidades e mais participativos.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado do círculo de Lisboa está a pedir a palavra para uma interpelação à Mesa. Para que efeito?

O Sr. **António Rodrigues** (círculo de Lisboa): — Pode ser feita, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Se for sobre cantar o hino nacional, iremos cantá-lo no final da sessão.

O Sr. **António Rodrigues** (círculo de Lisboa): — Tirou-me as palavras da boca.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Ora, solicito agora a vossa total atenção, a atenção dos Srs. Deputados, dos Srs. Professores, dos Srs. Jornalistas e de quem nos acompanha nas galerias.

Quando eu encerrar a sessão, todos os participantes deverão dirigir-se de imediato para a Escadaria Nobre, para o exterior da Assembleia da República. Aí encontrarão nos autocarros, nos quais viajaram até Lisboa, os vossos lanches.

Há, no entanto, exceções. Os participantes de Lisboa, que chegaram à Assembleia por meios próprios, deverão ir junto da receção principal levantar os seus lanches. Também os participantes do círculo da Madeira deverão levantar os lanches na receção.

Queiram também assegurar-se de que esta manhã colocaram a bagagem no autocarro certo.

Solicito que sigam de imediato para os autocarros, uma vez que a maioria de nós terá ainda um caminho longo até casa.

Agora, a nossa Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens vai encerrar com um pequeno vídeo. É produto da campanha «PROCURA-SE», que pretendia encontrar ex-participantes do Parlamento dos Jovens, e encontrou.

Encerro, assim, a sessão, enquanto assistimos aos vários testemunhos de pessoas a quem, como a nós, o Parlamento dos Jovens tanto diz.

O vídeo foi reproduzido.

Aplausos gerais, de pé.

Srs. Deputados, peço que não se sentem. Sugiro encerrarmos esta Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens cantando o hino nacional.

A Câmara cantou, de pé, o hino nacional.

Aplausos gerais, de pé.

Vozes gerais: — Portugal! Portugal! Portugal!

O Sr. **Presidente** (Salvador Rino): — Está, oficialmente, encerrada a Sessão Nacional do Ensino Secundário do Parlamento dos Jovens 2025-2026.

Vozes gerais: — Portugal! Portugal! Portugal!

Eram 17 horas e 29 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.